



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

NADJA BARRETO CRUZ VERSACE

**APOSENTADORIA PLANEJADA E NÃO PLANEJADA: REPERCUSSÕES NAS
RELAÇÕES FAMILIARES.**

Salvador
2024

NADJA BARRETO CRUZ VERSACE

**APOSENTADORIA PLANEJADA E NÃO PLANEJADA: REPERCUSSÕES NAS
RELAÇÕES FAMILIARES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sumaia Midlej
Pimentel Sá.

Coorientador Prof. Dr. José Luis
Sepúlveda Ferriz

Salvador
2024

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSal. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

V561 Versace, Nadja Barreto Cruz

Aposentadoria planejada e não planejada: repercussões nas relações familiares / Nadja Barreto Cruz Versace . – Salvador, 2024.
107 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família
na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Profa. Dra. Sumaia Midlej Pimentel Sá.
Coorientador: Prof. Dr. José Luis Sepúlveda Ferriz.

1.Família 2. Relações Familiares 3. Aposentadoria 4. Planejamento
5. Envelhecimento I. Sá, Sumaia Midlej Pimentel – Orientadora
II. Ferriz, José Luis Sepúlveda – Coorientador III. Universidade Católica do
Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. IV. Título.

CDU 316.356.2:349.3

TERMO DE APROVAÇÃO

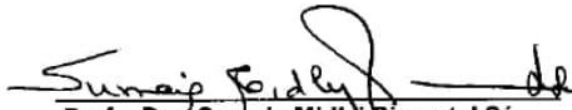
NADJA BARRETO CRUZ VERSACE

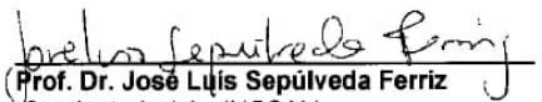
**“APOSENTADORIA PLANEJADA E NÃO PLANEJADA: REPERCUSSÕES
NAS RELAÇÕES FAMILIARES”**

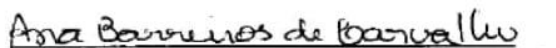
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 13 de março de 2024.

Banca Examinadora:


Prof. Dra. Sumaia Midlej Rimentel Sá
Orientador(a) - (UCSAL)


Prof. Dr. José Luís Sepúlveda Ferriz
Coorientador(a) - (UCSAL)


Prof. Dra. Ana Barreiros de Carvalho (UEFS)


Prof. Dra. Elaine Pedreira Rabinovich (UCSAL)

Aos meus ancestrais e meus pais por terem sido a semente da minha resiliência; aos meus filhos, que me proporcionaram os momentos de maiores alegrias e foram sempre meu grande estímulo para superar as dificuldades; ao meu marido, que me acompanhou nessa jornada acadêmica e à minha netinha que trouxe leveza nesse percurso com a sua presença na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao universo, por ser esse terreno fértil de possibilidades.

Aos meus pais, pelos bons exemplos e pelos esforços para me dar a melhor educação formal possível.

Aos meus filhos, por acreditarem na minha capacidade de realizar.

Ao meu marido, pelo suporte ao longo desse percurso.

À professora Elaine Rabinovich, cujo olhar diferenciado em relação às pessoas, me possibilitou percorrer esta jornada. Gratidão pela valiosa colaboração para a conclusão deste trabalho na qualidade de membro da banca de qualificação e defesa, bem como pela riqueza de aprendizado oportunizada pelo grupo de pesquisa “Fabep”.

À professora Sumaia Midlej Sá, pelo acolhimento e fundamental orientação, que me conduziram a finalizar esta dissertação; obrigada pelos conhecimentos compartilhados ao longo desse percurso e pela oportunidade de participar do grupo de pesquisa “Família, Inclusão e Desenvolvimento Humano”.

Ao professor José Luis Sepúlveda Ferriz, por ter me apresentado ao encantador mundo da Filosofia e, como meu coorientador, me conduzir a uma maior compreensão sobre a Fenomenologia, cujo conhecimento foi importante para a construção desta dissertação. Obrigada, ainda, pela minha inserção no grupo de pesquisa “Família e Interdisciplinaridade”.

Ao professor Rafael Fornasier, por ter sido o meu primeiro professor e com sua forma de conduzir as aulas me fez perceber estar no programa de pós-graduação certo.

À professora Ana Barreiros, pelos aprendizados proporcionados no grupo de pesquisa “Família em Mudança”, coordenado pelo Prof. Petrini, e por sua contribuição na conclusão desta dissertação, ao aceitar participar da banca de qualificação e defesa.

À equipe da UCSAL, em especial a Cristiane Lima dos Santos, Ana Carla Reis de Almeida, Rosemary dos Santos Magalhães e Linda Carla Vidal Bulhosa Gomes, sempre muito solícitas e prontas a ajudar os alunos.

À Eliana Brito, pela valorosa colaboração no trabalho de revisão e formatação desta dissertação.

O logos da linguagem requer, pelo menos, um nome e um verbo e é o entrelaçamento destas duas palavras que constitui a primeira unidade da linguagem e do pensamento. E mesmo esta unidade suscita uma pretensão à verdade; a questão tem ainda de decidir-se em cada caso.

Ricoeur (2019, p.11)

VERSACE, Nadja Barreto Cruz. **Aposentadoria planejada e não planejada: repercussões nas relações familiares.** 2024, 107 f. Dissertação (Mestrado). Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, 2024.

RESUMO

Este estudo aborda os fenômenos aposentadoria e família, a qual é reconhecida como estrutura fundamental para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. Sendo assim, é oportuno que se estude e se cuide dos eventos que envolvem a mesma. Um desses eventos que acontecem no seio da família é a aposentadoria. Este estudo trata com mais precisão das questões que envolvem a aposentadoria planejada e não planejada e suas possíveis repercussões nas relações familiares. Adota uma perspectiva interdisciplinar e opta por uma abordagem exploratória de enfoque qualitativo. O objeto de estudo é o grupo familiar, especificamente, a família nuclear e buscou-se, nesse percurso, identificar os fatores que levaram a pessoa a tomar a decisão de se aposentar, compreender como a pessoa aposentada e sua família percebem as relações familiares antes e após a aposentadoria e identificar se houve diferenças nas relações familiares entre a pessoa que planejou a aposentadoria e a que não planejou. Os dados foram coletados através de um questionário sociodemográfico e entrevistas semiestruturadas, realizadas com a pessoa que se aposentou e com um membro da sua família, todos residentes em Salvador e Região metropolitana. Usou-se como suporte teórico a Perspectiva do Curso de Vida, que, em linhas gerais, apresenta a realidade da interação entre o contexto histórico, social e familiar, bem como a Fenomenologia, que, aborda as questões do ser-aí (Dasein), ou seja, do ser no mundo e os sentidos atribuídos às experiências. Os dados obtidos foram organizados e integrados em duas categorias: trabalho e aposentadoria: significados e sentidos; aposentadoria e relações familiares. Foram interpretados através da análise de conteúdo a partir do que preconiza Minayo. Os objetivos elencados foram alcançados e os resultados indicaram que planejar a aposentadoria repercute de forma diferenciada nas relações familiares.

Palavras-chave: Família; Relações Familiares; Aposentadoria; Planejamento; Envelhecimento.

VERSACE, Nadja Barreto Cruz. **Planned and unplanned retirement**: repercussions on family relationships. 107 f. Thesis (Master's degree). Family in the Contemporary Society of the Catholic University of Salvador – UCSAL, 2023.

ABSTRACT

This study addresses the phenomena of retirement and family, which is recognized as a fundamental structure for the development of the individual and society. Therefore, it is opportune to study and take care of the events that involve it. One of these events that happen within the family is retirement. This study deals more precisely with issues involving planned and unplanned retirement and their possible repercussions on family relationships. It adopts an interdisciplinary perspective and opts for an exploratory approach with a qualitative focus. The object of study is the family group, specifically, the nuclear family and, along this path, we seek to identify the factors that led the person to make the decision to retire, understand how the retired person and their family perceive family relationships before and after retirement and identify whether there were differences in family relationships between the person who planned retirement and the person who did not. Data were collected through a sociodemographic questionnaire and semi-structured interviews, carried out with the person who retired and with a member of their family; all residents of Salvador and the metropolitan region. The Life Course Perspective was used as theoretical support, which, in general terms, presents the reality of the interaction between the historical, social and family context, as well as Phenomenology, which, addresses the issues of being -there (Dasein), that is, of being in the world and the meanings attributed to experiences. The data obtained was organized and integrated into categories and interpreted through content analysis based on what Minayo recommends. The objectives listed were achieved and the results showed that planning for retirement has different repercussions on family relationships as long as some criteria are followed.

Keywords: Family; Family Relationships; Retirement; Planning.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 APOSENTADORIA NA CONTEMPORANEIDADE	16
2.1 APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE: EXPECTATIVA X REALIDADE	22
2.2 PLANEJAMENTO DA APOSENTADORIA: RELAÇÃO TRABALHO/APOSENTADORIA.....	25
3 RELAÇÕES FAMILIARES DA PESSOA QUE SE APOSENTA	32
3.1 FAMÍLIA E RELAÇÕES FAMILIARES: CONJUGAIS E PARENTAIS	32
3.2 RELAÇÕES FAMILIARES, APOSENTADORIA E ENVELHECIMENTO.....	39
4 INTERFACE ENTRE A PERSPECTIVA DO CURSO DE VIDA E A FENOMENOLOGIA	46
4.1 PERSPECTIVA DO CURSO DE VIDA	46
4.2 FENOMENOLOGIA	50
5 PERCURSO METODOLÓGICO	55
5.1 CENÁRIO DA INVESTIGAÇÃO.....	57
5.1.1 Local do estudo.....	57
5.1.2 Participantes.....	57
5.1.2.1 Perfil dos participantes.....	57
5.1.3 Coleta de dados.....	58
5.1.4 Interpretação dos Dados	59
5.1.5 Aspectos Éticos	60
6 PERCURSO INTERPRETATIVO	61
6.1 TRABALHO E APOSENTADORIA: SENTIDO E SIGNIFICADO.....	64
6.2 APOSENTADORIA E RELAÇÕES FAMILIARES	73
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	99
APÊNDICE B – Questionário Sociodemográfico	101
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista (para o aposentado)	102
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista (para o familiar)	103
ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.....	104

1 INTRODUÇÃO

Seria a aposentadoria a linha de chegada? Podemos dizer que sim, mas também de partida. Linha de chegada após um percurso profissional, e linha de partida para novas experiências. Falar em aposentadoria é falar em Previdência Social, em reformas previdenciárias, em passado e em futuro; é falar de contexto familiar, que nos acompanha durante a nossa trajetória de vida. Nessa transição do mundo do trabalho para a aposentadoria, podem ocorrer ganhos, mas também perdas. Ganhos, como a possibilidade de gerir o próprio tempo com mais liberdade, por exemplo; e perdas, como diminuição do valor mensal a receber para a manutenção de si mesmo e da própria família. Perdas de direitos decorrente de reformas da Previdência Social, no tocante à aposentadoria, se tornam tema de conversas em ambientes laborativos e fora deles.

As diferentes narrativas acerca da temática, a partir da aproximação da minha aquisição do direito à aposentadoria, aguçavam minha curiosidade e expectativa. Em razão de ter vivenciado esse momento, pude constatar as repercussões de estar aposentada, não apenas para quem se aposenta, mas também para o seu entorno, principalmente para a família. Na tentativa de reduzir o impacto negativo da aposentadoria na minha vida, como a diminuição de proventos e aumento do tempo ocioso, por exemplo, ocorreram-me algumas estratégias colocadas em prática por meio de um processo de planejamento.

Após a minha aposentadoria em 2016, e por ter atuado em programas de planejamento de aposentadoria, continuei pensando sobre o assunto até que, em 2022, ao ingressar no mestrado, o interesse pelo tema se acentuou e, com ele, o desejo de me aprofundar no assunto através da pesquisa científica.

Acredito que o planejamento da minha aposentadoria foi fundamental para que tudo ocorresse de forma bem organizada, a ponto de não sentir as perdas. Na verdade, senti que tive muitos ganhos, o que me levou a questionar se o planejamento da aposentadoria é uma estratégia importante, principalmente, para favorecer a manutenção das relações familiares em um patamar de satisfação.

O tema aposentadoria vem sendo objeto de estudo em diferentes áreas da ciência, como o Direito, a Sociologia, a Psicologia, entre outros, e é socialmente

importante que o seja. As Pesquisas costumam focar em um grupo profissional, em uma instituição específica, no aspecto legal, ou outros (Brito; Araújo e Belo, 2021; Marques; Euzéby, 2005; Moreira, 2011; Roesler, 2014). Neste estudo, focamos mais especificamente nas questões relacionadas ao planejamento da aposentadoria e as relações familiares em interação, surgindo assim, a questão norteadora dessa pesquisa: quais as possíveis repercussões da aposentadoria planejada e não planejada nas relações familiares?

No processo de me apropriar mais profundamente sobre o tema aqui apresentado, senti a necessidade de obter uma breve visão histórica da criação e evolução desse benefício que chamamos de aposentadoria. O primeiro país a criar a aposentadoria foi a França em 1673, exclusivamente para os membros da Marinha Real, plano que foi estendido pouco depois aos funcionários públicos (Aguiar, 2018).

No Brasil, já à época do Império, ocorreram algumas iniciativas de cunho previdenciário. Em 1821, houve uma iniciativa com foco nos mestres e professores. Em 1835, um decreto imperial aprovou o Plano do Montepio de Economia dos Servidores do Estado. Em 1888, o Decreto nº 9.912-A regulou o direito à aposentadoria dos empregados dos Correios. Em novembro do mesmo ano, a Lei nº 3.397 criou a Caixa de Socorros em cada uma das Estradas de Ferro do Império e, a partir de 1889, vários fundos de pensão foram criados (Brasil, 2022). Mas, é só em 1923 que o Brasil dá o passo inicial na história da Previdência Social como a conhecemos hoje, com o decreto legislativo que ficou conhecido como Lei Eloy Chaves (Aguiar, 2018; Brasil, 2022). Desde então, várias reformas se sucederam na legislação brasileira.

No tocante ao planejamento, inserido no tema desta pesquisa, apesar de o vincularmos à área da administração, o adotamos em vários momentos da nossa vida e em circunstâncias diversas, como casamentos, formaturas, encontros familiares, carreira, congressos, entre outros. Ao pensar sobre planejamento, devemos considerar as percepções dos indivíduos envolvidos na situação, elaborar planos-proposta e, acreditando que o futuro é imprevisível, ser flexível para pensar em possibilidades e preparar os indivíduos para enfrentá-las (Rieg; Araújo Filho, 2002).

Percebe-se que houve uma evolução em relação ao tema “planejamento para a aposentadoria”, uma vez que algumas empresas passaram a implementar o Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA). Contudo, essa iniciativa

acontece de forma incipiente, ainda que haja previsão na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, mais conhecida como Estatuto do Idoso, posteriormente modificado para Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003). Cabe aqui esclarecer acerca da adoção da denominação de ‘educação para a aposentadoria’ por alguns estudiosos do tema, em substituição à ‘preparação para a aposentadoria’, por entenderem que é um processo educativo no percurso de desenvolvimento das pessoas, que deve se iniciar desde cedo (Leandro-França; Murta, 2019; Martins; Borges, 2017).

Neste estudo, o que se está definindo como aposentadoria não planejada é aquela que acontece sem organização prévia para o novo período que se iniciará após a saída do mundo laboral. Nesse caso, o indivíduo não reflete antecipadamente a respeito das muitas horas disponíveis que passará a ter, nem acerca das repercussões em seu contexto de vida. Por esse motivo, não delinea possíveis ações para essa fase.

No decorrer do processo de aprofundamento sobre o tema em análise, os meus questionamentos se ampliaram: Será que o sentido atribuído ao trabalho e a maneira como foi vivenciado influencia a experiência da aposentadoria? O planejamento da aposentadoria é viável para pessoas de segmentos sociais¹ diversos?

Todos esses questionamentos reforçaram o meu desejo de realizar esta pesquisa, cujo objetivo geral foi de investigar se há diferença nas repercussões da aposentadoria planejada e não planejada nas relações familiares da pessoa que se aposenta. Tracei como objetivos específicos: identificar os fatores que levaram a pessoa a optar pela aposentadoria; compreender como a pessoa aposentada e sua família percebem as relações familiares antes e após o gozo do benefício; identificar se houve diferenças nas relações familiares nos casos de planejamento ou não da aposentadoria.

Corroborando a importância de se investigar sobre os efeitos da aposentadoria aqui especificada, que, em geral, acontece quando a pessoa entra na fase da velhice, Arbix (2004), na apresentação do livro “Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?”, faz um alerta sobre possíveis consequências do

¹ Nessa análise utilizamos a expressão segmento social e não classe social, em razão de termos considerado apenas a renda familiar no processo de compreensão e não todos os fatores implicados na conceituação de classe social.

envelhecimento. Ele considera o prolongamento da vida “uma das transformações sociais mais importantes (Arbix, 2004, s.n.)”, destaca as alterações que vêm ocorrendo em relação a essa temática e aponta para a necessidade de ajustes nas esferas pública e privada.

O momento da aposentadoria por tempo de contribuição e idade coincide com o momento mais maduro da pessoa e sua entrada na fase da velhice, o que traz em si diversas transformações e reflexos na vida pessoal de cada um. O envelhecimento vem sendo fonte de preocupação e estudos nas diversas áreas que circundam o desenvolvimento humano. Ao longo das décadas, observa-se que a expectativa de vida tem se alterado. Por exemplo, em 1940, era de 45,5 anos; vinte anos depois, passou a 52,5 anos; por fim, no período entre 1940 a 2018, os dados mostram um aumento de 30,8 anos, chegando a 76,3 anos” (IBGE, 2019).

Acredita-se que os dados aqui obtidos e analisados possam servir de subsídio para a reflexão e configuração de programas de planejamento para a aposentadoria, uma vez que podem passar a considerar de forma diferenciada as questões relacionais da pessoa que se prepara para a aposentadoria. Ademais, pode inspirar quem se encontra trabalhando, estimulando-o a pensar sobre si mesmo e sobre a própria aposentadoria.

Utilizou-se como alicerce para o entendimento das questões contidas nesta temática conceitos da Perspectiva do Curso de Vida sob um enfoque longitudinal-retrospectivo, o qual se propõe a observar o percurso de desenvolvimento processado ao longo do tempo, bem como, conteúdos derivados da Fenomenologia acerca do tempo, sentido, cuidado e percepção, além do conceito, de origem aristotélica, de justa medida, nas análises das relações estabelecidas entre as pessoas.

Se aceitarmos que a transformação sociodemográfica irá implicar nos diversos setores da sociedade mundial (Arbix, 2004), fica fácil entender a relevância da reflexão acerca desse fenômeno chamado aposentadoria para além do impacto financeiro, seja na vida e nas relações familiares da pessoa que se aposenta, seja na previdência social, nas empresas e na sociedade como um todo, ou seja, três grandes implicações se darão: no ambiente familiar, na instituição previdenciária e na área de políticas públicas.

Diante da importância sociocultural que tem o trabalho na vida das pessoas, conclui-se que o momento da aposentadoria requer atenção e cuidado por ser

aquele em que se dá o rompimento na vida laborativa, com reflexos, inclusive, na identidade da pessoa que se aposenta. Percebemos, assim, ser importante continuarmos a investigar esse fenômeno que não se extingue em si mesmo e se repercute em outros aspectos da vida da pessoa que se aposenta e em suas relações.

O contexto em que muitos fenômenos, dentre eles, a aposentadoria, é vivenciado, pode ser enquadrado nessa perspectiva que foi delineada pela fenomenóloga Angela Ales Bello ao colocar que:

na atitude natural o ser humano sente-se circunscrito, às vezes ameaçado pelo mundo que o rodeia, limitado nas suas ações e experimenta o contraste entre aquilo que desejaria fazer e a impossibilidade de realizá-lo, entre o que pode imaginar, e as coisas assim como se lhe apresentam (Ales Bello, 2019, p.13).

Ou seja, essa interação entre o macrossocial (aspectos históricos e sociais) e o microssocial (contexto familiar) do qual nos fala a Perspectiva do Curso de Vida, traz em si o que Ales Bello (2019) nos diz a partir da Fenomenologia: uma tensão que se forma em razão da impossibilidade de o homem, o ser-aí (Dasein), o ser no mundo, vivenciando a experiência, realizar, ainda que esporadicamente, o que deseja. Direcionado este conceito para o tema da aposentadoria podemos dizer, por exemplo, que é o que acontece com quem deseja se aposentar, mas em razão do contexto que o circunda (custo de vida, presença de familiar dependente, entre outros), não tem a possibilidade de concretizá-la ou, pelo menos, não como o desejaria.

Este trabalho está dividido em sete tópicos, sendo o primeiro esta introdução, que situa o tema dentro do contexto histórico e assinala as motivações e a relevância de pesquisá-lo. O segundo capítulo introduz conceitos e visões sobre a aposentadoria, aprofundando-se um pouco na questão da percepção e nas mudanças ocorridas no contexto geral da vida e suas implicações em fenômenos como trabalho, aposentadoria e envelhecimento. No capítulo três, o enfoque está no núcleo central da pesquisa, a família e suas relações, integrando nesse contexto a aposentadoria e o envelhecimento. No quarto capítulo são apresentadas as abordagens teóricas utilizadas na busca pelo entendimento do tema, considerando que ambas contribuiriam para uma análise mais completa: a Perspectiva do Curso de Vida enfatiza a interação entre o microssocial (ambiente familiar) e o

macrossocial (histórico e social), enquanto a Fenomenologia trata do ser humano na experiência, no “mundo-da-vida”. Já o capítulo cinco trata do percurso metodológico utilizado com o objetivo de responder os questionamentos desta pesquisa e interpretação dos dados levantados. No capítulo seis foram identificadas, a partir do que emergiu na pesquisa, as categorias de análise “Trabalho e aposentadoria: sentido e significado” e “Aposentadoria e relações familiares”, que foram discutidas e interpretadas a partir das teorias da Perspectiva do Curso de Vida e da Fenomenologia. E, por fim, no sétimo capítulo são feitas as considerações finais, em que se reconhece a conexão entre as experiências vividas de trabalho-família-aposentadora, suas interseções e seus reflexos nas relações familiares. Constata-se a importância dos sentidos e significados atribuídos a essas experiências e as repercussões do planejamento e do não planejamento da aposentadoria nas relações familiares.

Entendeu-se que esse estudo foi relevante por ter possibilitado a obtenção de um olhar mais ampliado acerca do fenômeno estudado, principalmente, no que toca as relações familiares em um momento em que se acentua o processo de alteração da pirâmide sociodemográfica. A família tem a sua importância reconhecida e, como tal, requer que se estudem todos os fenômenos que estejam, em alguma medida, vinculados ao ambiente familiar, com a finalidade de propiciar a sua manutenção com a maior qualidade de vida possível.

2 APOSENTADORIA NA CONTEMPORANEIDADE

Ao analisar os diversos fenômenos da vida, segundo a Perspectiva do Curso de Vida, observa-se como é fundamental levar em conta os contextos social e histórico em todos os seus aspectos, sejam econômicos, demográficos e/ou culturais, pois estes moldam a vidas das pessoas (Blanco, 2011). Na mesma linha de raciocínio, Braga Júnior (2015) nos diz, a partir da Fenomenologia, que a vida pessoal é vivida em comunidades diversas, algumas mais simples, outras mais complexas, a exemplo da família, nação e supernação [...] vida criadora de cultura, em sentido mais amplo, numa unidade histórica” (Braga Júnior, 2015. p.79). Mas, para além do aspecto interacional, deve-se considerar que os fenômenos são interpretados a partir da sua compreensão, a qual decorre do modo como as pessoas os percebem. Sobre o tema da percepção, encontramos na Fenomenologia:

No âmbito da filosofia fenomenológica, emerge uma concepção praxiológica da percepção, concernente à percepção como prática, que permite a investigação da diacriticidade entre o visível e o invisível, entre a figura e o fundo, além do estabelecimento da concentricidade entre a percepção espacial, percepção do corpo próprio e a percepção social (Veríssimo, 2021, p. 2).

Entende-se que esse processo se finaliza com o sentido que é dado aos fenômenos, a partir dessa interpretação. E sobre o sentido, Braga Júnior (2015), ainda com base na Fenomenologia husserliana, coloca que, ao se falar da preocupação da Fenomenologia no retorno à subjetividade, considera-se a importância desta em sua interação com o mundo, entendendo que nessa interação ocorre a doação de sentidos. Tal afirmação possibilita avaliar a profundidade do ato de perceber, que antecede à nossa compreensão acerca dos fenômenos, inclusive daqueles presentes neste estudo, como aposentadoria, envelhecimento e família, ou seja, perceber o fenômeno como ele se mostra e dotá-lo de sentido para a existência, compreendê-lo como parte significativa da própria vida.

É importante ter em mente que, dentro do período contemporâneo, muitas mudanças ocorreram. Em Frezza, Grisci e Kessler (2009), encontramos uma análise

aprofundada de duas categorias dinâmicas na contemporaneidade: tempo e espaço. Por meio delas, é possível, fazer uma rápida reflexão para perceber a amplitude das mudanças na contemporaneidade. Por exemplo, no passado, com as estradas de terra e o sistema de carroças e cavalos ou até mesmo com as estradas de ferro e as antigas locomotivas a vapor, o tempo de deslocamento de um ponto a outro para alcançar outras cidades ou outros países era muito maior do que hoje com estradas asfaltadas e os trens bala. Foram utilizados, nessa comparação, apenas meios existentes no passado para demonstrar algumas mudanças ocorridas na contemporaneidade.

A implicação dos avanços tecnológicos na expansão do comércio, na transmissão de conhecimentos e na evolução científica é gigantesca. Hoje, o computador e o ambiente virtual reduziram ainda mais a percepção do tempo cronológico, linear, e do espaço. Novos modos de trabalho, como o trabalho remoto através do uso das tecnologias da era digital, e a substituição da máquina de datilografar pelo teclado dos computadores e pelo reconhecimento de voz, são transformações que vêm ocorrendo ao longo dos anos com grandes implicações na vida das pessoas, em seus diversos aspectos. Essa reflexão está alinhada com o que diz Araújo (2005, p. 10) “a vida aparece ao ser humano como duração e mudança”, o que requer adaptação. Também a família sofreu influência dessas mudanças, por exemplo, na sua forma de interagir e na sua forma de cuidar, hoje, bastante terceirizada.

A semente do nosso sistema previdenciário foi efetivamente lançada em 24 de janeiro de 1923, através do Decreto 4.682, conhecido como Lei Eloy Chaves, o qual obrigava todas as companhias ferroviárias do país a criar caixas de aposentadoria e pensões para seus funcionários (Brasil, 2022). Àquela época, o modo de produção, o mundo do trabalho e a economia tinham um formato diferente do que temos hoje.

“A forma de produção era padronizada, sistematizada, seriada e fragmentada. Os trabalhadores que compõem esses modelos são parcializados, especializados e treinados para o desenvolvimento de tarefas individuais” (Ornellas; Monteiro, 2006, p. 554). Quem, àquela época, poderia imaginar algo como o teletrabalho (ou trabalho remoto) ou, ainda, a deslocalização da mão de obra?

O processo de envelhecimento e desenvolvimento humano, ainda segundo a Perspectiva do Curso de Vida, são vivenciados a partir dessa interação entre os

fatores sociais, históricos e individuais (Blanco, 2011; Schneider; Irigay, 2008). A aposentadoria por tempo de contribuição e idade acontece nesse momento da vida em que o envelhecimento se faz presente. A percepção de velhice é pessoal, mas também se dá de forma grupal, social, e o prolongamento da vida das pessoas, por exemplo, vem alterando a percepção do que é ser velho.

Nesse processo do percurso da vida, vivenciam-se trajetórias (familiar, social e profissional, dentre outras) nas quais existem momentos de transição. Trajetória, segundo a Perspectiva do Curso de Vida, é “[...] o deslocar-se ao longo do tempo, da estrutura etária [...] sem a obrigatoriedade de uma sequência específica de mudanças. Já a transição “refere-se à mudança de status, posição ou situação”. (Blanco, 2011, p.12). Existem ainda os chamados *turning point* (pontos de inflexão ou de viragem), “eventos que provocam fortes modificações que, por vez, se traduzem em voltas na direção do curso de vida” (Blanco, 2011, p.12). A partir desses conceitos, a aposentadoria pode ser considerada um momento de transição em que ocorrerão mudanças para a pessoa que se aposenta, com possíveis reflexos no seu entorno familiar e social.

Quanto aos reflexos da aposentadoria na vida da pessoa que se aposenta, Seidl, Conceição e Nery, (2018, p.133), mencionam que “pode representar especialmente um momento de perdas: das condições financeiras, do *status* e do prestígio, dos colegas de trabalho, de uma rotina que delineou hábitos ao longo da vida”. Em relação às perdas, também Magalhães e Brito (2022) apontam para as implicações decorrentes do afastamento do papel profissional, as quais geram muitos prejuízos, como o distanciamento social dos colegas de trabalho, perdas financeiras, desestruturação do tempo, entre outros aspectos.

A aposentadoria, no entanto, pode significar um novo começo, a possibilidade de se vivenciar novas experiências, mais tempo para o descanso, relaxamento, compartilhar momentos com a família (Seidl; Conceição; Nery, 2018). Isso quer dizer que a aposentadoria define uma mudança de papéis sociais e familiares, com possibilidade de perda ou de ganho de qualidade de vida em maior ou menor medida, a depender de como se deu a trajetória de vida da pessoa que se aposenta.

Aposentadoria é um tema que vem sendo objeto de estudo na contemporaneidade em diferentes áreas da ciência e com focos diversos: econômico, saúde, políticas públicas, entre outros. No que concerne aos estudos sobre as políticas públicas, o principal foco, sobretudo dos sistemas capitalistas, é a

acelerada mudança da pirâmide sociodemográfica, bem como a previsão de que essa inversão terá como consequência a impossibilidade de a Previdência Social sustentar o pagamento das aposentadorias. Conforme Camarano e Pasinato (2004),

A análise do debate sobre a crise do sistema previdenciário e as medidas dele decorrentes têm se pautado não só no Brasil, por uma visão de crise como de natureza exclusivamente contábil, e uma insolvência de fato ou iminente é a sua única motivação. (Camarano e Pasinato, 2004, p. 275)

Carmo e Zazzeta (2016) também chamam a atenção para a inversão da pirâmide sociodemográfica, destacando a enorme presença de pessoas idosas no cenário mundial e seus desafios no presente e para o futuro. Assim também, Camarano e Pasinato (2004) comentam uma das perspectivas adotadas nesse debate: aquela que vê o envelhecimento como uma ameaça tanto às economias quanto à democracia, indicando a necessidade de pensar políticas públicas efetivas na gestão desse fenômeno. Já em relação a sustentabilidade da Previdência Social, Silva Filho (2013) diz que só se desenvolve um sistema previdenciário forte a partir de sua evolução histórica e de uma gestão rigorosa, em que as fraudes e os sistemas falhos possam ser eliminados.

A vigência da Lei 4.682/1923, conhecida como Lei Eloy Chaves, deu origem à semente da Previdência Social que completou cem anos em 2023. Àquela época, o sistema de caixa e pensões abarcava exclusivamente funcionários de 27 estradas de ferro do país. Atualmente, é responsável pelo pagamento de 22,4 milhões de aposentadorias apenas no Regime Geral composto por trabalhadores da iniciativa privada e servidores não filiados a regimes próprios (Brasil, 2022).

É importante ressaltar que compõem a previdência brasileira três regimes diversos: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que abarca os trabalhadores do setor privado; o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), no qual estão incluídos os servidores públicos; e, mais recentemente, surgiu o terceiro regime, conhecido como previdência complementar. Esse último é de natureza privada e sua adesão é opcional (Camarano; Fernandes, 2016).

É natural que o fenômeno “aposentadoria” passe por transformações, uma vez que o mundo do trabalho não é mais o mesmo de quando a aposentadoria foi criada. Daquela época até o momento atual, ocorreram profundas transformações culturais, econômicas, sociais, demográficas e no modo de produção. Como vimos,

poucas categorias profissionais tinham direito ao benefício, as condições para exercer esse direito eram diferentes das atuais (idade inferior, por exemplo) e as condições de trabalho eram outras. Conquistas como direito a pagamento de hora noturna e hora extra foram sendo efetivadas ao longo do tempo. “O mundo contemporâneo é confrontado a cada instante com a rapidez das mudanças tecnológicas. As tecnologias, por sua vez, influenciam as relações sociais e familiares [...]” (Carmo; Zazzeta, 2016, p. 93). Hoje, a sociedade vive a era digital, da inteligência artificial, da globalização, da mão de obra deslocalizada, do trabalho remoto. Antes, a previdência social era restrita à aposentadoria, saúde e pensão por morte; hoje abarca mais de vinte benefícios, auxílios e pensões (Brasil, 2022).

Após a Constituição de 1988, a Previdência Social passou por diversas reformas. Na última reforma ocorrida em novembro de 2019, por exemplo, os requisitos para se alcançar a aposentadoria aqui referida foram alterados; as mulheres devem ter, no mínimo, 30 anos de contribuição e 62 anos de idade. Já os homens devem ter, no mínimo, 35 anos de contribuição e 65 anos de idade, bem como alteração na forma de calcular o valor a ser recebido (Brasil, 2019).

É importante também refletir sobre o conceito de cuidado em suas perspectivas, pois a sobrevivência do ser humano depende do cuidado em todas as fases do seu desenvolvimento. A proteção social por parte das políticas públicas e dos órgãos públicos se enquadra como uma forma de cuidado social. Portanto, pensar na aposentadoria como benefício social a partir da perspectiva do cuidado é fundamental para uma sociedade mais justa, principalmente, para uma sociedade que envelhece. O envelhecimento traz consigo diversas alterações na funcionalidade do organismo e, conseqüentemente, na rotina familiar e no ambiente social. Por esse motivo, fazem-se necessárias novas políticas públicas e/ou adequação das já existentes, com foco nesse público específico, principalmente nos idosos de baixa renda, uma vez que o contexto social e econômico é dinâmico.

A sociedade vive uma época de muitas mudanças e profundas transformações em alta velocidade e dentro de todas as esferas da vida humana: econômica, produtiva, política, social e espiritual. Estamos diante de novos e difíceis desafios que exigem uma nova postura dos formuladores de políticas públicas para encontrar novos parâmetros sociais, econômicos e culturais para embasar os acontecimentos e enfrentar os problemas de maneira adequada, incorporando as novas demandas dos diversos atores sociais (Pedro *et al*, 2013, p.4).

Este estudo se volta para as experiências intrapessoal e interpessoal. Intrapessoal, pois as decisões devem ser tomadas por quem trabalha, já que se trata de algo que lhe acompanha durante a maior parte da vida - o trabalho, e lhe fará passar a um novo status, o de aposentado. Interpessoal porque essas decisões são tomadas por alguém que está inserido no seio de uma família, que se caracteriza, também, por relações estabelecidas entre seus membros. Quando uma pessoa, após anos de trabalho, opta por requerer ou não a aposentadoria a que faz jus, ela avalia: agora ou posteriormente? Porque essa decisão implica consequências para si e para o seu entorno.

No momento em que o trabalhador opta por planejar a própria aposentadoria, o que denota uma postura de cuidado, ele também pensa a respeito de inúmeras questões, como a financeira e a ocupação do tempo. Ele, igualmente, busca manter sua qualidade de vida e a dos familiares. Cabe trazer aqui o conceito de “cuidar”, elaborado por Macena, Oliveira Junior e Carvalho (2021, p. 4): “cuidar vai muito além do eu, cuidar implica em cautela, tomar com atenção e prudência algo que envolve o todo”. Quando a pessoa não planeja a própria aposentadoria, o que acontece? Ela vive a partir do momento. Toma decisões a partir do que for acontecendo.

Outro conceito que costuma estar implicado nas decisões que tomamos é o de justa medida. O conceito de justa medida na filosofia ocidental tem origem em Aristóteles, e na filosofia oriental, remonta a Confúcio (Bueno, 2005). Ambos elencaram nos seus conceitos pontos coincidentes e algumas perspectivas diferentes. Sinteticamente,

Confúcio definiu claramente que a virtude se estabelece num processo de moderação entre deficiência e desmedida [...] e nesta justa medida [...] é que se constrói o que é dignamente moral [...]; do mesmo modo, Aristóteles afirmava que existiam três tipos de disposição moral: o excesso, a falta e a justa medida – esta, como vimos, que se adquire pela experimentação e que constitui a base de sua excelência[...]” (Bueno, 2005, p. 77).

Sobre a justa medida, Mortari (2015) assim a conceitua:

[...] la questione consiste em trovare la giusta misura dell'essere com e per l'altro, in altre parole nel trovare il punto di equilibrio fra l'essere presente attivamente e il farsi da parte per lasciare all'altro uno spazio de movimento esperienziale che sia integro (Mortari, 2015, p. 207).²

Isso quer dizer que é necessário avaliar o contexto e perceber o ponto em que se dará o equilíbrio, aquele em que se considera o si mesmo (a própria pessoa), os próprios desejos e objetivos, sem desconsiderar o si mesmo na relação com o outro no momento de tomar decisões e ainda, o outro nas suas necessidades.

2.1 APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE: EXPECTATIVA X REALIDADE

A aposentadoria aqui especificada é reconhecida com um direito garantido ao trabalhador após determinada quantidade de anos de contribuição e ao atingir determinada idade mínima (Brasil, 1991). Apesar de ser um benefício, a aposentadoria pode, em algumas ocasiões, gerar um conflito na pessoa e, em alguns casos, também na família, pois, como comentado anteriormente, acontece uma ruptura drástica no contexto de vida da pessoa.

Desde a escola, o indivíduo é condicionado a pensar em desenvolver uma profissão/trabalho futuro e, após a conquista, utiliza-o como importante referencial de tempo. Ele passa a definir o momento de outras atividades, como consulta médica, exames, academia, cursos, encontro com amigos, por exemplo, para antes ou depois do horário de trabalho ou ainda em dia não laborativo. De repente, ao se aposentar, perde esse referencial que, segundo Ronchi (2012), é a atividade

² “a questão é encontrar a medida certa de estar com e para o outro”, ou seja, “encontrar o ponto de equilíbrio entre estar attivamente presente e afastar-se para deixar ao outro um espaço para experiência que seja integral”. (Mortari, 2015, p. 207) *Tradução livre.

reguladora da organização humana. Pode-se, então, imaginar que essa perda traga consequências e gere necessidade de se fazer ajustes, conforme afirmam Leandro-França, Iglesias e Murta (2018, p. 391): “A aposentadoria pressupõe um processo de adaptação a uma nova etapa da vida[...]”. Isso porque a existência humana se desenrola em relação e em interação com os diversos contextos, no tempo, afetando-os e sendo por eles afetados. Nesse sentido, todo processo de adaptação requer ajustes.

Nos dias atuais, a aposentadoria passou a ser vista, por muitos, como um privilégio para poucos diante das mudanças sociodemográficas e das preocupações com uma possível incapacidade institucional (Previdência Social) de manutenção desse benefício. A aposentadoria por tempo de contribuição e idade é o tipo que apresenta maior incidência (Brasil, 1991). Esse tipo de aposentadoria comporta em si o seguinte binômio: aposentadoria-envelhecimento. Isso porque a passagem do tempo representa, simultaneamente a conquista do tão sonhado benefício e o início de uma nova fase do desenvolvimento humano, a velhice.

A aposentadoria por tempo de contribuição, geralmente, acontece quando os filhos, se existirem, possivelmente já saíram de casa. É um momento em que o vigor físico e mental também já apresenta alterações naturais por conta do processo de envelhecimento. No entanto, segundo Pereira *et al* (2016), essas alterações acontecem de forma diferenciada nas pessoas, a depender das características individuais, da herança genética, bem como de fatores ambientais e culturais, entre outros, com os quais a pessoa teve contato ao longo da vida.

Os aspectos e alterações naturais se entrelaçam com as transformações históricas e sociais e se refletem na vida do idoso e nas relações familiares, como defendido pela Perspectiva do Curso de Vida. A existência humana não só passa por transformações como também as produz ao longo do tempo histórico, cronológico, linear. Faz-se necessário, portanto, continuar pesquisando temas vinculados à família.

Em geral, a expectativa do trabalhador é vivenciar a aposentadoria como um momento de descanso, de oportunidade para viver o que até então não pôde ser experimentado por conta da sua ocupação. No entanto, não significa que parar seja um processo fácil. Segundo Magalhães e Brito (2022, p. 144), “a perda abrupta do papel de trabalhador também pode ser problemática”.

No que tange à Previdência Social, o trabalhador pode ter suas expectativas frustradas, pois as reformas acontecem e alteram os requisitos para aquisição do benefício. Leis trabalhistas vêm sendo flexibilizadas, gerando a necessidade de ajuste na expectativa do exercício da aposentadoria.

É possível que o valor dos benefícios previdenciários seja insuficiente e a permanência no mercado de trabalho seja um imperativo. [...] se a necessidade de trabalhar após a aposentadoria pode ser vivenciada como um fardo indesejável para alguns trabalhadores [...] (Magalhães; Brito, 2022, p. 144).

Como exemplo prático dessas mudanças, pode-se citar a Emenda Constitucional nº 103 (Brasil, 2019) que determina critérios mais rígidos para aquisição do benefício e altera as regras de cálculo. Essa reforma atingiu tanto os trabalhadores do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) quanto os que são vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), isto é, os servidores públicos da União.

No momento da aposentadoria por contribuição e idade, inicia-se uma etapa do processo de envelhecimento em que podem aparecer limitações físicas e/ou intelectual/cognitiva, que antes não eram sentidas, como desaparecimento de memórias que antes eram frescas e diminuição da rapidez de raciocínio, por exemplo. “O envelhecer, última etapa do curso de vida, é cercado por diversas mudanças físicas, fisiológicas e de papéis sociais” (Santos; Lordelo; Sá, 2022, p.73). Todas essas mudanças acontecem em momentos diferentes, de formas distintas e com impactos diversos nas pessoas que as vivenciam.

Do que depende essa diversidade? Da cultura em que o idoso está inserido? Do planejamento e cuidado prévio do envelhecimento? Da existência de políticas públicas efetivas? Do contexto social em que a pessoa está inserida? Das condições vivenciadas ao longo da vida no ambiente laborativo? Santos, Lordelo e Sá (2022) respondem:

As especificidades de cada ser idoso estão imbricadas no contexto social. Há uma multiplicidade de formas de se experienciar a condição de sujeitos maduros, como estes se posicionam diante do mundo, com é ser no mundo diante das metamorfoses do corpo, de como encara sua imagem, da posição social, de suas relações com o tempo e a história (Santos; Lordelo; Sá, 2022, p.73 e 74).

Sim, o processo de envelhecimento é complexo nas suas várias nuances e a concomitância com a aposentadoria pode ser um dificultador. Será a presença da velhice uma agravante no vivenciar da aposentadoria? Será a aposentadoria um agravante nessa etapa do envelhecimento? Entre outros, ressaltamos dois fatores que influenciam a expressão do envelhecer: a percepção pessoal, ou autopercepção de quem envelhece, e a percepção social.

Considera-se relevante pensar a aposentadoria associada ao envelhecimento em razão do novo quadro sociodemográfico que vem se desenhando em todo o planeta, conferindo um aumento da população idosa (IBGE, 2006) e requerendo ajustes familiares e sociais. Sobre o envelhecimento e a aposentadoria, Maciel (2011, p. 21) diz: “deve-se tentar compreender o contexto trabalho, envelhecimento e aposentadoria e a partir disto, ampliar o conhecimento dentro de uma perspectiva holística[...]”. Todos esses aspectos, ou seja, trabalho, envelhecimento e aposentadoria, se desenvolvem no interior de uma família e em suas relações, daí a necessidade de olharmos para esse fenômeno, visto que a importância da família para a sociedade como um todo é amplamente reconhecida.

Quando se fala em aposentadoria por tempo de contribuição está implícito que, em uma fase anterior, houve trabalho. Trabalho-aposentadoria é outro binômio que demarca dois momentos distintos na vida das pessoas: um momento de atividade intensa, de obrigações, de tempo controlado e, posteriormente, um momento de tempo livre e disponível que necessita ser ressignificado. Esse binômio será analisado no próximo tópico.

2.2 PLANEJAMENTO DA APOSENTADORIA: RELAÇÃO TRABALHO/APOSENTADORIA

Sokolowski nos fala sobre a asserção de que “só podemos ter um tempo presente posto contra o pano de fundo de um passado ou de um futuro” (Sokolowski, 2014, p.66). O mesmo raciocínio é aplicado à aposentadoria. Só podemos pensar a aposentadoria por tempo de contribuição e idade em contrapartida a um passado de trabalho e o momento futuro como aposentado.

Segundo Borges e Yamamoto (2014, p. 25), “trabalho é objeto de múltipla e ambígua atribuição de significados e/ou sentidos”. Cabe aqui esclarecer, de forma

bem objetiva, o entendimento adotado, neste estudo, quanto a essas duas palavras: significado e sentido.

A busca por definições precisas remete a que os significados são construídos e apropriados coletivamente em determinado contexto, enquanto os sentidos se referem a uma produção pessoal a partir da apreensão individual de tais significados (Schweitzer *et al*, 2016, p. 104).

Foram encontradas algumas visões acerca do trabalho e, entre tantas, a primeira a ser aqui abordada será a de Codo (1996, p. 41), o trabalho “é uma relação de dupla transformação, entre o homem e a natureza, geradora de significados[...]”. Agregando-se mais algumas perspectivas acerca do trabalho, Ronchi (2012) coloca a questão da diversidade de modos de se ver o trabalho que, para algumas pessoas, trata-se de algo imposto ou necessário para suprir as exigências básicas de sobrevivência.

Para Akoa e Fornasier (2021, p. 101), “o trabalho, no seu sentido básico e genético, é e implica, nas suas múltiplas formas, uma transformação, um certo fazer concreto” e prossegue, trazendo à tona a discussão da cotidianidade do trabalhar, ou seja, atividade que está presente no dia a dia e que, segundo ele, é o que marca mais o homem ao longo de sua vida e sua existência de vir a ser. “O trabalho é então, nessa perspectiva, o que faz o homem compreender e conhecer melhor o seu próprio condicionamento temporal[...]” (Akoa; Fornasier, 2021, p.101). Estes autores também reforçam a importância do trabalho tanto para o homem quanto para a sociedade.

O fato é que, desde criança, o indivíduo é estimulado a estudar para ser alguém na vida e, nessa perspectiva, ser alguém na vida significa ter uma profissão/trabalho. Após anos vivenciando a realidade do trabalho, chega-se ao momento da aposentadoria. Para França (1999), o distanciamento do ambiente laborativo em consequência da aposentadoria é, provavelmente, a perda mais importante da vida social das pessoas.

Stoer, Magalhães e Rodrigues (2004) abordam a perspectiva da identidade vinculada ao trabalho e nos dizem que, no sistema capitalista, ocorre uma valorização da identidade direcionada ao trabalho, qualificando ou desqualificando a pessoa e causando, com isso, um processo de inclusão ou exclusão social.

“Cada indivíduo e as suas estratégias de vida desenvolvem-se progressivamente na base de uma identidade criada dentro e através da atividade laboral e no lugar que cada qual ocupa no mundo da produção como se este último moldasse as características de cada um” (Stoer, Magalhães e Rodrigues, 2004, p.104).

Cabe ressaltar que nem sempre, porém, a aposentadoria significa afastamento do mundo do trabalho, já que, segundo Raymundo e Santana (2017), percebe-se uma tendência de crescimento do número de pessoas que continuam trabalhando e, por isso, economicamente ativos. Camarano, Kanso e Mello (2004, p. 60) também reportam esse fato, quando dizem que “[...] o mercado de trabalho brasileiro apresenta uma particularidade: o aposentado retorna a ele ou, em alguns casos, permanece exercendo suas atividades”.

Olhando sob outra perspectiva, Dejours (2006) nos alerta acerca do paradoxo que envolve o trabalho:

O trabalho tem efeitos poderosos sobre o sofrimento psíquico. Ou bem contribui para agravá-lo [...] ou bem contribui para transformá-lo, ou mesmo, subvertê-lo, em prazer, a tal ponto que em certas situações, o indivíduo que trabalha preserva melhor a sua saúde do que aquele que não trabalha (DEJOURS, 2006, p. 21).

Encontram-se, também, em Ronchi (2012), argumentos que vão na direção do que foi dito por Dejours (2006): por um lado, associa-se ao trabalho uma ideia de sacrifício, de esforço, de causador de transtorno de desgaste e, por outro, encontra-se também a consideração de trabalho como algo positivo.

A importância do trabalho na vida das pessoas fica muito clara ao perceber-se os inúmeros autores que se dedicaram a pensar e escrever a respeito. Bauman (2001) entende que a sociedade ainda está muito vinculada ao trabalho, considerando-o como essencial na vida do ser humano. Não é raro ouvir-se cotidianamente a fala: primeiro o trabalho, depois o lazer, o que, segundo Borges e Yamamoto (2014), não só traduz o destaque dado ao trabalho como também o coloca como oposto ao prazer.

Percebe-se como essa temática tem sido abordada por diversos autores, ressaltando-se aspectos diferenciados. Para Arendt (2020), “o desprezo pelo trabalho na teoria antiga e sua glorificação na teoria moderna baseavam-se ambos na atitude subjetiva ou na atividade do trabalhador – um desconfiando de seu doloroso esforço, outra louvando sua produtividade” (Arendt, 2020, p. 114)

Arendt (2020, p. 39) nota, ainda, o fato de o trabalho ter sofrido uma grande ascensão ao longo do tempo, saindo “da mais baixa e desprezível posição à mais alta categoria”, passando a ser considerada “a mais estimada de todas as atividades humanas” (Arendt, 2020, p. 39), assinalando que essa ascensão começou quando Locke, filósofo inglês, vinculou o trabalho à posse de propriedades. No entanto, falar em trabalho significa considerar a possibilidade de que um dia existirá a aposentadoria.

Reforçando a ideia do binômio trabalho-aposentadoria, Rabinovich *et al* (2021, p. 13) apresentam, em sua pesquisa, relatos sobre a valorização do trabalho e desqualificação da aposentadoria, a partir da crença de que a aposentadoria retira algo do indivíduo: “Eles lutavam para manter seu *status quo*, e desse modo, poder auferir o prestígio e amparo emocional dado pela profissão”. Através dessas narrativas, percebe-se uma contraposição na percepção do trabalho e da aposentadoria; a aposentadoria é desejada, é um benefício, uma conquista, mas é, algumas vezes, rejeitada, em razão da dimensão que o trabalho ocupa na vida das pessoas, bem como da percepção social direcionada à aposentadoria e ao aposentado. Poderia o ato de planejar a própria aposentadoria diluir, ou eliminar essa tensão?

Ainda sobre o binômio trabalho/aposentadoria, Antunes e Moré (2014) apontam que o cansaço e a insatisfação com o trabalho pesam na decisão de aposentar-se. Para estes autores, essa escolha possui caráter multideterminado, já que está vinculada a diversas questões, como as relações familiares, por exemplo. Percebe-se, com isso, os múltiplos fatores que interferem na gestão do fenômeno trabalho-aposentadoria que não se extingue em si mesmo, pois repercute em outros aspectos da vida do indivíduo e da sua família.

O período que antecede e sucede a aposentadoria movimenta muitas emoções no indivíduo. Na pré-aposentadoria, uma tensão pode se instalar em razão da dimensão da decisão a ser tomada e seus efeitos futuros, mobilizando diversas emoções. Essas tensões são referidas, também, por Zanelli (2012), apontando para a possibilidade de serem vivenciadas de diferentes maneiras. Em Vieira (2018) encontramos que, possivelmente, a primeira preocupação nessa fase diz respeito ao seu impacto financeiro, à capacidade futura de manter o padrão de vida a partir da nova renda familiar.

Na pré-aposentadoria, a preocupação poderá tomar uma dimensão maior ou menor a depender de como o período laboral foi gerido: conquistou moradia própria ou alugada? Possui plano de saúde? Tem reserva financeira? Fez investimento para o futuro? Tomada a decisão e concretizada a aposentadoria, o que acontece? Para alguns, o vazio, o tédio e/ou o arrependimento; para outros, um novo começo de vida, novos projetos, uma oportunidade para iniciar uma atividade que não pôde exercer enquanto trabalhava ou mesmo “*un dulce far niente*”³, conversar na praça com os amigos, jogar cartas, entre outras possibilidades.

Tomada a decisão, ocorre uma ruptura drástica de hábitos, visto que no dia anterior a pessoa tinha que sair para trabalhar e cumprir tarefas, alcançar metas, interagir com colegas, clientes, parceiros, e, no dia seguinte, todo aquele contexto já não existe mais. O que fazer? Como fazer a gestão daquele tempo que passou a ficar disponível, se não houve planejamento, nem direcionamento, sem perspectivas de atividades?

O Estatuto da Pessoa Idosa, no seu capítulo VI, artigo 28, inciso II, determina:

[...] preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de 1 (um) ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania (Brasil, 2003).

A lei existe, mas as empresas não a estão adotando como previsto. Isso demonstra pouca compreensão acerca da importância do tema. O único aspecto sobre o qual geralmente se pensa, com preocupação, quando se fala em aposentadoria, é o econômico, isto é, as perdas financeiras. Cabe aqui uma observação quanto à redação do artigo, que não especifica a quem cabe a obrigatoriedade de fornecer a preparação através dos programas de pré-aposentadoria, quem deve ser o executor de tais programas e como serão desenvolvidas.

O artigo 28, em seu texto introdutório, diz “O Poder Público criará e estimulará programas de: [...]” (Brasil, 2003). O que significa “estimulará”? Que área/órgão do Poder Público? Dependerá apenas do Poder Executivo? Ou será necessária a participação do Poder Legislativo, através da aprovação de políticas públicas? Estimulará as empresas públicas e privadas? Como se dará esse estímulo? Criar e

³ “A delícia de não fazer nada”. *Tradução livre.

estimular não implicam obrigatoriedade. A lei, afinal, deixou espaço para a não aplicação da mesma. Existe uma previsão de penalidade para quem não o fizer? Não, não existe.

Porém, a aposentadoria vista como ponto de partida pode ser um momento para imprimir maior qualidade às relações familiares e sociais e para realizar o que não foi possível anteriormente em razão da falta de tempo, que foi, prioritariamente, dedicado ao trabalho. “O modo de vivenciar a aposentadoria atrela-se aos interesses e motivações pessoais, ao grau de comprometimento com o papel profissional até então exercido e à condição econômica do aposentado” (Zanelli, 2012, p. 331).

Como citado, anteriormente, nesse processo existem dois outros fatores que interferem na questão trabalho/aposentadoria/envelhecimento: o significado e o sentido que lhes são atribuídos. Não existe um consenso em relação aos termos “sentido” e “significado”, numa perspectiva de trabalho. Alguns autores os tratam como sinônimos, outros o veem como diversos (Tolfo; Piccinini, 2007). Para Tolfo e Piccinini (2007), significado de trabalho diz respeito à

representação social que a tarefa executada tem para o trabalhador, seja individual (a identificação de seu trabalho no resultado da tarefa), para o grupo (o sentimento de pertença a uma classe unida pela execução de um mesmo trabalho), ou social (o sentimento de executar um trabalho que contribua para o todo, a sociedade) (Tolfo; Piccinini, 2007, p. 40).

Como definidores do sentido do trabalho, os autores supracitados coadunam com o que diz o grupo *Meaning of Work International Research Team* (MOW) – um grupo de pesquisas internacional, sediado no Canadá, que investiga o sentido e a centralidade do trabalho em diversos países:

atribuem como definidores de sentido além do significado – individual, coletivo e social do trabalho-, a utilidade da tarefa executada para a organização a que se pertence, a autorrealização e a satisfação, o sentimento de desenvolvimento e evolução pessoa e profissional e a liberdade e autonomia para execução das tarefas (Tolfo e Piccinini, 2007, p. 41).

A questão do sentido e significado do trabalho pode interferir inclusive, na decisão de se aposentar e na adoção do planejamento ou não. Planejar é pensar a respeito daquilo que se deseja realizar. É um trabalho de imaginação e criatividade,

razão e objetividade. É a atitude de se antecipar e imaginar o percurso até alcançar o objetivo, pensando nos obstáculos que deverão ser superados, nas forças que serão necessárias, dando-se conta de que deverá recorrer à própria resiliência para superar as dificuldades que possam surgir, já imaginando possíveis soluções (Garcia, 1984; Ourique; Teixeira, 2012; Rieg; Araújo Filho, 2002). O seu oposto é o não planejamento.

“Planejar o futuro com clareza de objetivos pode facilitar o ajustamento à aposentadoria” (Leandro-França; Iglesias; Murta, 2018, p. 390). Para Seidl, Conceição e Nery (2018, p. 134), “Independentemente de considerar a aposentadoria como perda, ganho, como ambos ou como continuidade, preparar-se para esse momento é importante”. Porém, é importante lembrar que o planejamento deve ser elaborado considerando a singularidade da vida de cada pessoa e que o ato de planejar não implica, necessariamente, na capacidade de executar o que foi planejado. O que reforça a necessidade um acompanhamento através de programas específicos com essa finalidade.

Antunes e Moré (2014) apontam que os principais papéis exercidos na vida são os vivenciados entre o domínio do trabalho e o da família, que acontecem em interação. Sendo assim, é importante a continuidade de pesquisas na perspectiva dessa interação.

3 RELAÇÕES FAMILIARES DA PESSOA QUE SE APOSENTA

Para chegar às relações familiares, a proposta do presente capítulo é a de olhar para a família e, em seguida, para as relações conjugais e parentais. Como sinaliza Dias (2015, s.p.), em sua apresentação na 18ª Semoc, “ao se discutir família é sempre importante lembrar que suas formas e características estão intimamente relacionadas à realidade social na qual se encontram”. Esta afirmação encontra similaridade com a colocação de Dessen (2010) sobre as dinâmicas de relações nas famílias brasileiras pobres e naquelas que se encontram abaixo da linha de pobreza que, segundo ele, são diferentes das estabelecidas nas famílias de classe média. O tema será tratado de forma ampla, genérica, buscando as especificidades quando se referir ao objeto da pesquisa.

No tocante às relações em si, Araújo (2005, p. 11), a partir da Fenomenologia, afirma que “estar-no-mundo é fundamentalmente estar-com-os-outros”. Aprofundando um pouco mais a colocação, nos diz que a diversidade dessa experiência de “estar-com-os-outros” passa pela simples convivência enquanto possibilidade de diálogo, que abarca a amizade e também experiências de conflito e indiferença, mas que afinal só a amizade e o amor conseguem tornar mais leve a solidão essencial do indivíduo (Araújo, 2005). Aqui, entende-se que estejam incluídas as relações familiares, já que nestas estão presentes, o amor e a amizade.

Antunes e Moré (2014) ressaltam a importância do desenvolvimento de pesquisas que versem sobre aposentadoria e família, em razão da relevância dessa discussão e da escassez de produção científica nacional. Nos últimos anos, porém, com o aprofundamento do conhecimento na área, a percepção da importância do tema vem crescendo muito a partir da divulgação da tendência de inversão da pirâmide sociodemográfica, bem como o investimento em pesquisas.

3.1 FAMÍLIA E RELAÇÕES FAMILIARES: CONJUGAIS E PARENTAIS

Alguns temas ultrapassam fronteiras temporais e geográficas, a família é um deles. A relevância deste estudo reside no fato de que a sociedade parte desse

agrupamento e tem se perpetuado por meio dele. Por esse motivo, é oportuno entender as relações familiares também a partir de eventos específicos, no caso – a aposentadoria-, que acontecem no seio da família, principalmente, considerando-se as mudanças sociodemográficas que vêm ocorrendo.

As mudanças pelas quais a família passou e ainda vem passando são fruto de processos históricos e sociais. Na contemporaneidade, família não é entendida como um conceito fixo, significando uma estrutura única no tempo e espaço, mas sim como um termo, cujo significado mudou ao longo da história da humanidade, bem como parte da sua essência. Essa informação está alinhada com o que nos diz a Perspectiva do Curso de Vida acerca dessa interação entre o macrossocial e o microssocial, ou seja, as interações que ocorrem entre as pessoas no seu ambiente familiar e os fatos históricos e sociais interferem nas intensas transformações que vêm acontecendo na contemporaneidade e são geradoras de uma necessidade de readaptação constante das famílias (Carvalho, 2021; Dias, 2015).

Encontram-se em Ariès (2018), em seu livro *História Social da Criança e da Família*, informações sobre a família no período medieval: “A densidade social não deixava lugar para a família. Não que a família não existisse como realidade vivida[...]. Mas ela não existia como sentimento ou como valor” (Ariès, 2018, p. 191). Mais adiante, na conclusão, Ariès (2018, p. 193) continua: “A família cumpria uma função – assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes – mas não penetrava muito longe na sensibilidade”. Essa citação ilustra uma das mudanças pelas quais o conceito de família já passou, entre outras transformações pelas quais vem passando.

Ao longo do tempo, a família foi-se transformando a partir da interação com o meio, com os agrupamentos, com a evolução do ser humano e da sociedade. “Dada as diversas mudanças que se apresentam na cena contemporânea, as quais afetam tanto as relações familiares quanto as profissionais, é necessário ampliar a apreensão acerca dessa interface” (Antunes; Moré, 2014, p. 146).

A família como a conhecemos hoje, um grupo privado composto por membros unidos em uma relação interpessoal de afeto, de cuidado e de amor nas suas diversas facetas, não é um formato que existe desde sempre. Trata-se de um grupo que, segundo alguns autores, surgiu a partir da necessidade de cuidados que um bebê humano exige (Ariès, 2018; Engels, 2019).

A evolução da tecnologia, fenômeno que teve e continua a ter um grande impacto na sociedade em geral, também afetou a família. Passou-se a ter filhos que foram gerados fora do ambiente biológico natural, ou seja, fora do útero da mãe. Mudanças como essa afetam o ambiente interno da família, uma vez, por exemplo, que alguns países aceitam esse tipo de gestação e outros não, quando são adotados por casais homoafetivos, gerando crise e desconforto no interior das famílias que optaram por esse método.

A diversidade de formato das famílias também foi comentada por Carvalho, Bussab e Rabinovich (2013):

A diversidade de arranjos sociais e culturais humanos é amplamente reconhecida. É possível, no entanto, estruturá-los em alguns padrões mais característicos no decorrer da história da espécie-humana, desde seus primórdios até a contemporaneidade. [...] No modo de vida que caracterizou esse longo período, os grupos pré-humanos e humanos eram constituídos por famílias extensas de cerca de 30 pessoas [...] (Carvalho; Bussab; Rabinovich, 2013, p. 93).

No decorrer dessas transformações, os relacionamentos intrafamiliares foram ganhando consistência. É importante ressaltar que o processo de transformação é contínuo. Percebe-se, portanto, a partir das informações fornecidas pelos autores citados, que a família tem se ajustado ao contexto, influenciando-o e sendo por ele influenciada. O que é a família? se pergunta Pierpaolo Donati (2011) e prossegue:

O objetivo de defini-la sempre foi, hoje como ontem, um quebra-cabeça. [...]. Mas isso não quer dizer que a família não possa ser conceituada. Aliás, em geral cada cultura tem sua própria representação da família. Mais ainda: o fato de que hoje esta representação parece esvaecer indica não tanto que a família desaparece, mas antes que estamos diante de um processo sociocultural de nova diferenciação da família. (Donati, 2011, p. 49).

Para Donati (2011), é necessário reconhecer a peculiaridade, a originalidade da relação familiar, como distinta de todas as outras relações. Ele procura encontrar e compreender a relação familiar a partir daquilo que constitui sua unicidade porque a família é diferente da relação de amizade, de trabalho, médico-sanitária. [...]. “O problema é dispor de uma teoria da família à altura da complexidade dos processos de diferenciação social típicos da atualidade” (Donati, 2011 p. 28).

Segundo Goldani (2005) existe uma variedade de discursos sobre as transformações na família, e também sobre as motivações para que essas aconteçam. Todavia, esse grupo social tem demonstrado uma enorme resiliência e capacidade de se reinventar. Entende-se a família como vínculo, amor, intenção de criar algo maior que a soma das partes; é afeto, é cuidado, é consciência de estar formando um núcleo particular com possibilidade de continuidade, particular nas suas características e privado na sua intimidade (Boff, 2013; Mortari, 2015; Petrini; Alcântara, 2015).

Acerca das relações conjugais, Petrini e Alcântara abordam questões encontradas na literatura internacional com foco à “qualidade da relação de casal, à percepção de mudanças em relação às gerações anteriores, à dimensão ética do pacto conjugal e ao grau de satisfação dos cônjuges.” (Petrini; Alcântara, 2015, p. 217). Em concordância com o que diz a Perspectiva do Curso de Vida, os autores apontam ainda que houve mudanças no que sustentava o grupo familiar, que estes “foram postos de lado” a partir de uma “experiência social cotidiana” como referência das relações familiares e da sociedade como um todo (Petrini; Alcântara, 2015). Ou seja, o contexto social, o aspecto macrossocial, influenciando o contexto familiar, o microssocial.

As possíveis diferenças de repercussão do planejamento ou não da aposentadoria nas relações familiares é o foco principal do nosso estudo, em razão do reconhecimento da importância da família para o indivíduo e para a sociedade bem como da importância e da dimensão que ocupa o trabalho na vida das pessoas. Vieira (2018), em sua dissertação, teve como um dos achados que

A família que vivencia o processo de aposentadoria de um ou mais membros pode passar por dificuldade e acirramento de conflitos e chateações, mas também desfruta de satisfações [...] A aposentadoria para o indivíduo e para a família parece ser entendida pelos participantes desse estudo como evento inerente ao curso de vida e percebida com naturalidade [...] ainda que sejam reconhecidas as dificuldades e conflitos que ocorrem na aposentadoria (Vieira, 2018, p. 122-123).

Por outro lado, na pesquisa de Maciel (2011), foi destacado também o aspecto das relações sociais, como vemos no trecho a seguir:

Com a aposentadoria, o idoso confronta-se com um vazio das horas que antes dedicava ao trabalho, com perdas de relacionamentos sociais com colegas de trabalho e também com dificuldades de adaptar-se ao convívio mais prolongado com a família, os quais podem ser fatores que facilitam o aparecimento da depressão (Maciel, 2011, p. 5).

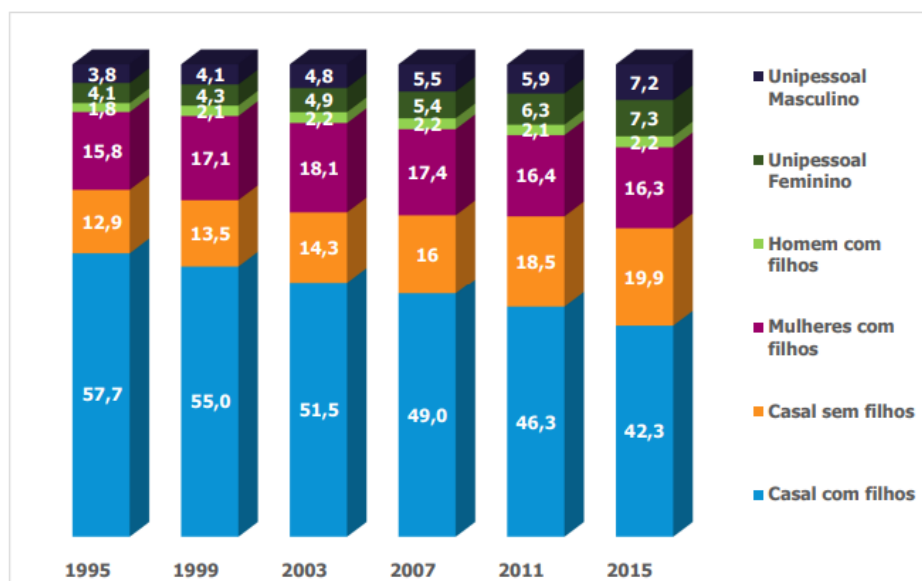
Já Antunes, Soares e Moré (2015) apontaram como um dos aspectos identificados:

[...] que a aposentadoria é um estressor no ciclo vital da família, visto que a iminência deste período ocasiona a reorganização do sistema familiar, afetando os padrões comportamentais e a qualidade dos vínculos estabelecidos entre o casal e destes com seus filhos. (Antunes; Soares; Moré, 2015, p. 432).

Em comum, todos eles entendem que a aposentadoria pode desencadear inúmeras repercussões, entre elas, atuar como estressor, favorecer o desenvolvimento de depressão e como facilitador de conflitos dentro do ambiente familiar, além dos aspectos positivos que cada um salientou na própria pesquisa.

Quando se fala em relações familiares, refere-se a uma gama de fatores que interferem nesses relacionamentos. Neste estudo, o foco estará, mais especificamente, no grupo denominado família nuclear. Família nuclear é aquela que tem o casal com maior centralidade e a função de construir um núcleo em torno dos filhos (Ponciano; Féres-Carneiro, 2003). A definição pela família nuclear se deu considerando, justamente, a possível presença de jovens no núcleo familiar e, ainda, por ser o grupo ainda predominante de composição familiar. Em 2014, representava 44.8% dos arranjos familiares no Brasil (Camarano; Fernandes, 2015) (Figura 1).

Figura 1 – Distribuição percentual dos tipos de composições familiares – Brasil 1995/2015.



Fonte: Elaborado a partir de dados do IPEA. Indicadores. Chefe de família. Distribuição percentual das famílias por tipo de arranjo familiar, segundo sexo do/a chefe de família 1995 a 2015. (Brasil, 2021)

Segundo Petrini e Dias (2016, p. 19), “estudar as relações familiares na contemporaneidade significa compreender em primeiro lugar os vínculos entre o casal e, num segundo momento, as relações entre pais e filhos [...]”. Mais adiante, falam ainda sobre a importância do estudo dessas relações em razão das transformações e novas configurações que estas vêm apresentando. Neste estudo, será investigado se o planejamento ou não da aposentadoria por tempo de contribuição/idade é fator de influência nessas relações. Segundo Antunes e Moré (2014), a família é um dos principais espaços que serão habitados pelo indivíduo aposentado e, com frequência, motivo de apreensão acerca dos desdobramentos nos padrões relacionais após a efetivação da aposentadoria (Antunes e Moré 2014, p. 146).

Bengtson e Allen (2009, p. 469) expressam o desafio de pesquisar as relações familiares: “*Similarly, one of the enduring puzzles in family studies is the description and explanation of changes in roles and relationships among family members over time.*”⁴ Além disso, ressaltaram a importância de, conforme preconiza

⁴ Do mesmo modo, um dos quebra-cabeças persistentes nos estudos sobre a família é a descrição e explicação das mudanças nos papéis e relações entre os familiares ao longo do tempo (Bengtson e Allen, 2009, p. 469).

a Perspectiva do Curso de Vida, olhar para o percurso de desenvolvimento das ligações íntimas na família e para o contexto social em que elas se dão a longo prazo, atentando para a estrutura social e localização histórica. Destacaram ainda que essa perspectiva realiza uma abordagem contextual processual e dinâmica ao estudar as modificações que ocorrem na vida dos membros da família e da família em si, enquanto unidade social. A importância de se estudar a família, considerando o contexto em que se insere, é também apontado por autores como Macedo e Kublikowski (2016).

Neste estudo, investigou-se parte do contexto das relações familiares, especificamente a partir da saída de um de seus membros do mundo do trabalho através da aposentadoria por tempo de contribuição e idade. Antunes e Moré (2014) falam sobre a importância das relações entre os cônjuges, filhos e netos como uma das principais fontes de prazer. Relações essas que podem se intensificar após a aposentadoria de um dos membros do núcleo familiar, o que não significa, necessariamente que se intensificará de forma prazerosa.

Na sua pesquisa, Macedo e Kublikowsky (2016) encontraram que:

O amor entre o casal e os filhos foi reconhecido como importante por 75,0% da amostra, enquanto o diálogo entre pessoas da família foi reconhecido como relevante por quase metade dos participantes, 47,7%. (Macedo; Kublikowski, 2016, p. 45).

Esse resultado demonstra a importância da relação conjugal para a família. Já Petrini e Alcântara (2015), a partir da literatura internacional, destacam as mudanças que vêm ocorrendo não apenas na relação conjugal, mas também na família como um todo, creditando essas mudanças à crescente valorização do processo de individualização (Petrini; Alcântara, 2015).

O vínculo entre os cônjuges se estabelece e se perpetua ao longo dos anos a partir de determinado contexto. Magalhães (2003, p. 225) fala sobre considerar a conjugalidade “como uma dimensão referida à vivência compartilhada dos parceiros, alicerçada na relativa continuidade e estabilidade do vínculo conjugal”. Afirma ainda que “tal dimensão origina-se na trama identificatória dos parceiros, que se encontram imersos numa experiência de forte intensidade, baseada em laços afetivos e na complementaridade”. Finaliza, dizendo que “a trama identificatória dos parceiros configura uma identidade que engloba sentimentos, emoções, fantasias,

ideias, expectativas e projetos compartilhados”. Não é difícil imaginar, considerando a Perspectiva do Curso de Vida, que a aposentadoria provavelmente impactará as relações sociais, assim como todo e qualquer processo de transição.

Muitos fatores interferem na relação entre pais e filhos, inclusive, a qualidade da relação de conjugalidade entre os pais (Braz; Dessen; Silva, 2005). Quando se fala em ambiente familiar e relações familiares, imaginam-se ambientes positivos, sustentáveis, estruturados, mas também ambientes negativos, disfuncionais, onde ocorrem violências física, psíquica e patrimonial.

Carvalho (2015) aborda a interconexão entre a relação conjugal e parental, lembrando que alguns autores relacionam a participação paterna não apenas à interação entre pais e filhos, mas também aos cuidados, ao apoio à esposa, ao sentimento de satisfação com a paternidade, entre outros. A autora também abarca a questão da contemporaneidade, afirmando que existe “no interior da família contemporânea o confronto de duas forças antagônicas e complementares que permeiam o processo de desenvolvimento capitalista que são o individualismo e a colaboração” (Carvalho, 2015, p.11).

A aposentadoria se apresenta como uma oportunidade para a concretização da participação na vida da família. Enquanto a pessoa ainda está ativa no mercado de trabalho, a interação com a família é muito dificultada, uma vez que, geralmente, o trabalhador não detém a liberdade de gestão do próprio tempo, devendo cumprir horários estabelecidos pelo empregador.

3.2 RELAÇÕES FAMILIARES, APOSENTADORIA E ENVELHECIMENTO

De acordo com Donati (2011), travar relações faz parte do ser humano no mundo. E nos perguntamos: de onde surgiu essa característica humana de “ser relacional”? Encontra-se, na vasta produção acerca do desenvolvimento humano, informações sobre vínculos. Para Jonh Bowlby (2002), precursor da Teoria do Apego, os seres humanos apresentam uma inclinação natural primária para estabelecer vínculos afetivos, justificada pela vulnerabilidade do bebê recém-nascido.

Relacionando a questão da vulnerabilidade e do vínculo de Bowlby (2002) à perspectiva de Donati (2011) do ser relacional, entende-se que o cuidado é o

mediador natural das relações familiares. Para Almeida (2008, p. 2), “o cuidado[...] é o ser da facticidade do existente humano” e para Luigina Mortari (2015, p. 184) “*dal momento che la struttura d’essere dell’ente che noi siamo há uma qualità relazionale, l’ascoltare gli altri è maniera d’essere essenziale.*”⁵

Também Antunes e Moré abordam o aspecto relacional característico do grupo familiar:

O comportamento entre os membros do sistema familiar é interdependente de modo que a compreensão de um fenômeno não pode ocorrer unicamente pelo entendimento de questões individuais de seus membros, e sim pensado em um contexto, no qual há uma rede de relações que se afetam mutuamente. (ANTUNES e Moré, 2014, p.146).

Pergunta-se, então, como o fenômeno “aposentadoria” e “envelhecimento” seriam percebidos pelos membros de um núcleo familiar, considerando que, segundo a Fenomenologia, “a percepção constitui-se uma fusão de sujeito-mundo, uma vivência verdadeira de uma experiência simultaneamente imediata e anterior a uma reflexão, num hipotético e espontâneo acordo sujeito e mundo” (Freitas *et al.*, 2012, p.147). E também, como esse fenômeno pode ser percebido a partir da Perspectiva do Curso de Vida, que preconiza serem as famílias-mais vulneráveis a se desviarem quando confrontadas simultaneamente por múltiplos eventos e transições (Hutchison, 2007), o que acontece na aposentadoria por tempo de serviço e idade.

Mas é também “simultaneamente, atividade sensível, emotiva, e cognitiva que organiza e interpreta as impressões sensoriais, de modo intrínseco à própria conexão cerebral de todas elas para formar a percepção[...]” (Freitas *et al.*, 2012, p.147). O que significa dizer que cada componente da família irá ter a sua percepção acerca da aposentadoria e do que está implicará.

Após a percepção, chega-se a uma compreensão do fenômeno, interpretação e atribuição de sentido que, segundo a Fenomenologia, “é uma função cerebral que confere significado a estímulos sensoriais a partir da experiência de vida ou da memória (Freitas *et al.*, 2012, p.147). Conclui-se com esta afirmação, que o sentido atribuído aos fenômenos particulariza estes, mas a formação desses sentidos é

⁵ “uma vez que a estrutura de ser da entidade que somos tem uma qualidade relacional, ouvir os outros é uma forma essencial de ser”. * Tradução livre.

influenciada pelas experiências de vida, ou seja, como nos diz a Perspectiva do Curso de Vida, pelos componentes históricos, sociais, culturais, econômicos vivenciados pela pessoa, numa interação de mão dupla, já que agimos nesses contextos a partir dos sentidos que atribuímos aos fenômenos.

No decorrer das colocações, foram feitas algumas considerações a fim de favorecer o entendimento de conceitos utilizados, justamente por ter-se percebido a necessidade desse entendimento basilar no processo de elaboração das informações a que se foi tendo acesso no decorrer da pesquisa. São considerações acerca de alguns conceitos elaborados pela Fenomenologia e que também subsidiam o raciocínio desta pesquisa.

O próximo é o conceito de cuidado. Na Fenomenologia heideggeriana o cuidado é um existencial, o que o revela como intrínseco ao ser-aí (Dasein). Nesse horizonte é que o cuidado é definido como existencial, referindo-se ao ser com-outros, à ocupação com o mundo e às possibilidades de ser” (Braga; Farinha, 2017, p.65). Heidegger aponta o cuidado como parte da constituição do ser, pertencendo à sua dimensão ontológica e acrescenta: “a existencialidade como a constituição de ser de um ente que existe.” (Heidegger, 2015, p. 49). De forma bem simplificada, mas suficiente para a argumentação aqui desenvolvida, o ser-aí (Dasein) se refere à pessoa na experiência, a pessoa sendo-no-mundo. Esse cuidado, intrínseco ao ser humano, da forma como entendemos, se manifesta (ou não) na relação consigo mesmo e com o outro, no processo de ser-no-mundo, do ser na experiência.

A família, enquanto este espaço de convívio e compartilhamento entre pessoas com perspectivas de vida, subjetividades e padrões comportamentais diversos (Versace; Rabinovich, 2022), é onde se vivenciam relações variadas: conjugais, parentais, além de outras relações desenvolvidas a partir do contato com a família extensa e todas elas requerem mediação. Segundo o Comitê Científico do Núcleo Pela Infância (2016), os vínculos familiares, fundamentais na constituição do desenvolvimento humano, são constituídos pelas atividades de cuidado cotidiano. Reconhece-se a família como o primeiro ambiente de socialização que vivemos, sendo, também, nesse contexto familiar que “se vivencia os primeiros cuidados e onde se aprende (ou não) sobre o cuidar” (Versace; Rabinovich, 2022, p. 122). É onde, através do cuidado, os membros da família se sentem seguros para vivenciar os diversos fenômenos que fazem parte da vida, entre eles, a aposentadoria.

Aqui, o que se pretende defender é a ideia de que a mediação das relações familiares somente pode ser efetivada através do cuidado mútuo, forma de amor que torna possível a superação dos desafios internos ao ambiente familiar, mantendo a comunhão entre seus membros. Como afirma Boff (2014, p.127), “sem o cuidado essencial, o encaixe do amor não ocorre, não se conserva, não se expande, nem permite a consorciação entre os seres”. O que seria o cuidado senão a manifestação do amor? Amor demonstrado através do olhar atento e interessado no bem-estar do outro, no bem-estar da família.

Segundo Luigina Mortari (2015, p.12),

Dire che noi diventiamo quello di cui abbiamo cura e che i modi della cura danno forma al nostro essere significa che se abbiamo cura de certe relazioni il nostro essere sarà costruito dalle cose che prenderanno forma in queste relazioni, in ciò che a bene e in ciò che è sbagliato (Mortari, 2015, p. 12).⁶

Cuidar significa se disponibilizar para o outro, seja antecipando a atenção, o olhar interessado ou priorizando esse outro. A respeito das relações familiares, Schuler *et al.* (2019) apontam o quanto as relações são significativas para a manutenção do equilíbrio e do bem-estar das pessoas que fazem parte do núcleo familiar. Não nos parece ser difícil recordar de algum momento de dissenso nas relações familiares, que estremecem algum ou outro membro da família, deixando uma sensação de “gosto amargo na boca”, até que a harmonia seja alcançada novamente.

Nesse ponto, pode-se inserir outro conceito importante que é o da justa medida. O cuidado implica olhar para si e para o outro no momento em que se necessita. Em plena era da *selfie* e exposições na grande vitrine que são as redes sociais em que muitos querem ser olhados, será que faltou esse “ser olhado” no ambiente familiar? Será que faltou o cuidado que está sendo preenchido pelo *like*? De forma simplificada a justa medida implica no equilíbrio no agir (Bueno, 2005).

Em outras palavras, adotar o cuidado como paradigma para um ambiente familiar sustentável, com relações familiares e vínculos familiares fortes, encontra respaldo na suposição de que a pessoa que recebe ou percebe uma atitude de

⁶ Dizer que nos tornamos aquilo de que cuidamos e que as formas de cuidar moldam nosso ser significa que se cuidamos de determinadas relações, nosso ser será construído pelas coisas que vão se configurando nessas relações, naquilo que nos faz bem e no que está errado (Mortari, 2015, p. 12).

cuidado direcionada a si também dedicará ao emissor do cuidado uma outra atitude da mesma natureza. Dessa forma, constrói-se, assim, uma relação pautada na reciprocidade, numa aliança mútua do cuidar (Boff, 2014). O cuidado, como afirmam Boff (2014) e Mortari (2015) e, antes deles, o próprio Heidegger (2015), é um existencial, um modo de ser no mundo. Deduz-se, assim, que o cuidado se constitui dentro de um contexto histórico, político, religioso, social e cultural.

Segundo Boff (2014, p. 18), “o sintoma mais doloroso já constatado há décadas por sérios analistas e pensadores contemporâneos é um difuso mal-estar da civilização. Aparece sob o fenômeno do descuido, do descaso e do abandono, numa palavra, da falta de cuidado”. Descuido, descaso e abandono que podem se manifestar em qualquer momento do percurso de vida e que têm se manifestado no momento do envelhecimento e da aposentadoria.

Outra característica da época atual relatada por Rosário (2019) e Machado (2001) é a exacerbação do individualismo e a busca pelo bem-estar pessoal. Características essas que repercutem seja no ambiente familiar, seja no ambiente social e natural. Resgatar ou repropor formas de cuidado adaptados ao momento atual pode ser uma forma de equilibrar as questões do individualismo.

No entrelaçamento das relações familiares, quando acontece a aposentadoria por idade e tempo de contribuição, a presença de um membro idoso é provável, ou seja, a presença de uma pessoa com sessenta anos ou mais, conforme marco legal estabelecido no Brasil (Brasil, 2003). Sobre a velhice, é sabido que: “as representações sobre a velhice, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado pelos mais jovens ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos” (Debert, 2019, p. 21).

Debert (2019) traça ainda um paralelo entre o ser velho em épocas diferentes, apresentando, inclusive, outros autores que participam dessa discussão. Ela fala sobre as questões da estética, do momento econômico que afeta os adultos mais jovens e como isso se repercute nas questões relacionadas ao envelhecimento. Nesse processo, a autora conclui que:

essas novas imagens que acompanham a construção da terceira idade são também elementos constitutivos no tratamento dado a etapas mais avançadas da vida na mídia e impressa e eletrônica, além de ocupar um espaço central na venda e produtos e serviços voltados para esse segmento (Debert, 2019, p.6).

Nesse sentido ainda, sinalizam-se as variáveis que estão inseridas no processo de estruturação da sociedade e que, como afirmou Debert (2019) no parágrafo anterior, interfere nas várias conceituações ao longo do processo histórico.

Também Hareven (1999) e Silva (2008) abordam o processo de categorização social da velhice, atribuído a um conjunto de questões políticas, econômicas, sociais, entre outras, como parte de um processo histórico. Tais autores apontam para a vinculação desse desenvolvimento das categorias etárias ao processo de ordenamento social ocorrido durante a época moderna.

Como vemos, ainda que, a idade e o envelhecimento sejam determinados pelo tempo e marcadores biológicos, os significados a estes atribuídos são determinados social e culturalmente (Hareven, 1999). Segundo Silva (2008) esse processo de diferenciação entre as idades surge gradativamente a partir do século XIX obtendo uma maior homogeneidade na delimitação dos grupos etários no século XX. Hareven faz uma ressalva em relação a essa homogeneidade ao destacar que “as condições e funções sociais de cada grupo de idade, não só mudam significativamente ao longo do tempo, mas também variam entre diferentes culturas” (Hareven, 1999, p.17).

Respeitadas essas diferenças, Silva (2008) coloca que nesse processo de estabilização das categorias etárias, observou-se uma maior uniformidade dos grupos com uma delimitação precisa da transição entre as diferentes idades e estabelecimento de ritos de passagem, a exemplo do ingresso na escola, na universidade e aposentadoria. Encontra-se ainda, acerca do envelhecimento, a constatação da importância de estar inserido no mercado de trabalho, por favorecer a participação em atividades e eventos fora da moradia (Rabinovich; Moreira e Fornasier, 2019)

O envelhecimento [...] está associado às possibilidades de realizar atividades e de não depender de ninguém para realizá-las. Desse modo, o trabalho tem um reflexo importante nessa realidade não apenas por proporcionar uma renda maior – já que a aposentadoria para a maioria, não preenche os requisitos para uma qualidade de vida conforme almejavam (Rabinovich, Moreira, Fornasier, 2019, p.52).

Afora as questões aqui já elencadas acerca do trabalho, aposentadoria e envelhecimento, Ronchi (2012) discorre ainda sobre a relevância das atividades laborativas considerando o aspecto da socialização e da atribuição dos significados da vida, afirmando exercer o trabalho a função de principal regulador da organização da vida humana.

Schutz (1899-1953), a respeito da conduta das pessoas no mundo da vida, nos fala que

em qualquer momento da vida prática um homem encontra-se não apenas em uma situação específica que impõe limitações, condições e oportunidades para a consecução de seus objetivos; essa situação constitui um episódio do curso de sua vida. Ele coloca-se diante dela como uma pessoa que já percorreu a longa série de experiências que antecederam aquele momento (Schutz, 2012, p.25-26).

Schutz nos fala ainda sobre o significado subjetivo da participação da pessoa em sua comunidade: “esse significado brota dos esforços de um indivíduo para alcançar uma definição de seu próprio lugar e de seu papel dentro dessa comunidade e, em particular, dentro dos subgrupos dos quais ele participa” (Schutz, 2012, p. 27). A aposentadoria marca o afastamento de uma comunidade, a comunidade do trabalho que, em alguma medida, foi uma referência na vida da pessoa e, por vezes, o afastamento dos grupos sociais de lazer, uma vez que estes se formam, não raro, a partir do ambiente de trabalho.

Com isso, percebe-se como o idoso, a depender da estrutura familiar e social em que se insere, pode ocupar diversos lugares: o de quem precisa de cuidado, o de quem cuida, o de quem pode desfrutar a qualidade de vida que almejou ou de quem ainda tem que continuar trabalhando para conseguir manter alguma qualidade de vida. Mas, independentemente do lugar que ocupa, ele precisa ter a liberdade e autonomia garantidos.

4 INTERFACE ENTRE A PERSPECTIVA DO CURSO DE VIDA E A FENOMENOLOGIA

O objetivo deste capítulo é apresentar as teorias que serviram de suporte para a análise dos dados empíricos coletadas nesta pesquisa. Serão abordadas questões mais gerais e, de forma mais específica, apenas o que for efetivamente aplicado a este estudo. Definiram-se duas teorias de suporte: a Perspectiva do Curso de Vida, elaborada por Glen H. Elder Jr., e a Fenomenologia, desenvolvida inicialmente por Edmund Husserl. Isso porque a investigação acontece no seio da família e aborda não apenas o desenvolvimento a nível individual, mas também familiar, que está em interação constante com o contexto histórico e social.

A Perspectiva do Curso de Vida é uma das teorias contemporâneas que embasam estudos sobre família. A Fenomenologia também atende à demanda desta pesquisa, uma vez que propõe uma forma de conhecer o fenômeno em uma relação direta com a experiência vivida, o que está alinhado com o objetivo desta pesquisa que é perceber o fenômeno aqui estudado sem preconcebê-lo e sim como este se mostra a partir dos relatos dos entrevistados. Ambas as teorias (Perspectiva do Curso de Vida e a Fenomenologia) consideram essa interação com o contexto e consideram a pessoa na inter-relação com esse contexto, também sendo úteis, portanto, na busca de identificar se existe uma relação causa e efeito entre planejar ou não planejar a aposentadoria e as relações familiares.

4.1 PERSPECTIVA DO CURSO DE VIDA

A Perspectiva do Curso de Vida foi desenvolvida, principalmente, pelo sociólogo Elder H. Glen Jr., a partir de algumas pesquisas realizadas por outros estudiosos anteriormente nas décadas de 1920 e 1930 (Elder Jr., 1998). Agregou, em relação às diversas teorias do desenvolvimento humano, um aspecto considerado muito importante pelo seu impacto, qual seja, a influência dos acontecimentos históricos, sociais, econômicos, demográficos e culturais num processo de entrelaçamento com as questões individuais das pessoas. O curso de

vida é conceitualmente definido como um desenrolar de acontecimentos, transições, trajetórias em que se vivencia papéis socialmente definidos (Blanco, 2011).

Sobre esse aspecto, Bengtson e Allen (2009) falam que a Perspectiva do Curso de Vida faz uma abordagem tanto contextual, quanto profissional e dinâmica no estudo da vida individual e familiar das pessoas, considerando que as famílias se transformam no decorrer dos períodos históricos. Ainda segundo essa perspectiva sociológica, a investigação pode se dar de forma longitudinal de caráter prospectivo, ao se acompanhar as pessoas ao longo do tempo, ou ser de caráter retrospectivo, ao considerar a história de vida.

Elder H. Glen Jr. desenvolveu algumas conceituações e princípios que formam a base dessa perspectiva e que veremos a seguir. Alguns dos conceitos principais são: trajetória, transição e ponto de inflexão. Os conceitos de trajetória e transição são centrais nos estudos a partir da Perspectiva do Curso de Vida. A trajetória diz respeito ao percurso da vida, à própria dinâmica do curso da vida, sequências de acontecimentos interdependentes, seja profissional, escolar, entre outros aspectos dos diversos âmbitos da vida (Cheryl; Hser, 2010).

Um ponto importante é que essas trajetórias, segundo a Perspectiva do Curso de Vida, podem se entrelaçar tanto no processo de vida de um mesmo indivíduo, quanto entre os diversos grupos. As trajetórias abarcam uma visão de longo tempo, incluídas nestas, as transições pelas quais as pessoas passam nesses percursos. O ambiente familiar é esse lócus de entrelaçamento de trajetórias, entre os familiares, que se tocam em vários aspectos e momentos e se afetam reciprocamente. (Hutchison, 2007).

Já a transição fala de mudanças nas quais se assume novos papéis e/ou obrigações, por exemplo, o casamento, o divórcio, a aposentadoria, chamados eventos de vida. A vida é plena de transições, que se iniciam ao sermos inseridos na escola, posteriormente vivenciarmos outros momentos de transição como a chegada à adolescência, a entrada no mundo do trabalho ou da universidade, assim como o casamento, a saída da casa dos pais, a aposentadoria e assim por diante. (Hutchison, 2007).

Os pontos de inflexão, ou pontos de viragem, são eventos que acarretam uma forte modificação (que podem ser identificáveis) ou ainda circunstâncias ditas subjetivas. Invariavelmente, ocorre uma mudança que acarreta descontinuidade em uma ou mais trajetórias de vida (Blanco, 2011; Cheryl e Hser, 2010). Hutchison

(2007) a esse respeito, nos diz que um mesmo evento pode atuar como ponto de inflexão (ou ponto de viragem) para algumas pessoas, enquanto para outras, que o vivenciam no mesmo instante, possa não ter esse efeito, reforçando que ele tem um efeito duradouro e não apenas temporário. Explicita ainda que uma transição pode funcionar como ponto de inflexão desde que: ocorra simultaneamente ou seguida de uma crise; envolva conflitos familiares sobre as necessidades e desejos das pessoas e o bem maior da unidade familiar; aconteça “fora do horário”, ou seja, fora do momento típico da vida, aquele socialmente esperado; quando é seguida por consequência negativas imprevistas e quando exija ajustamentos sociais excepcionais.

Corroborando com Hutchison, Cheryl e Hser (2010), dizem que podem ocorrer transições que levem a um ponto de inflexão ou ponto de viragem, esclarecendo que os pontos de inflexão podem ter efeitos positivos e negativos, mas o certo, de acordo com Charrualt, (2020, p.11), é que “esses pontos têm impactos importantes, significativos nas trajetórias pessoais”.

Um outro conceito significativo é o de coorte, que é definido como “um conjunto de indivíduos que experimentaram o mesmo evento demográfico, às vezes chamado de evento-origem ou evento fundador, durante o mesmo período e no mesmo território” (Ryder, 1965, *apud* Charrualt, 2020, p. 11). Em outras palavras, uma coorte é composta por um grupo de pessoas que nasceram num mesmo momento histórico e que vivenciaram as transformações sociais daquela cultura na mesma sequência e na mesma faixa etária (Hutchison, 2007). Ainda segundo Hutchison, as coortes podem diferir em tamanho e essas diferenças portam consequências em aspectos como oportunidades de educação, trabalho e vida familiar. Ela chama a atenção, também, para as diferenças dos impactos sofridos pelas coortes em razão da localização onde se encontram, exemplificando com países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Segundo a Perspectiva do Curso de Vida, cinco pontos devem ser considerados centrais, principalmente ao serem aplicados à família: o primeiro deles é o enfoque no tempo, e nesse aspecto é considerado a existência de três dimensões temporais (tempo ontogenético, tempo histórico e tempo geracional); o segundo é o contexto social; o terceiro, o processo de mudança a partir de uma abordagem dinâmica para o estudo das vidas das famílias; o quarto, aborda a heterogeneidade das estruturas e dos processos associados ao desenvolvimento e,

por fim, o quinto, realça a utilidade das perspectivas multidisciplinares (Bengtson; Allen, 2009). Enfatiza os processos pelos quais as pessoas são interdependentes, entendendo que as pessoas são capazes de efetuar escolhas, de construir as próprias jornadas, considerando o contexto que as circunda e para isso deve contar com o que Glen H. Elder Jr (1998) define como agência humana (Agency), ou livre arbítrio, que é um dos cinco princípios básicos na perspectiva de Glen H. Elder Jr, que são:

1. Princípio do desenvolvimento ao longo da vida (*Life Span Development*): o desenvolvimento e o envelhecimento humanos são processos que acontecem ao longo da vida. Engloba crianças, adolescentes e prossegue até a morte do ser humano, uma vez que está ainda sujeito a mudanças biológicas, psicológicas e sociais. Contudo, para uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento humano, é necessário que se adote uma perspectiva de longo prazo, o que demonstra a interação entre as mudanças sociais e o desenvolvimento humano.
2. Princípio do momento (*Timing in Lives*): diz respeito ao momento da vida de uma pessoa em que um determinado evento acontece. Segundo esse princípio, o significado e a repercussão de um evento ou transição no processo de desenvolvimento de uma pessoa dependem da idade e do estágio do curso de vida em que acontecem e variam em conformidade com o momento da vida da pessoa.
3. Princípio do tempo e do lugar histórico (*Historical Time and Place*): discorre sobre a influência dos contextos históricos específicos e da questão espacial no curso de vida das pessoas de um mesmo coorte. Além disso, incorpora os tempos e lugares vivenciados.
4. Princípio das vidas ligadas (*Linked Lives*): aborda a questão das trajetórias de vida das pessoas, vividas de forma interdependentes e interligadas via redes de relacionamentos. Segundo esse princípio, é nessas redes que se expressam as influências sócio-históricas, uma vez que, quando uma pessoa é impactada por um evento ou mudança social, poderá impactar

outras pessoas pertencentes ao seu contexto interpessoal, pois as vivências são compartilhadas. Ademais, na dinâmica familiar, esse princípio é bastante perceptível.

5. Princípio do livre-arbítrio (*Agency*): afirma que a pessoa não é passiva no vivenciar os processos de desenvolvimento e envelhecimento. Tem participação ativa no processo de construção do próprio percurso de vida, através de suas escolhas e ações. Não obstante, esse livre arbítrio sofre influência e está condicionado às estruturas, à oportunidade e aos limites das circunstâncias sócio-históricas.

A proposta da Perspectiva do Curso de Vida é entender o entrelaçamento entre a história, a dinâmica social, e o comportamento humano inserido no ambiente familiar, mas também na história e dinâmica social, analisando como as trajetórias individuais, idade cronológica, os acontecimentos, as características pessoais, as transições, as instituições, moldam a vida das pessoas. (Hutchison, 2007, Charrualt, 2020).

4.2 FENOMENOLOGIA

A Fenomenologia, desenvolvida pioneiramente por Husserl (1859-1938), tem como nuclear o conceito de intencionalidade. “Cada ato de consciência que nós realizamos, cada experiência que nós temos, é intencional: é essencialmente ‘consciência de’ ou uma ‘experiência de’ algo ou outrem” (Sokolowski, 2014, p. 17).

Na Fenomenologia, “intenção” significa relação de consciência com um objeto. Tudo é objeto, uma imaginação, uma coisa, uma pessoa, uma experiência. Fenômeno é tudo aquilo que se mostra a quem intencionalmente o olha (Ales Bello, 2006; Simeão; Mocrosky, 2018). Acrescenta ainda Sokolowski (2014, p. 28) que “a consciência é de algo, no sentido que intenciona a identidade de objetos, não apenas o fluxo de aparecimentos que são apresentados para ela”. Nesse sentido, Ales Bello (2006) nos diz que a novidade da abordagem fenomenológica e a contribuição mais importante é justamente o terreno da consciência. E prossegue esclarecendo que “consciência significa que, enquanto nós olhamos, nos damos

conta de que estamos vendo, ou que, enquanto tocamos, nos damos conta de tocar” (Ales Bello, 2006, p.33). Complementa a informação preconizando que existem dois níveis de consciência: o nível de consciência perceptivo e o nível de consciência reflexivo que pode ser feito sobre o que foi percebido pela consciência anteriormente, ou seja, no nível perceptivo.

Ainda sobre a intencionalidade, Schutz diz que esta “é a característica mais básica da consciência: é sempre consciência de algo; ela é dirigida para algo e por isso é determinada pelo objeto intencional em relação ao qual existe uma consciência. Então, o objeto intencional é o objetivo intencionado e significado pelo indivíduo, e isolado por ele para receber atenção [...]” (Schutz, 2012, p.346).

A Fenomenologia tem, ainda, três estruturas formais: 1. A estrutura de partes e todos; 2. A estrutura de identidade numa multiplicidade e 3. A estrutura de presença na ausência. As três estão inter-relacionadas (Sokolowski, 2014). Entende-se que essas três estruturas formais podem ser utilizadas no processo de desenvolvimento do tema aqui estudado.

A primeira estrutura formal refere que as partes podem ser separadas do todo e são também chamadas de partes independentes e aquelas que não podem ser separadas do todo são denominadas partes não independentes. Entende-se que no tema aqui desenvolvido estaremos lidando com as partes não independentes da pessoa, que podem ser examinados como especificidade, mas estão interligadas ao todo integral da pessoa enquanto ser-aí.

Analisando-se o percurso de vida de uma pessoa, a parte não independente pode ser um momento daquele percurso que embora possa ser analisado de forma independente, faz sempre parte de um todo que é o percurso total (Sokolowski, 2012). Nessa perspectiva, a análise sociológica da Perspectiva do Curso de Vida e a análise filosófica da Fenomenologia se encontram, já que: “uma análise filosófica usualmente consiste em alcançar os vários momentos que vão formar um todo dado” (Sokolowski, 2014, p.35).

O segundo ponto presente na estrutura formal da Fenomenologia, ou seja, a “identidade numa multiplicidade”, nos fala sobre “o fato idêntico poder ser expresso numa multiplicidade de modos e o fato é outro para uma e todas as suas expressões” (Sokolowski, 2014, p.37) A esse respeito, o autor prossegue explicando que “o sentido é só a identidade que está dentro e ainda por trás de todas as suas expressões” (Sokolowski, 2014, p.37) Exemplificando com uma variável do nosso

tema: a aposentadoria aqui refere-se a um evento a ser vivenciado por quem trabalha, mas esse evento vivenciado, que teoricamente é o mesmo, será vivenciado de formas diferentes por quem se aposenta e por seu familiar

Por fim, a terceira estrutura, denominada “a presença na ausência”, que segundo Sokolowski, é um tema filosófico completamente original na Fenomenologia. O referido autor segue explicando que

presença e ausência são os correlatos objetivos para intenções cheias e vazias. Uma intenção vazia é uma intenção que tem como alvo algo que não está aí, algo ausente, algo não presente para quem o intenciona. Uma intenção cheia é a que tem como alvo algo que está aí, em sua presença física, ante quem o intenciona (Sokolowski, 2014, p.42).

Correlacionando o acima referido ao nosso tema, a aposentadoria, pode-se afirmar que quando ainda se está atuando no mercado de trabalho e se decide planejar a aposentadoria, caracteriza uma intenção vazia. Imagina-se como se ocupará o tempo disponível, quais serão as estratégias para gerir os novos rendimentos (a pensão), por exemplo. A partir do momento que a pessoa se aposenta, essas reflexões passam a ser intenção cheia. Tudo o que avaliarmos acerca da aposentadoria, passa a ser intuição, que segundo a Fenomenologia é “simplesmente ter uma coisa presente para nós em oposição ao tê-la intencionada na sua ausência” (Sokolowski, 2014, p.43).

Para a Fenomenologia sentido e significado não são a mesma coisa, mesmo que se possam confundir. A percepção nos mostra uma série de significados, através da sensibilidade, da corporeidade e que depois nós damos um sentido a essas significações. Schutz, por exemplo, usa os termos significado subjetivo e significado objetivo. Para o autor, significado subjetivo “é aquele significado que uma pessoa atribui a suas próprias experiências e ações”; já o significado objetivo “é aquele imputado à conduta de outra pessoa por um observador” (Schutz, 2012, p.350).

De acordo com Schutz, todo comportamento ou conduta humana surge em um contexto significativo subjetivo. Ele diz ainda que

a autointerpretação significativa da conduta consiste em relacionar experiências específicas a outras experiências à luz dos próprios interesses e motivos envolvidos. Em contraste, a interpretação da conduta de outra pessoa consiste em relacionar a conduta observada a um contexto significativo objetivo, que consiste em concepções preestabelecidas generalizadas e tipificadas (Schutz, 2012, p.350).

No que diz respeito à temporalidade, de acordo com Sokolowski, a Fenomenologia apresenta uma conexão entre a teoria do tempo e a experiência temporal. A temporalidade, para a Fenomenologia “desempenha um importante papel no estabelecimento da identidade pessoal” (Sokolowski, 2014, p.141). Para este autor, a Fenomenologia distingue três níveis de estrutura temporal: o primeiro é o tempo do mundo, aquele dos relógios e calendários; o segundo é o tempo interno e explica que é nesse tempo que “o modo pelo qual nossas intenções e sentimentos são ordenados, ambos em respeito um ao outro e em respeito a nossa experiência presente” (Sokolowski, 2014, p.142); aponta ainda um terceiro nível, o da consciência do tempo interno, que é o tempo de estar consciente de, ou a consciência de tal temporalidade interna (Sokolowski, 2014). Tempo que está implícito no tema deste estudo: o tempo do trabalho, o tempo dedicado à família, o tempo necessário para se adquirir o direito à aposentadoria, o tempo da idade cronológica que nos remete para a fase da velhice.

As ideias de Cerbone reforçam essa colocação de Sokolowski ao falar que: “a Fenomenologia de Heidegger, ao menos em seus estágios preliminares, é uma ‘Fenomenologia da cotidianidade. [...] A Fenomenologia heideggeriana busca interpretar nossa atividade diária” (Cerbone, 2014, p.73), o “ser-aí”, o Dasein, que Ales Bello define como o fenômeno da existência humana. (Ales Bello, 2006, p. 94).

É necessário esclarecer que, ao longo do processo, a Fenomenologia foi adquirindo outras vertentes a partir de autores que imprimiram novos enfoques, a exemplo de Heidegger, discípulo de Husserl, que ampliou a sua visão direcionando-a para o ser-no-mundo, ou seja, em suas experiências, o ser-sendo.

Entende-se que, a Perspectiva do Curso de Vida e a Fenomenologia se comunicam muito bem. A Perspectiva do Curso de Vida, favorece a que possamos fazer uma leitura das diferentes relações do ser humanos bem como os diferentes significados que essas leituras propõem, e a Fenomenologia, com a sua hermenêutica, aparecendo como um segundo momento em que se vê os sentidos

que têm essas leituras, como são interpretadas essas significações no “mundo-da-vida” das pessoas. Ou seja, que sentido se dá à aposentadoria, a partir de uma série de significados mostrados pelo olhar da Perspectiva do Curso de Vida.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo descreve o percurso metodológico seguido a fim de alcançar o objetivo geral desse estudo, que foi detectar se o planejamento ou não planejamento da aposentadoria repercute nas relações familiares e se acontece de forma diferenciada. Optou-se por focar na família nuclear por esta ainda ter grande ocorrência na atualidade, de acordo com o Observatório Nacional da Família (Brasil, 2021) e também porque caracterizaria uma certa homogeneidade para a análise a ser desenvolvida, uma vez que as famílias com outras configurações têm uma grande diversidade de conformação e relações.

Este estudo foi delineado a partir de uma abordagem qualitativa, por esta permitir a investigação de fenômenos humanos envolvendo questões subjetivas, no caso específico, analisar as relações humanas no ambiente familiar. Esse tipo de pesquisa ocupa-se com o universo dos significados e da singularidade dos acontecimentos que envolvem os indivíduos no seu convívio social (Minayo, 2012), constituindo-se, pois, um método adequado para se trabalhar sentidos, crenças e valores. Conforme Minayo, este

se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos da interpretação que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (Minayo, 2014, p.57).

Paul Ricoeur (2019), em um ensaio sobre a teoria da interpretação, diz que “compreender não é apenas repetir o evento do discurso num evento semelhante, é gerar um novo acontecimento” (Ricoeur, 2019, p. 106). É possível estender esse conceito para a forma como vivenciamos os fenômenos no mundo-da-vida, ou seja, os percebemos, os compreendemos e os interpretamos, gerando um novo acontecimento em forma de concepção ou ação. Isso quer dizer que as pessoas em fase de se aposentar ou aposentadas geram novas ações em relação a essa nova forma de estar-no-mundo. Sobre a questão da interpretação, Minayo afirma que

Interpretar é um ato contínuo que sucede a compreensão e também está presente nela: toda compreensão guarda em si uma possibilidade de interpretação, isto é, de apropriação do que se compreende (Minayo, 2012, p. 623).

Prossegue dizendo ainda que “A interpretação se funda existencialmente na compreensão e não vice-versa, pois interpretar é elaborar as possibilidades projetadas pelo que é compreendido” (Minayo, 2012, p. 623). Essas conceituações mostram a complexidade de se pesquisar fenômenos que fazem parte da realidade das pessoas, uma vez que passa pela subjetividade de cada uma delas.

Esta é, ainda, uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo, pois, foi desenvolvida com o objetivo de “proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” e por ter como objetivo a “descrição de características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2008, p. 27-28) com utilização de questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada.

A opção pela entrevista semiestruturada se deu em razão de não seguir um padrão de rigidez como a estruturada e por não ser tão aberta como a não-estruturada, encontrando-se em uma posição intermediária que favorece posterior análise a partir de categorias identificadas. As entrevistas foram realizadas individualmente para possibilitar uma maior liberdade de expressão dos participantes ao responder às perguntas. Questões sobre o tempo de dedicação ao trabalho, o tempo de interação com a família, as relações familiares antes e após a aposentadoria, planejamento e envelhecimento foram abordadas. Por ser uma entrevista semiestruturada, no decorrer das mesmas algumas perguntas específicas foram realizadas visando um melhor entendimento das questões abordadas. Os dados coletados foram distribuídos em categorias e analisados, através da técnica de análise de conteúdo (Minayo, 2012, 2014).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, seguiu-se as seguintes etapas: 1. Definição do tema a partir de leituras e identificação de lacuna, com definição de objetivo principal e secundários; 2. Definição do percurso metodológico. 3. Elaboração dos critérios de inclusão e exclusão; 4. Aplicação de questionário e entrevistas semiestruturadas; 5. Análise e interpretação dos resultados.

5.1 CENÁRIO DA INVESTIGAÇÃO

5.1.1 Local do estudo

Este estudo foi realizado na cidade de Salvador e Região Metropolitana, no estado da Bahia, entre 2022 e 2023. O local para realização das entrevistas foi definido pelos participantes, conforme sua comodidade e ocorreu em ambientes diversos, como residências e áreas de lazer.

5.1.2 Participantes

Para atender aos objetivos desta investigação, estabeleceu-se que, para ser incluída na pesquisa, a pessoa entrevistada deveria estar aposentada por tempo de contribuição há mais de um ano e menos de dez, ter mais de cinquenta anos e residência compartilhada com a família (cônjuge e/ou filho(s)). Foram excluídas pessoas aposentadas que tivessem retornado a trabalhar com vínculo formal ou informal e ainda se encontrassem trabalhando no momento da pesquisa, assim como pessoas que apresentassem déficit cognitivo que impedissem a comunicação, além de filhos menores de idade.

A seleção dos participantes foi determinada por combinação de amostragem por conveniência com amostragem por bola de neve como forma de garantir que entre os participantes houvesse pessoas que planejaram e não planejaram sua aposentadoria. “A abordagem por bola de neve é uma forma não probabilística que utiliza cadeias de referências” (Vinuto, 2014, p. 203). Parte de uma semente, no caso deste estudo, de uma pessoa com o perfil definido para a amostra, que indica outra pessoa a partir de sua rede pessoal de contatos e assim sucessivamente (Vinuto, 2014). Já o da amostra, foi arbitrado considerando tratar-se de pesquisa qualitativa.

5.1.2.1 Perfil dos participantes

Participaram deste estudo 12 (doze) pessoas, seis aposentados e seis familiares, um de cada aposentado, sendo cônjuge ou filho(a). Dos seis aposentado entrevistados, cinco foram do sexo feminino e um do sexo masculino, com idade

variando entre 59 e 71 anos. Em relação à raça/cor, quatro se identificaram como brancas e duas se identificaram como pardas. Dos seis entrevistados, cinco tinham o nível de estudo superior completo e uma, o segundo grau completo. Quanto à religião, três disseram ser católicos, uma evangélica, uma ecumênica e uma sem religião. Dos seis aposentados, cinco se aposentaram legalmente e continuaram a trabalhar por um período, estando todos aposentados entre dois e oito anos no momento da entrevista. O tempo de trabalho variou entre 32 anos e 50 anos. Já a renda familiar variou entre, 3,8 salários mínimos e mais de 21,24 salários mínimos. Cinco dos aposentados participantes e seus familiares residem em Salvador e uma aposentada em Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador.

Dos seis familiares entrevistados, duas eram filhas, três maridos e uma esposa e tinham idades variadas: as filhas 31 e 32 anos e os cônjuges entre 61 e 77. As filhas tinham nível superior de educação formal, sendo uma com pós-graduação, e entre os cônjuges, duas participantes com nível superior de educação formal, sendo uma com especialização e dois com nível superior incompleto.

5.1.3 Coleta de dados

O primeiro participante selecionado foi da rede de contato da pesquisadora, tendo este indicado outros. Todos foram contatados inicialmente por telefone e informados a respeito da pesquisa, de quem os indicou e, então, foram questionados sobre a disponibilidade para colaborar com o estudo. Após a concordância, foi marcado um dia, horário e local, por sugestão do participante, para a realização da entrevista.

No dia marcado, foram novamente informados sobre o propósito da pesquisa e apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A) impresso, em duas vias, para a sua assinatura. Cumprindo os trâmites éticos, foi dado início a coleta dos dados com a aplicação do questionário sociodemográfico (APÊNDICE B) com o objetivo de traçar o perfil do entrevistado. Essa prática se repetiu com o familiar do aposentado.

O questionário aplicado ao aposentado, incluiu: idade, sexo/gênero, escolaridade, raça/cor, estado civil, renda familiar; já no questionário do familiar: sexo/gênero, idade, escolaridade. Tanto o questionário quanto o roteiro da entrevista

(APÊNDICE C; APÊNDICE D) foram elaborados pela orientanda e orientadora. Na sequência foram feitas as entrevistas, com gravação da conversa, a partir do consentimento expresso do entrevistado.

As entrevistas decorreram em um contexto de liberdade em que os entrevistados foram se colocando acerca do que era perguntado. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas na íntegra, pela pesquisadora, e lidas objetivando explorar o conteúdo com foco na identificação de categorias emergentes. A partir da pergunta inicial presente no roteiro de entrevista e da fala do(a) entrevistado(a), que se seguia, outras perguntas não contempladas no roteiro surgiram como forma de esclarecer e/ou aprofundar alguma resposta.

5.1.4 Interpretação dos Dados

Foi utilizado o Método de Interpretação de Conteúdo de Minayo (2012, 2014) para a interpretação dos dados. Segundo a autora, é através do encadeamento entre teoria e realidade empírica que se produz o conhecimento científico. Ela diz ainda que “o método tem uma função fundamental: tornar plausível a abordagem da realidade a partir das perguntas feitas pelo investigador” (Minayo, 2014, p.54) e faz, ainda, a ressalva sobre a dominância de estudos quantitativos do social, fazendo com que questões de significado e de intencionalidade fiquem à margem.

Foi realizado inicialmente o recorte espacial que foi a opção pelo trabalho de campo (as entrevistas), buscando conhecer a realidade empírica acerca da temática estudada. Obtidos os dados, foi dado seguimento à pré-análise em que se explorou o material obtido buscando perceber pontos semelhantes e divergentes; posteriormente, foram identificados aspectos de maior relevância, e após releituras do material obtido, a identificação de categorias empíricas. Em seguida, foi feita a exploração do material em que se procedeu releituras das entrevistas para uma maior compreensão dos dados coletados, buscando perceber o que estava sendo dito para além das palavras, e integrar os dados coletados com os referenciais teóricos da pesquisa. (Minayo, 2012, 2014).

Buscou-se entender o específico a partir do todo relatado, tentando perceber a relação entre as partes (Minayo, 2013, 2014) Nesse processo, observou-se a

existência de conflitos interiores e conflitos relacionais no ambiente familiar e do trabalho, bem como perspectivas diferentes sobre os fenômenos investigados. Buscou-se sempre perceber o que não era expressado com clareza, através das pausas, das expressões faciais que acompanhavam a fala, das falas entrecortadas.

Emergiram deste estudo duas categorias de análise: “trabalho e aposentadoria: significado e sentido” e “aposentadoria e relações familiares”. Na categoria “trabalho e aposentadoria: significado e sentido” se inserem as percepções, ações e pensamentos atribuídos, pelos participantes aposentados, ao trabalho e aposentadoria. Já na categoria “aposentadoria e relações familiares”, estão incluídas as percepções, pensamentos e sentimentos dos participantes aposentados acerca dos aspectos relacionais nos dois momentos, anterior e posterior à aposentadoria.

5.1.5 Aspectos Éticos

Considerando-se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, o presente estudo foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador (ANEXO A) em obediência à Resolução 510/16 do Ministério da Saúde do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual determina as diretrizes éticas específicas para as ciências humanas e sociais (CHS). Nesta investigação, foram respeitados todos os preceitos éticos estabelecidos no que se refere à exatidão, à privacidade e ao sigilo das informações durante o processo de construção do trabalho e ao tornar os resultados públicos.

A pesquisa só teve início após a aprovação do Comitê de Ética. Os participantes foram informados acerca do material das entrevistas, que permanecerão sob a guarda da pesquisadora por cinco anos, em local seguro e sem identificação, visando o respeito à integridade, o bem-estar e o cuidado com os participantes do estudo. Também foram informados sobre a transcrição e que ela seria feita pela própria entrevistadora. Após esse período, o material será descartado. A participação na pesquisa se deu de forma livre e voluntária mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

6 PERCURSO INTERPRETATIVO

Para atender ao propósito deste estudo, e por entendermos o ser humano enquanto sujeito histórico que se constitui, também, a partir da realidade social, optou-se por utilizar a Perspectiva do Curso de Vida, oriunda da Sociologia, e a Fenomenologia, oriunda da Filosofia. Buscou-se dar a amplitude necessária ao tema e ao mesmo tempo a especificidade que o objeto requer, possibilitando a reflexão acerca do conteúdo aqui abordado e a interpretação individualizada por cada pessoa que venha a ter acesso a esta pesquisa.

A Perspectiva do Curso de Vida aponta para a importância de compreender e interpretar, a pessoa no microssocial (ambiente familiar) inserido no macrossocial (contexto social e histórico), numa interação em que um influencia o outro. Também a Fenomenologia nos fala sobre o olhar para o ser-no-mundo, “um ser que possui uma história, um ser que sofre influências do meio” (Albuquerque; Portilho, 2022, p. 390). Nesse sentido, percebe-se uma certa aproximação entre as duas teorias, no que concerne à relevância do contexto em que a pessoa está inserida. Tendo Heidegger (2015) destacado essa importância ao falar do “ser-aí” (Dasein), ou seja, o ser-no-mundo, por assim dizer, o ser-sendo.

Paul Ricoeur, em um ensaio sobre a teoria da interpretação, diz que “compreender não é apenas repetir o evento do discurso num evento semelhante, é gerar um novo acontecimento” (Ricoeur, 2019, p. 106). É possível estender esse conceito para a forma como vivenciamos os fenômenos no mundo-da-vida, ou seja, os percebemos, os compreendemos e os interpretamos, gerando um novo acontecimento em forma de concepção ou ação. Isso quer dizer que as pessoas em fase de se aposentar ou aposentadas geram novas ações em relação a essa nova forma de estar-no-mundo. Também Minayo (2012), sobre a questão da interpretação, afirma que:

Interpretar é um ato contínuo que sucede a compreensão e também está presente nela: toda compreensão guarda em si uma possibilidade de interpretação, isto é, de apropriação do que se compreende (Minayo, 2012, p. 623).

Prossegue dizendo ainda que “A interpretação se funda existencialmente na compreensão e não vice-versa, pois interpretar é elaborar as possibilidades projetadas pelo que é compreendido” (Minayo, 2012, p. 623). Essas conceituações mostram a complexidade de se pesquisar fenômenos que fazem parte da realidade das pessoas, uma vez que passa pela subjetividade de cada uma delas.

Foram analisadas 12 narrativas, dentre estas seis dos participantes aposentados, sendo cinco do sexo feminino e um do sexo masculino, e outras seis de seus familiares, sendo três do sexo feminino (uma esposa e duas filhas) e três do sexo masculino (maridos). A faixa etária dos aposentados variou entre 59 e 71 anos e o tempo de aposentadoria variou entre dois e oito anos. Os dados sociodemográficos dos aposentados e dos familiares estão apresentados no Quadro1.

Conforme preconiza o método de análise de conteúdo, após a leitura das entrevistas e identificação de pontos convergentes e divergentes, extraiu-se as seguintes categorias de análise: “trabalho e aposentadoria: significado e sentido”, “aposentadoria e relações familiares”.

Quadro 1 - Características sociodemográfica dos participantes do estudo (aposentados e familiares)

APOSENTADOS /FAMILIAR	IDADE	PAREN- TESCO	SEXO	COR AUTORREFERIDA	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	RELIGIÃO	OCUPAÇÃO PRÉ-APOSENTADORIA	ANO DA APOSENTADORIA	ANOS DE TRABALHO	RENDA FAMILIAR	OCUPAÇÃO
E1	59		F	Parda	Casada	2º Grau completo	Evangélica	Técnica Operacional	2021	38a 8m	9 mil reais	
E1.1	31	Filha	F			Especialização						Fisioterapeuta
E2	71		M	Branco	Casado		Católico	Gerente de Engenharia	2019	50	9 mil reais + investimentos	
E2.1	62	Esposa	F			Especialização						Aposentada
E3	62		F	Branca	Casada		Católica	Analista	2015	35	10 mil reais	
E3.1	75	Esposo	M			Superior incompleto						Comerciante
E4	60		F	Branca	Casada		Não tem	Servidora Pública Federal	2019	32	Mais de 30 mil reais	
E4.1	62	Esposo	M			Superior						Servidor Público Federal
E5	69		F	Parda	Casada		Católica	Professora	2019	38	5 mil e 500 reais	
E5.1	77	Esposo	M			Superior incompleto						Representante Comercial
E6	62		F	Branca	Casada		Ecumênica	Analista de Negócios	2016	33	20 mil reais	
E6.1	32	Filha	F			Superior						Professora

Fonte: Dados da pesquisa

6.1 TRABALHO E APOSENTADORIA: SENTIDO E SIGNIFICADO

Diversos autores escreveram sobre o sentido e significado do trabalho (Antunes, 2009; Coutinho, 2009; Morin; Tonelli; Pliopas, 2007) e a aposentadoria e seus reflexos nas vidas das pessoas (Camarano; Pasinato, 2004; Carmo; Zazzeta, 2016; Oliveira; Coelho, 2021). Isso nos faz perceber que esses são temas que estão inseridos e que interferem na trajetória de vida das pessoas que trabalham.

O significado e sentido atribuídos ao trabalho podem ser analisados a partir de perspectivas diversas em que variáveis diferentes serão privilegiadas, sendo boa parte desses estudos desenvolvidos por psicólogos, sociólogos, administradores e profissionais da comunicação (Tolfo; Piccinini, 2007). Tentou-se aqui, perceber, a partir desses dois aspectos (sentido e significado), se eles influenciaram ou não nas repercussões da aposentadoria planejada e não planejada nas relações familiares.

Merleau-Ponty (1999, p. 6) nos diz que “[...] o homem está no mundo, é no mundo que ele se reconhece”. Entende-se, então, que é no mundo e seus significados que a pessoa desenvolve os próprios sentidos, seja nas relações intrafamiliares em que diversas trajetórias se cruzam, seja na interação social individual seja na interação social a partir de grupos dos quais as pessoas participam, tudo vivenciado em um contexto histórico e cultural.

Segundo Borges e Yamamoto (2014, p.25) “o trabalho é objeto de múltipla e ambígua atribuição de significados e/ou sentidos”, o que nos sinaliza para a subjetividade - característica de toda pessoa, que interfere nesse processo de atribuição de significados e/ou sentidos. Também Brito, Araújo e Belo (2021) nos falam sobre o aspecto da significação do trabalho desencadear diversas concepções acerca do ser humano e mundo, estimulando, por consequência, discussões a partir de teorias diversas. Acrescentam ainda que o trabalho, segundo a visão sócio-histórica, tem um caráter dinâmico, permanentemente em transformação e com isso diversos significados vão sendo gerados como as mudanças que foram ocorrendo no mundo e nos formatos do trabalho, com reflexos nas pessoas e seus modos de lidar com as mudanças, por exemplo, a partir dos avanços tecnológicos.

Dentre estes significados atribuídos ao trabalho encontra-se suprir as necessidades básicas, mas também satisfação de necessidades relacionadas a

reconhecimento social, tornando-se referência para a autoimagem do indivíduo. Ao perguntarmos aos participantes aposentados acerca do que significava o trabalho para eles, obtivemos algumas respostas que, em parte, se assemelhavam ao referirem sobre a sua importância.

“Realização. Realização como pessoa, profissional” (E1)

“Eu acho que o trabalho é a coisa mais importante da vida[...]” (E3)

“O trabalho à época era realização de sonhos” (E5)

Por outro lado, uma resposta nos levou a refletir acerca da dimensão que o trabalho pode ocupar na vida de uma pessoa e a repercussão disso ao chegar o momento da aposentadoria, imaginando a intensidade das dificuldades que essa pessoa poderia estar enfrentando e como isso poderia se refletir não apenas nas relações familiares como também na própria saúde.

“O trabalho pra mim era indiscutível” (E6)

Percebeu-se que alguns participantes ao falar sobre o trabalho se referiram ao sentido por eles atribuídos, outros a uma visão mais compartilhada coletivamente, ou seja, o significado. Não obstante Merleau-Ponty (1999) nos diz que estando no mundo estamos vinculados ao desenvolvimento de sentidos.

Sobre o significado atribuído ao trabalho e a sua importância, Stoer, Magalhães e Rodrigues (2004, p.59-60) evidenciando o papel do trabalho nos falam que “em termos sociais, ser alguém, significa, portanto, estar incluído no processo de trabalho, o que indica que a identidade depende em muito dos lugares que se ocupa na estrutura ocupacional[...]” Os autores prosseguem sinalizando para o fato de que socialmente, se não se está incluído no processo de trabalho, não se é considerado. Percebemos o desenvolvimento de um sentido para o trabalho a partir das seguintes falas:

“[...] eu me senti de fato realizada com o que fiz. [...] cada trabalho finalizado era como um filho pra mim” (E4).

“[...] era um sistema de intermediação de mão-de-obra e que o emprego restitui a dignidade da pessoa, aquilo me deu um prazer enorme” (E6)

A saída das pessoas do mercado de trabalho se dará por um ou outro motivo. No caso específico da aposentadoria por tempo de contribuição e idade, a tomada de decisão por este momento é multifatorial.

Esse fenômeno é referido como um processo comumente envolvido em estresse e ansiedade [...] a tomada de decisão sobre a efetivação desse período está interligada a diversas questões tais como vínculo laboral, o campo das organizações, o cenário demográfico atual e os fatores individuais, sendo que, nesse último aspecto, estão incluídas as relações familiares (Antunes e Moré, 2014, p.146).

No nosso estudo identificamos algumas falas que retratam essa conexão entre o ambiente do trabalho e o espaço das relações familiares como influenciadores na tomada de decisão pelo momento da aposentadoria.

“No início não, mas depois ele começou. Eu acho que não só ele, mas todos os maridos: você agora só pensa em ‘X’ (a empresa onde ela trabalhava)” (E1)

Em sintonia com achados nesse estudo, Antunes, Soares e Moré (2018) numa pesquisa desenvolvida com casais, também obtiveram dados que se revelaram como fatores para a efetivação da aposentadoria, tais como: o cansaço relacionado às atividades laborais e as exigências formais de ordem burocrática. Nesse contexto, a aposentadoria pode surgir como uma alternativa. No nosso estudo, as aposentadas (E4) e (E6) também decidiram se aposentar quando mudaram de atividade no trabalho e já não viam mais sentido na atividade que desenvolviam.

“Depois que você chega no ambiente de trabalho e não sente mais prazer, só faz você questionar - o que é mesmo que é eu estou fazendo aqui? -, acho que está na hora de sair” (E4)

“[...] então o meu final de trabalho já não era uma coisa que eu gostava tanto [...]” (E6).

Nas narrativas acima percebemos o alinhamento com o que defenderam Hackman e Oldham (1975) *apud* Tolfo e Piccinini (2007) acerca do sentido do

trabalho ao nos falar sobre a importância da motivação e do sentido atribuído ao trabalho para a pessoa que o realiza e a sua qualidade de vida. O seu oposto é que, quando esse sentido deixa de existir, a motivação diminui e a aposentadoria se torna uma alternativa.

Stoer, Magalhães e Rodrigues (2004, p. 59) apresentam a perspectiva do “trabalho como lugar de inclusão ou exclusão social”, o que, entende-se, interfere, não apenas, no percurso laborativo, mas, principalmente, na decisão de passar pela transição para a aposentadoria. Complementam, ainda, falando sobre a centralidade que ocupa o trabalho no processo de construção da identidade das pessoas e sobre a criação de sentido tanto pela pessoa quanto pelos grupos a partir dessa identidade que foi desenvolvida.

A aposentadoria, considerada como um ponto de inflexão ou viragem, como todos os pontos de viragem, podem conduzir as pessoas para vivenciar o mundo da vida de forma positiva ou negativa, torna-se ainda mais complexa a partir da forma como se dá o desligamento do trabalho (Leandro-França, 2014; França; Sandoval, 2014; Magalhães; Brito, 2022).

Acontecimentos específicos têm significados diferentes para as diversas pessoas e para as várias coletividades (Hutchison, 2007). Sendo assim, a depender do quanto a pessoa vincula a própria identidade ao trabalho ao longo da vida, ou à função ocupada no trabalho, mais complicado pode ser vivenciar a transição para a aposentadoria. Sobre essa vinculação, na atualidade, Stoer, Magalhães e Rodrigues (2004) defendem a ideia de que esteja sempre mais difícil de acontecer, em razão deste assumir cada vez mais formas voláteis.

Nas narrativas obtidas a partir das entrevistas realizadas, não se detectou essa identificação acentuada dos aposentados com o trabalho. No sentido de identidade vinculada, em alguma medida, sim, com a manutenção no trabalho, a exemplo das aposentadas E3 e E6 que manifestaram uma vinculação forte com o ato de trabalhar.

“Eu queria continuar trabalhando. Não é estudando, não é desenvolvendo outra atividade eu gostaria de estar na ativa, no mercado. [...] Tô mais conformada. Mas lhe digo assim, se aparecesse uma oportunidade pra eu trabalhar fora [...]” (E3)

“Eu não me aposentei para parar de trabalhar, eu me aposentei para incrementar a minha renda” (E6)

Apesar de todos os participantes aposentados desta pesquisa pertencerem ao mesmo coorte, sendo todos da geração *baby boomers*, ou seja, nasceram entre os anos de 1946 e 1964, percebe-se que as trajetórias de vida se diferenciam. A noção de coorte, conceito central para a Perspectiva do Curso de Vida, defende que as trajetórias de vida são estruturadas pelo contexto social, histórico e institucional em quem estão inseridas e que as pessoas vivenciam mudanças na mesma sequência e faixa etária (Charrualt, 2020; Hutchison, 2007). A partir dos relatos dos participantes aposentados, percebe-se que, apesar de o contexto histórico ter sido praticamente o mesmo vivenciado por todos, o contexto social, institucional e familiar foi diversificado.

Para compreendermos a vida das pessoas é necessário olharmos para o caminho percorrido, eventos, transições significativas, pontos de viragem que fizeram parte desse percurso; o contexto histórico, social, cultural e familiar que circundou esse processo, os diversos eventos de vida pelos quais passaram (Hutchison, 2007). Essas diferenças do percurso de vida, em relação aos participantes aposentados desse estudo, ainda que pertencentes ao mesmo coorte, pode ser percebida nas falas dos aposentados E1 e E2 como vemos a seguir.

“no início foi desafiador, né? Porque eu venho de uma família onde minha mãe tinha aquela proteção dela conosco [...] comecei a trabalhar com 18 anos e 8 meses [...] vinha chorando todo dia pro trabalho [...] eu vinha de quatro anos que meu pai tinha falecido, a gente tava (pausa), interrompeu a nossa construção, eu venho de uma família de cinco irmãs [...] nós precisávamos do retorno financeiro [...] e aí eu tinha que me submeter [...] a minha mãe dizia, ‘não, a gente precisa minha filha desse trabalho’ [...] mas emocionalmente eu fui muito machucada [...] o racismo ainda era um pouco forte [...] eu tenho pra mim que era uma preparação que Deus estava fazendo na minha vida [...] eu chegava 7h15 no trabalho e chegava em casa 9h da noite [...] final de semana eu trazia trabalho pra casa pra fazer porque não dava conta, né?” (E1)

“Eu comecei a minha vida profissional como jovem aprendiz, com 14 anos de idade. Fiz Senai, fiz essas escolas técnicas, fiz engenharia. Pelo que me entendo, desde os 14 anos eu trabalho. [...] eu trabalhei muitos anos na mesma empresa, tá? Foram 33 anos. [...] Agora não queria trabalhar mais, velho” (E2)

Os acontecimentos conceituados como eventos da vida pela Perspectiva do Curso de Vida, para indicar fatos significativos e que podem desencadear sérios

efeitos que duram no tempo (Hutchison, 2007), como a morte do pai e ter entrado no mercado de trabalho para a aposentada E1, ou ter iniciado no mundo do mercado ainda adolescente, como no caso do aposentado E2, são eventos que poderiam ou não ter desencadeado um ponto de inflexão ou viragem, pois um mesmo evento que desencadeia um ponto de viragem para uma pessoa, pode não desencadear para outra.

No percurso de vida dos dois aposentados E1 e E2, pelo relatado, sim, funcionaram como pontos de inflexão pois levaram à entrada no mercado de trabalho e a um amadurecimento “fora do horário” terminologia utilizada na Perspectiva do Curso de Vida para indicar uma transição que não ocorre no estágio típico da vida (Hutchison, 2007), ou seja, não ocorre no momento esperado pelas normas sociais. Não obstante tenham ocorrido “fora do horário”, a transição foi positiva pelos resultados alcançado e relatados pelos aposentados E1 e E2.

“eu poderia continuar trabalhando, eu sinto falta do trabalho” (E1)

“Eu gosto de trabalhar, sempre gostei muito do que eu faço, do que eu fiz [...]” (E2)

Glen H. Elder Jr. (1998) coloca esse aspecto do momento em que os eventos da vida acontecem, como um dos princípios básicos da Perspectiva do Curso de Vida e utiliza o termo *Timing in Lives*, para pontuar esta questão. Ele acrescenta que, o significado e a repercussão de um evento ou transição no processo de desenvolvimento de uma pessoa dependem da idade e do estágio do curso de vida em que acontecem.

Os relatos dos participantes, acerca do trabalho e decisão de se aposentar, nos remete ao princípio da *agency*, ou seja, agência humana, ou ainda, livre arbítrio, do qual fala a Perspectiva do Curso de Vida. Esse princípio nos fala da participação ativa da pessoa no processo de construção do próprio percurso de vida através de suas escolhas e ações. O princípio citado diz ainda que, esse livre arbítrio sofre influência e está condicionado às estruturas, à oportunidade e aos limites das circunstâncias sócio-históricas.

Nas diversas trajetória profissionais relatadas, podemos perceber a presença, também, do que Glenn H. Elder Jr. (1998) coloca como o princípio das vidas interligadas (*Linked Lives*), ao abordar a questão das trajetórias de vida das

peessoas, vividas de forma interdependente e interligadas via redes de relacionamentos, afirmando que é nessas redes que se expressam as influências sócio-históricas. Sobre essas vidas vinculadas Hutchison (2007) nos diz que “a Perspectiva do Curso de Vida, ressalta a interdependência das vidas humanas e o fato de os relacionamentos apoiarem e controlarem o comportamento de um indivíduo. No nosso estudo observou-se essa interação e interdependência em alguns relatos.

“Foi decisão e ao mesmo tempo não foi. [...]. Eu queria me aposentar pra ter um dinheirinho a mais. [...]. Quando eu cheguei com 52 anos, tinha uma proposta de aposentadoria, com perda, e ia ter uma mudança de governo e que talvez mudasse a aposentadoria, como mudou. [...] E aí me atazanaram (marido e colegas) tanto a minha cabeça que eu acabei me aposentando. E tive uma grande perda, porque eu não tinha idade, eu tinha tempo de contribuição. (E3)

“Decidi me aposentar como estratégia pra aumentar renda, já que receberia a aposentadoria e continuaria trabalhando. Mas a empresa fechou. [...]. E assim, logo no início quando me aposentei, primeiro que me ocupei com D. Sogra, e assim ‘X’ (o marido) trabalhava fora, né? então ele trabalhava no trabalho lá dele, tinha a rotina dele. Ele fazia um *home* mas assim, ficava dois dias em casa, quando a mãe veio, então ele deixou de ser *home*, ficava o dia inteiro no trabalho [...] Então quando eu comecei a, parei de trabalhar mesmo e tal, primeiro teve essa realidade lá de eu tá cuidando e assumindo ser cuidadora e depois ele foi transferido pra lá (outro estado do Brasil) [...]” (E6)

No relato de E3 fica muito clara a influência sofrida pela participante aposentada, dos aspectos políticos e de rede de contato. Aparentemente, foi uma escolha que a levou a vivenciar a aposentadoria “fora do horário”, já que ela trabalhou por mais três anos, e segundo a própria, ali sim, teria se aposentado com todas as vantagens, tendo expressado, inclusive a sua insatisfação como esse fato:

“Quando eu cheguei com 52 anos tinha uma proposta de aposentadoria com perda, e ia ter uma mudança de governo e que talvez mudasse a aposentadoria, como mudou. Tanto meu marido quanto um colega da empresa[...] ficou fazendo a minha cabeça...você segure logo o que você tem porque se mudar pra pior? Logo depois veio a mudança que foi quando Dilma assumiu que ela colocou aquela condição: tempo de contribuição e idade. E eu pegava, porque eu tinha 55 de idade e tinha 35 de serviço, era 90 pra mulher, 95 para homem. E aí eu fiquei chateada com essa perda[...]” (E3)

Já no relato de E6, a doença e presença inesperada da sogra, bem como o maior distanciamento do marido, ao deixar de trabalhar em *home office*, fizeram com que ela assumisse o papel de cuidadora da sogra, distanciando-se do mundo do trabalho e ao tentar retornar não mais foi absorvida em razão das novas exigências do mercado de trabalho

“‘X’ (o marido) tinha essa preocupação assim de, porque ele sabia que só aquela formação não ia me favorecer pro trabalho [...]. Baixei algumas certificações, tentei estudar pra concurso público [...]” (E6)

Não podemos deixar de mencionar a presença do tempo. Tempo que aparece como pré-requisito para se adquirir o direito ao benefício da aposentadoria; tempo que aparece nas falas dos participantes ao falarem da dedicação ao trabalho; tempo que foi reduzido na presença no ambiente familiar; tempo do ser velho, que não é pensado. Tanto a Perspectiva do Curso de Vida quanto a Fenomenologia consideram a questão do tempo e, afinal de contas, a vida acontece no tempo. Ou seria nos tempos?

Em todas as entrevistas os participantes relatam vivências que nos remetem ao tempo histórico, o tempo mundano, em que a vida acontece, o tempo marcado pelo relógio, ao expressarem o tempo dedicado ao trabalho, o tempo de ausência do ambiente familiar. Ambas as teorias nos falam dos diversos tempos: a Perspectiva do Curso de Vida considera o tempo ontogenético, o tempo histórico e o tempo geracional; já a Fenomenologia distingue três níveis de estrutura temporal: o tempo do mundo, o tempo interno e o tempo da consciência do tempo interno.

Sobre o tempo ontogenético – que diz respeito ao processo biológico de desenvolvimento-, este pode ser intuído na fala a seguir.

“comecei a trabalhar com 18 anos e 8 meses [...] uma menina, ainda, né?” (E1)

Já o tempo geracional - que nos remete ao momento etário vivenciado -, pode ser percebido no seguinte relato.

. “eu tinha condições de continuar trabalhando até mais porque eu estava com 57 anos quando saí” (E1)

“[...] Meu pai foi até os 97” (E2)

Enquanto o tempo interno, ou seja, aquele em que as experiências são processadas internamente pelas pessoas que as vivenciam, foi observado nas falas abaixo.

“depois de anos eu percebi que o comportamento de Sr, ‘Y’ (o chefe) me fez uma profissional de excelência” (E1);

“a gente não entende porque acontece algumas coisas, mas depois com o tempo” (E1)

Tudo acontece num processo histórico, no tempo que demarca essa história e um evento social foi citado por alguns dos aposentados ao relatar sobre o momento da sua aposentadoria.

“Eu parei de trabalhar na véspera da pandemia [...] e o que a gente perdeu no período da pandemia não volta mais” (E2)

” Logo depois veio a mudança, foi quando Dilma assumiu” (E3)

Mas acontecem ainda no tempo do mundo, o tempo em que estão definidos cumprimentos de horários, de obrigações como levar filho para escola, mas também de ir para o trabalho.

“eu chegava 7h15 no trabalho e chegava em casa 9h da noite” (E1).

Todos esses tempos se entrelaçam, uma vez que, enquanto no processo de ontogênese o organismo se desenvolve, também emergem as questões internas nos seres humanos, os sentidos que estes vão atribuindo ao processo de viver as próprias experiências em interrelação com o contexto da época, com o micro e com o macrossocial. O tempo denominado pela Fenomenologia de consciência do tempo interno, está presente no decorrer de todo o processo.

É no tempo que a história transcorre e as culturas se transformam; que os eventos acontecem para as pessoas e grupos; que as transições e trajetórias se delineiam. No tempo interno das pessoas é que elas elaboram e refletem acerca dos eventos de vida que as atravessam atribuindo significados e sentidos.

6.2 APOSENTADORIA E RELAÇÕES FAMILIARES

Considerando que é no ambiente familiar que a pessoa que se aposenta provavelmente irá passar a maior parte do seu tempo e que serão as relações estabelecidas nesse ambiente as que este desenvolverá com maior intensidade, olhar para essas relações torna-se preponderante para que se possa delinear momentos com melhor qualidade. A vida das pessoas é composta por um conjunto de trajetórias, desde escolares, profissionais, familiares, a outras como, relacionais, saúde, etc. E é na família, primeiro ambiente de socialização que essas trajetórias se cruzam (Antunes; Soares; Moré, 2015; Charrualt, 2020)

Família implica relação e Merleau-Ponty ao falar sobre o mundo fenomenológico nos diz que este

é não o ser puro, mas o sentido que transparece na intersecção de minhas experiências e na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras; ele é, portanto, inseparável da subjetividade e da intersubjetividade que formam sua unidade pela retomada de minhas experiências passadas em minhas experiências presentes, da experiência do outro na minha (Merleau-Ponty, 1999, p.18).

Encontramos em alguns relatos dos aposentados entrevistados que retratam essa interseção das próprias experiências vividas com as dos outros no ambiente familiar, trajetórias diversas que se cruzam na convivência familiar e, em alguma medida, se afetam, gerando, por vezes, ressignificação de fenômenos.

“minha mãe sempre dizia, sempre se ressentiu do fato de ela ter conseguido um emprego para meu pai [...] e ela não ter se colocado lá e ter aberto mão do trabalho dela [...] a condição que meu pai impôs para casar foi que ela largasse o trabalho [...] então eu fui criada nisso aqui, pra poder eu trabalhar, ter meu dinheiro e não depender de marido. [...] Então o trabalho pra mim significava tudo. Só abaixo da minha família, mas mesmo assim, não a ponto de eu abrir mão do meu trabalho pela família” (E6)

“Planejei. Eu tenho um exemplo na minha, que eu comecei a falar, eu tenho um exemplo na minha casa que foi meu pai. Meu pai, ele se preparou, só que ele foi até os 97 anos. Acabou o planejamento dele, acabou os recursos dele e os filhos tiveram que ajudar. Então ele foi meu exemplo. Eu pensei: eu não vou querer passar por isso. Foi mais ou menos assim” (E2)

Queremos trazer nessa análise, também, o conceito de justa medida, por entendermos que este encontra-se presente, ou, pelo menos, deveria estar, tanto nas relações familiares quanto profissionais, sociais e interpessoal no decorrer do percurso de vida das pessoas, ao menos como ponto de reflexão nos diversos momentos. A esse respeito Mortari nos diz

Sapersi posizionare con fermezza, a partire da una lucida analisi della situazione, richiede un lavoro di cura di sé che sciolga il próprio pensare da inutili sensi di colpa e tenga invece sempre la mente alla ricerca della giusta misura del próprio agire con cura. Agire con fermezza significa saper dire di no quando é necessário alle richieste dell'altro (Mortari, 2015, p.212).⁷

Não obstante, Mortari reconhece a dificuldade em se agir com a justa medida: *“È difficile trovare la giusta misura dell'agire non solo perchè non possediamo chiaramente l'ideia di cosa è bene fare, ma anche perchè l'esito di um'azione non dipende unicamente dal soggetto che decide ma anche dalle variabili contestuali”⁸* (Mortari, 2015, p.215). Mas, ainda que reconheça a dificuldade de agir na justa medida, ressalta a questão da responsabilidade de quem age: *“Chi agisce opera in una condizione di incerteza, poichè la reazione all adua azione non è prevedibile, ma nonostante ciò è sempre responsabili in prima persona del próprio agire”⁹* (Mortari, 2015, p. 215).

No tocante à justa medida no ambiente familiar, percebe-se na fala de algumas aposentadas um aparente sentimento de culpa por ter estado ausente da família e um desejo de compensar este fato na aposentadoria, tal relato expressa que para a pessoa faltou o equilíbrio que a justa medida propõe, deixando-se envolver pelo trabalho mais do que gostaria, como vemos a seguir.

“Hoje em dia o pessoal até brinca comigo porque eu sinto umas coisas que parece que só tinham na minha cabeça. Por exemplo, foi aniversário de (filho que está no exterior) e aí falam: é o primeiro

⁷ “Saber se posicionar com firmeza, a partir de uma análise clara da situação, exige um trabalho de autocuidado que liberte o pensamento de sentimentos inúteis de culpa e, ao contrário, mantenha sempre a mente em busca da medida certa para agir com cuidado. Agir com firmeza é saber dizer não às solicitações alheias, quando for necessário”

⁸ “É difícil encontrar a medida certa de ação não só porque não temos uma ideia clara do que é melhor fazer, mas também porque o resultado de uma ação não depende apenas do sujeito que decide, mas também de variáveis contextuais.”

⁹ “Quem age opera numa condição de incerteza, porque a reação à sua ação não é previsível, mas apesar disso é sempre pessoalmente responsável pelos seus atos.”

aniversário que você vai passar longe de seu filho. E aí eu digo: mas eu perdi tantos porque viajava, perdi tantos isso e aquilo. Aí o pessoal diz que não se lembra de eu não ter estado. [...] como se eu tivesse tido muitas lacunas, muitas faltas presenciais, então agora isso ficou como se tivesse de fato acontecido. [...] (E6)

E prossegue relatando-o fato de como estar aposentada se reflete na família.

“Eu acho que pra eles (filhos) foi melhor né, ter uma mãe que faz tudo pra eles, eu paparico [...]” (E6).

Esse mesmo sentimento de aparente culpa foi observado na narrativa de outra participante da pesquisa:

[...]Aí é quando vem a relação da família, né? Ficou faltando, eu deixo esse lado a desejar [...]. Já saí do ‘X’ (empresa onde trabalhou) nove horas da noite, já saí nove e meia e isso deixava uma carência dentro de casa. [...]então minha filha até hoje é muito mais com ele (o pai) do que comigo. [...]eu poderia ter agido melhor, mas eu não sabia como agir melhor. E eu creio até que na vida dela trouxe algumas consequências que não foram boas por essa fal (interrompeu a fala), por essa presença minha. [...] Muitas das vezes, nova ainda ela tava com febre, mas eu tinha que ir trabalhar[...]” (E1).

Falando sobre o pós-aposentadoria acrescenta:

“Então agora esse tempo, esse cuidado familiar eu percebo, eu dou mais agora. Eu tô dando com ela, com ‘X’ (marido), não é, eu gosto de dar, aí de manhã eu faço o café pros dois, coisa que eu não fazia, pra almoçar, cuido mais das coisas dela, cuido de mim também, cuido da casa” (E1).

Porém, após relatar tudo o que vem mudando pelo fato de estar aposentada, referindo-se a falta que sente do trabalho, ela finaliza dizendo

[...], mas ficou esse vazio.” (E1)

Essa sensação de vazio, mais uma vez, traz à tona a questão da justa medida, melhor dizendo, a ausência da justa medida. Ou seja, a dificuldade enfrentada pelos participantes entrevistados nesse processo de utilização do próprio tempo e priorização das diversas áreas da vida.

Sobre as relações conjugais e parentais após a aposentadoria, o que se percebeu nas falas dos familiares aposentados foi um alinhamento com o que foi relatado pelos participantes aposentados.

“Então era algo que ela já vinha demonstrando o desejo (de se aposentar), então foi bem tranquilo de receber. E aí acaba que só é diferente quando a gente vive a experiência, né, pela questão de você passar mais tempo junto do que o normal. [...] Muda porque antes ela sempre foi a pessoa que passou mais tempo fora de casa. O trabalho exigia mais isso e hoje ela está muito mais em casa, então muda a rotina [...]. Então é adaptar a esse novo momento de estar em casa, das atividades dela com as minhas atividades, formas as vezes de ver a organização da rotina da casa é um prob... foi né? por agora já está mais tranquilo, mas foi um processo, muito de ajuste. Tanto pra ela, tanto pra gente, mas a gente conseguiu se organizar” (E1.1)

“[...] Aí começou a ter uma mudança mais significativa porque eu já tinha meu filho e aí ela começou a ajudar mais, de forma mais intensa realmente nesse cuidado. Me auxiliar para eu poder ir trabalhar [...] A gente sempre teve uma relação boa [...]. De uns tempos pra cá, acho que quando você vira mãe, acho que você começa a ter um entendimento da vida e das relações diferente, então acho que a gente começou, acho que pelo advento da maternidade que a gente começou a trocar um pouco mais sobre algumas coisas específicas da vida, do relacionamento” (E6.1)

A diferença entre os dois relatos é que, embora coincidam com o que foi expressado pelas participantes aposentadas (as mães), no primeiro relato fica claro os desafios que foram enfrentados tanto por E.1 (mãe) quanto por E1.1 (filha) nesse processo de ajustamento, de adaptação a esse novo momento familiar em que a mãe que esteve ausente a maior parte do tempo passou a estar presente a maior parte do tempo. Requerendo o estabelecimento de uma nova rotina e convivência familiar.

Quanto ao relato de E6.1(filha), também alinhado com o de E6 (mãe), elas sempre tiveram uma relação estável que melhorou após a aposentadoria da mãe, segundo a filha, principalmente por dois motivos: a filha já ter passado pela experiência da conjugalidade e da maternidade e pelo apoio que a mãe passou a dar nos cuidados ao neto.

O envelhecimento que aparece de forma transversal no tema na pesquisa, foi abordado pelos participantes aposentados

“[...] eu ainda não me vejo como velha. Eu não vejo. Eu ainda me sinto forte ainda [...]” (E1)

“E não sei o que é, sinceramente. Não me sinto velho [...]” (E2)

“Eu não encarei ainda, nem penso. Porque eu me acho tão ativa, eu me acho tão disposta, que eu não ainda pensei nisso. Nem quero pensar.” (E3)

“Envelhecer é uma coisa natural. Nós nascemos, crescemos, né? E sabemos que vamos envelhecer [...]” (E5)

“Não me preocupo com o envelhecimento [...]” (E6)

Ainda que não se vejam como velhos e não pensem no envelhecimento, em três desses núcleos familiares - E2, E3 e E6, em algum momento, a presença de pessoas idosas se tornou uma realidade e foram cuidados por alguém da família, geralmente mulheres.

As diversas trajetórias das pessoas - familiar, profissional, social, religiosa, se cruzam, se interpenetram e exercem influências mútuas, às vezes positiva, às vezes negativa. Os mesmos acontecimentos, ou eventos de vida podem ter atribuídos significados diferentes por pessoas que os vivenciaram simultaneamente ou não. Shutz coloca acerca desse compartilhamento com semelhantes: “o mundo da minha vida cotidiana não é meu mundo privado, mas é um mundo intersubjetivo, compartilhado com meus semelhantes, experienciado e interpretado por outros; em suma, é um mundo comum a todos nós” (Schutz, 2012, p.179). Isto é percebido nos relatos sobre os relacionamentos familiares antes e após a aposentadoria, as diversas trajetórias das pessoas, cada uma com suas vivências, suas necessidades, suas possibilidades e suas obrigações profissionais, que se entrecruzam e em alguma medida, afetam as outras pessoas positiva ou negativamente. O participante E2, que, assim como E1, também planejou a aposentadoria, relatou sobre o relacionamento familiar enquanto trabalhava.

“[...] Praticamente no meu horário de trabalho era quase cem por cento do trabalho. Família era depois do final do expediente, quase. A participação familiar era assim, mas durante o dia no meu trabalho era quase que cem por cento do trabalho. Até sair de casa de manhã era família, saí de casa era o trabalho e ao voltar, era família. Meu sonho, era o que eu sempre falava, no dia que me aposentar vou levar as crianças na escola, vou buscar na escola. [...] sempre fui de transporte próprio apesar da empresa fornecer ônibus. [...] Porque eu chegava mais cedo na empresa e saía mais tarde. Por isso que eles

davam carro pra gente, porque não tinha horário pra chegar nem horário pra sair.” (E2)

A percepção de E2.1, esposa de E2, foi similar, talvez com um peso mais acentuado à ausência dele da família.

“Ele praticamente não convivia durante a semana, muito pouco à noite porque quando nossa filha nasceu, ele chegava muito cansado em casa porque acordava de manhã cedo, chegava muitas vezes tarde da noite, 7, 8 horas [...]. E eu, a gente praticamente não tinha um relacionamento familiar nesse sentido de a noite também aproveitar juntos, porque ele estava cansado” (E2.1)

Na continuidade da sua fala, E2 relata sobre as relações familiares no pós-aposentadoria.

“Melhorou muito, melhorou muito. Eu pensei que talvez a gente fosse brigar mais, se estranhar mais, porque uma coisa é você ficar fora de casa o dia inteiro e só voltar pra casa à noite e outra coisa é você ficar 24 horas em casa. Mas foi legal, não tive problema não. Tem as coisas de sempre, né? Uma coisinha que às vezes não era nem pra incomodar e incomoda e acaba, mas tá bem, tô bem, gostei” (E2).

Este receio em ter desavenças pelo fato de estar convivendo diuturnamente com sua esposa/ companheira, também foi vivenciado pela esposa de E2, como relatado a seguir.

“Eu tinha receiozinho dele aposentado, de a gente ter mais problemas, até por conta dessa vida que ele levava e de repente mudar tudo. Eu tinha um certo receio [...]. E, realmente, graças a Deus a gente tem tido prob (interrompeu), menos, bem poucos problemas nesse convívio, mas...porque, também eu acho que essa questão dele ter o barco, dele ter o clube, então isso também tira um pouco ele do foco de casa só. [...] A gente ficou muito mais assim fazendo as coisas juntos. [...]” (E2.1)

A realidade das relações familiares de E3, que não planejou a aposentadoria e se viu aposentada de um momento para o outro, no período anterior e posterior à aposentadoria, se configurou como descrito a seguir.

“No início foi muito bom. Quando as meninas eram pequenas o lazer era muito bom. [...]. Todo mundo sempre junto. Mas depois que as meninas começaram a crescer e também não querer mais

acompanhar a gente, aí o lazer foi diminuído[...]. Então viemos pra essa casa e o marido achava que não precisava mais sair porque as meninas tinham distração aqui [...]”. (E3)

“Familiar continuou a mesma coisa. O estresse continuou porque me sobrecarregaram mais ainda, porque tudo sou eu para resolver, tudo. [...] eu não estou, eu acho que as coisas, Deus manda na hora certa, porque foi o momento que minha mãe precisou mais de mim ainda. [...] E eu acho que essa situação toda o ajudou (o marido) ficar mais dentro de casa. Ele aproveitou e aí a gente foi se acostumando e aí a gente já está acostumado. Eu me acostumei porque eu cansava de chamar e recebia não [...]”. (E3)

Estes relatos estão em sintonia com o que E3.1 expressou acerca das relações familiares antes e após a aposentadoria de E3.

“Eu acho que se eu não tivesse ela, porque ela é muito organizada e eu sou desorganizado...não posso me queixar de nada.” (E3.1)

“Não vi diferença, continua tudo igual”. (E3.1)

O que se percebe em todos esses relatos é que, em alguma medida, apesar das dificuldades enfrentadas, a família se mostra como importante, afinal, os casais enquanto cônjuges e genitores permanecem juntos no curso da vida nesse processo de ajustes. Em concordância com essa perspectiva, França e Sandoval (2014) afirmam que a transição para a aposentadoria pode desencadear crises nas relações familiares que podem se apresentar como passageiras, mas também podem levar ao divórcio.

Observou-se também que, apesar de todas as conquistas atribuídas às mulheres, estas ainda assumem a maior parte dos cuidados com a família e com a casa. E quando não o fazem como desejariam sentem-se culpadas.

“Através e apesar da diversidade histórica e cultural de sistemas familiares, dois aspectos parecem ser extremamente estáveis: a presença da família (sob qualquer de suas configurações) como unidade social básica de convivência, relacionamentos afetivos, reprodução e cuidado dos filhos; e a atribuição de forma praticamente exclusiva à mulher da responsabilidade pelo cuidado do lar e dos filhos” (Castro *et al*, 2012, p,13)

A esse ponto, entendemos ser importante falar sobre a questão do gênero, família, e relações conjugais e parentais, ainda que não tenha sido uma variável especificada no presente estudo. A questão do gênero feminino associado ao

cuidado com a família emergiu em várias falas. E1, por exemplo, deixa implícito na sua fala que o marido não administrou bem os cuidados com a casa o que ficou explicitado na fala de E1.1, na sequência,

“[...] na questão com a filha não, ele (o marido) sempre administrou isso muito bem[...]” E1

“[...], mas o período da tarde, no período que eu estudava, eu ainda tava em casa, então eram as minhas reponsabilidades.” E1.1

Relatos que indicam essa “obrigação assumida” pelas mulheres em relação aos cuidados com a família, seja filho, marido, mãe e sogros e cuidados com a casa, se repetiram em diversas ocasiões, seja na fala dos maridos, seja na fala das esposas, seja na de filhas.

“Meu sonho, era o que eu sempre falava, no dia que eu me aposentar vou levar as crianças na escola, vou buscar na escola” (E2)

“[...]. Mas a maioria das coisas era eu que tinha que...a maioria não, tudo em relação a filho era eu que tinha que resolver porque o marido nunca participava. [...]. Como também na casa. Porque se quebra alguma coisa ele não resolve quem resolve sou eu, entendeu? [...]. Se é um médico pra marcar (para o marido), ele não marca” (E3).

A respeito desse “envolvimento” do homem tanto na relação conjugal quanto parental, Devreaux (2006, p. 607), falando a partir da realidade francesa, nos diz que “[...] o estudo das práticas masculinas na vida doméstica e da efetiva responsabilidade por filhas e filhos mostra um descompasso entre a ideia de que os pais teriam mudado a realidade da divisão sexual do trabalho na família.”

Sobre o tempo que esses homens dedicam aos filhos e ao apoio nas tarefas domésticas fica claro que estes continuam a definir em que momento em quais condições eles se ocuparão seja com os filhos, seja com as tarefas domésticas, que ainda continua como um encargo da mulher. Se essa divisão de tarefas não aconteceu ao longo da relação conjugal e familiar, é muito difícil introduzi-la após a aposentadoria (Devreaux, 2006; França; Sandoval, 2014).

Sobre a realidade descrita pelas autoras supracitadas, o que se percebe a partir dos relatos dos participantes aposentados é que essa realidade descrita não está muito distante, ou nada distante, do que acontece nas famílias dos entrevistados.

Diante do exposto fica patente a necessidade de, com a aposentadoria, se reajustar as relações, de se assumir novos papéis, de se aceitar enquanto ser em desenvolvimento entrando numa nova fase, a do ser velho, ou idoso, e seguir no fluxo da vida.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou entender um fenômeno envolvendo duas esferas tidas como socializadoras, a saber, o ambiente familiar e o ambiente do trabalho, a fim de refletir sobre as questões relacionais na família nuclear, em dois momentos distintos: antes e após a aposentadoria de um de seus membros, considerando as variáveis planejamento e não planejamento.

Pesquisar é ir além de um questionamento inicial, pois no decorrer do processo surgem novos questionamentos e muitos aprendizados. Pesquisar sobre a família, no seu aspecto relacional, a partir do fenômeno da aposentadoria, possibilitou-me, além do crescimento intelectual, um crescimento enquanto pessoa, enquanto filha, mãe e esposa.

Para atender ao propósito deste estudo, e por entendermos o ser humano enquanto sujeito histórico que se constitui, também, a partir da realidade social, optou-se por utilizar a Perspectiva do Curso de Vida, oriunda da Sociologia, e a Fenomenologia, oriunda da Filosofia seguindo, inclusive, o que sugere a Perspectiva do Curso de Vida acerca de se olhar os fenômenos a partir da multidisciplinaridade.

Buscou-se dar a amplitude necessária ao tema e ao mesmo tempo a especificidade que o objeto requer, possibilitando a reflexão acerca do conteúdo aqui abordado e a interpretação individualizada por cada pessoa que venha a ter acesso a esta pesquisa. Partiu-se da premissa de que o ser humano é afetado pelas interações que faz durante sua história de vida e não é possível separar as dimensões históricas, sociais e familiares de interação, uma vez que elas se entrelaçam na realidade das pessoas, como preconiza a Perspectiva do Curso de Vida, o que justifica a importância de se entender os diversos fenômenos que fazem parte da vida das pessoas, entre eles, a aposentadoria e suas repercussões.

Sendo o contexto social dinâmico, uma vez que sofre transformações ao longo do tempo, realizar uma pesquisa atualizada acerca das repercussões da aposentadoria nas relações familiares, se mostrou oportuno considerando, inclusive, que a última reforma da previdência aconteceu em 2019 e que seus efeitos ainda estão sendo percebidos.

A aposentadoria parece ser vista como algo que faz parte do mundo de quem trabalha, mas por necessidade financeira ou por se sentir ainda com desejo de continuar trabalhando, alguns aposentados entrevistados prefeririam não estar aposentados. Uma aposentada apenas expressou ter trabalhado com foco no tempo de serviço, esperando completar o tempo necessário para, então, se aposentar. Alguns participantes aposentados atribuíram um sentido ao trabalho desenvolvido, outros relataram mais o significado do trabalho, o fato de o trabalho ser importante, sem uma conotação mais pessoal na perspectiva de se sentir realizado com o trabalho desenvolvido. Percebeu-se que os participantes aposentados atribuíram sentido e significado ao trabalho, porém foi observado que não houve uma primazia de um sobre o outro.

A família apareceu como importante, entretanto, todos os aposentados entrevistados relataram uma dedicação de tempo muito maior ao trabalho do que à família, ainda que isso tenha gerado o sentimento de culpa em algumas aposentadas. Esse aspecto nos remete à carência de políticas públicas efetivas que assistam melhor as necessidades que o ambiente familiar requer para que as mulheres possam se dedicar à própria realização profissional com a segurança de que a família não estará desassistida.

Os participantes aposentados que planejaram a aposentadoria explicitaram esse desejo de resgatar as relações familiares, o que demonstra que esse aspecto foi pensado e planejado para ser concretizado após a aposentadoria. Entretanto, duas mulheres aposentadas que não planejaram, narraram uma melhoria nas relações, porém, em função de uma maior dedicação destas ao lar, de ter mais disponibilidade para o marido e filhos após a aposentadoria, apontando para a realidade de que as mulheres, quando trabalham fora, se sentem, ainda, responsáveis pelos cuidados familiares colocando essa possibilidade como um fato positivo ao se concretizar após a aposentadoria.

Os participantes que planejaram foram um homem e uma mulher. Mas, observou-se que, ainda que os dois tenham realizado e que os dois tenham focado também nas relações familiares no próprio planejamento, o homem demonstrou estar seguro e confortável com o distanciamento do mercado de trabalho e consciente do que gostaria de fazer com o tempo livre conquistado, já a mulher ainda se ressentia desse distanciamento e ainda sentia falta do trabalho. A diferença entre eles foi que, no planejamento do homem foi considerado o tempo livre e

pensado o que fazer com ele para a própria satisfação; já a participante mulher focou nas necessidades da família, mas não avaliou nem programou como iria ocupar o próprio tempo livre.

As informações contidas no parágrafo anterior nos oferecem um dado importante, uma vez que insatisfações pessoais podem repercutir nas relações estabelecidas. Isso sugere que, para o homem, a aposentadoria faz parte do fluxo natural e efetivamente ele, ao se aposentar, prioriza a si mesmo e aos aspectos que o fariam vivenciar a aposentadoria com satisfação, não movido por um sentimento de culpa pela ausência durante o período em que estava atuando no mercado de trabalho. Já a mulher, mesmo quando a aposentadoria é planejada, focaliza no bem estar que poderia dar à família com a sua aposentadoria e não em si mesma. O que, mais uma vez, nos remete à questão do gênero e ao significado atribuído a respeito da responsabilidade pelos cuidados com a casa e filhos.

Um dado que apareceu como significativo foi um destaque dado às relações parentais e informações menos consistentes sobre as relações conjugais, pela maioria dos aposentados. Estas apareceram como permanecendo no mesmo nível no momento pré e pós-aposentadoria para alguns e com alguma melhoria para outros. O fato de planejar a aposentadoria repercutiu de forma mais acentuada nas relações parentais do que conjugais; em contrapartida, o não planejamento da mesma repercutiu, a partir de dois relatos, em uma melhoria das relações conjugais visto que as aposentadas passaram a se dedicar mais aos cuidados da casa e ao marido. Apenas uma aposentada relatou não ter havido mudanças nas relações, estas eram estressantes no pré-aposentadoria e mantiveram-se no pós-aposentadoria, o que foi também percebido pelo esposo.

Uma vez que existe uma tendência a não exposição do que se considera negativo em si mesmo ou na própria família, é importante relativizar os achados. Por outro lado, essa tendência também sugere a importância de se continuar a estudar as questões que estão envolvidas e implicadas nas relações familiares, a partir das diversas metodologias de estudo a fim de alcançarmos um maior domínio acerca dos núcleos familiares e que esse conhecimento possa subsidiar ações afirmativas.

No decorrer do estudo nos perguntamos se os diferentes segmentos sociais, considerando apenas a renda mensal, teriam condições concretas de planejar a aposentadoria e a partir de uma única participante que apontou ter renda familiar de

três salários mínimos podemos inferir que sim, é possível, pois, ainda que essa participante não tenha planejado a aposentadoria, ao longo do percurso de vida procurou obter maior solidez nas condições materiais de vida através de algumas estratégias como construir uma casa com um espaço para comércio na parte de baixo para alugar. Vale ressaltar que essa inferência não pode ser universalizada em razão de ter-se apoiado em dados obtidos a partir de apenas uma participante.

Consideramos que o presente estudo dá indícios de que planejar a aposentadoria pode, sim, repercutir de forma diferenciada nas relações familiares desde que esse seja um aspecto que apareça como importante para o aposentado e que faça parte de seus objetivos para o pós-aposentadoria. Caso o planejamento não aconteça, ou, as questões relacionadas às relações familiares não façam parte do planejado, este estudo expressa que a tendência é que as relações permaneçam como eram anteriormente, com a possibilidade de declínio.

Não se considera que os dados foram suficientes para se fazer uma afirmação acerca da influência do planejamento e não planejamento nas relações familiares, mas fornece indícios de que planejar repercute de forma diferenciada no sentido de colaborar para uma melhor qualidade nas relações familiares após a aposentadoria. Porém, como já referido, para que isso aconteça é necessário que o objetivo de se ter uma relação familiar com maior qualidade após a aposentadoria faça parte do planejamento. E, possivelmente, que a família participe desse planejamento, caso contrário ele será elaborado apenas a partir da subjetividade e necessidades da pessoa que se aposenta.

Continuando o processo de leitura e aprendizagem acerca da Perspectiva do Curso de Vida, considera-se que o espaço para novas pesquisas acerca dessa interrelação entre o macrossocial e o microssocial no ambiente familiar existe, pois, conforme a teoria utilizada e seguindo os primeiros passos de Glen H. Elder Jr, que investigou os efeitos da grande depressão em crianças de Oakland, Estados Unidos, podemos ainda pesquisar sobre os efeitos da ditadura vivenciada aqui no Brasil no sentido atribuído à família, ao trabalho, as relações familiares, por exemplo, e, para incluir um fato social mais recente, os efeitos da pandemia de COVID-19 nesses mesmos fenômenos, a partir desta teoria. Houve relato do impacto negativo que teve a pandemia ao acontecer logo após a aposentadoria, que impossibilitou a realização do que foi planejado como passeios, viagens. O que nos remete para o fato de que planejar não significa necessariamente que se irá conseguir executar o planejado,

pois o planejamento é composto de inúmeras variáveis, e o ambiente externo é uma delas.

Percebe-se a cada nova informação adquirida a partir dos teóricos aqui utilizados como o binômio trabalho-aposentadoria ocupa uma dimensão significativa na vida da família, com implicações nas relações conjugais e parentais. A família que por anos em razão do trabalho, não ocupou o lugar de prioridade de dedicação de tempo na vida da pessoa, de repente, ao se aposentar, passa a configurar o ambiente e as relações que a pessoa, que se aposenta, irá vivenciar, prioritariamente e a maior parte do seu tempo, principalmente na hipótese de não ter planejado como administrar o próprio tempo a partir da aposentadoria.

Dessa forma, entende-se que ter consciência dos significados e sentidos desenvolvidos e atribuídos ao longo da vida às experiências vividas, na especificidade deste estudo, no que se refere ao trabalho, família e aposentadoria, é de fundamental importância para que se passe pelo processo de vivenciá-los com a melhor qualidade possível.

Este foi um estudo que, conforme nos diz a epistemologia, a partir de dados obtidos, buscou gerar novos conhecimentos através da inferência. E como inferências portam em si o risco de transformar ficção em verdades, todo o cuidado foi tomado para que as que foram aqui desenvolvidas estivessem amparadas nas teorias. Trouxemos aqui dados qualitativos a partir de relatos de participantes moradores em Salvador e Região Metropolitana, que sugerem a importância de ampliação da pesquisa para que possamos interpretar o fenômeno estudado com maior profundidade.

Por tudo o que foi exposto, considera-se que os objetivos propostos por essa pesquisa foram alcançados, uma vez que foram encontrados indícios afirmativos acerca das diferentes repercussões da aposentadoria nas relações familiares a partir do planejamento e não planejamento da aposentadoria, bem como conseguiu identificar os fatores que levaram os participantes aposentados a tomar a decisão pela aposentadoria e como estas percebem as relações familiares antes e após a aposentadoria.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Paulo de Vasconcelos. História da Previdência no Brasil. **Politize**, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/historia-da-previdencia-no-brasil/>. Acesso em: 20 mai. 2022.

AKOA, Patrick; FORNASIER, Rafael Cerqueira. O trabalho humano: valor e benefícios do trabalho doméstico na vida dos filhos. *In*: Rafael Cerqueira Fornasier (Org). **Família e pobreza: abordagem relacional da família**. São Paulo: Dialética, 2021, Capítulo 6, p. 99-120.

ALBUQUERQUE, Kelly Cristina Costa; PORTILHO, Evelise Maria Labatut. As contribuições da Fenomenologia-Hermenêutica para pesquisas em Educação. **Conjecturas**, v. 22, n. 3, p. 384-396, 2022. Disponível em: DOI: 10.53660/CONJ-765-C14. Acesso em: 16 out. 2022.

ALES BELLO, Angela. **Introdução à Fenomenologia**. Tradução de Ir. Jacinta Turolo Garci e Miguel Mahfoud. Bauru, SP, Edusc, 2006.

ALES BELLO, Angela. **O sentido das coisas**: por um realismo fenomenológico. Tradução: José J. Queiroz. São Paulo: Paulus, 2019.

ALMEIDA, Rogério da Silva. O cuidado na primeira seção de ser e tempo. “**Existência e Arte**” - **Revista Eletrônica do Grupo PET**, Universidade Federal de São João Del-Rei, Ano IV, n. IV, jan.- dez. 2008. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/existenciaearte/Edicoes/4_Edicao/rogerio_almeida.pdf. Acesso em: 23 jun.2023.

ANTUNES, Marcos Henrique.; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Família, trabalho e aposentadoria: uma revisão da produção científica no cenário brasileiro. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 7, n. 2, p. 145-154, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822014000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 jul.2023.

ANTUNES, Marcos Henrique; SOARES, Dulce Helena Penna; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. O processo de desligamento laboral: vivências narradas por casais aposentados. **Estud. pesq. psicol.**, Rio de Janeiro, v.18, n.3, p.793-811. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2023.

ANTUNES, Marcos Henrique; SOARES, Dulce Helena Penna; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Repercussões da aposentadoria na dinâmica relacional familiar na perspectiva do casal. **Psico (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 46, n. 4, p. 432-441, dez. 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-53712015000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jun. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. [10ª Reimp. rev. e ampl.], São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Luís de. **Ética**: uma introdução. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

ARBIX, Glauco. Apresentação. *In*: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004, s.n.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. 13ª ed. rev. [Reimp.]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução: Dora Flaksman. 2ª ed. [Reimp.]. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

BAUMAN, Zigmund. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENGTSON, Vern L.; ALLEN, Katherine R. The life course perspective applied to families over time. *In*: Boss, Pauline *et al.* (eds). **Sourcebook of Family Theories and Methods**. Chapter 19. Boston: Springer, 2009, p.469-504. DOI: https://doi.org/10.1007/978-0-387-85764-0_19 .

BLANCO, Mercedes. El enfoque del curso de vida: orígenes y desarrollo. **Revista Latinoamericana de Población**, Buenos Aires, v. 5, n. 8, p. 5-31, jan.-jun., 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3238/323827304003.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.

BOFF, Leonardo. **O cuidado necessário**: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade. 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. 20ª ed. [4.ª Reimp. 2021]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BORGES, Livia de Oliveira.; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. *In*: . ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt (Orgs.). **Psicologia Organização e Trabalho no Brasil**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014, p. 25-72

BRAGA, Tatiana Benevides Magalhães e FARINHA, Marciana Gonçalves. Heidegger: em busca de sentido para a existência humana. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v.23, n.1, p.65-73, abr.2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000100008&lng=pt&nrm=iso. acesso em: 22 jun. 2023

BRAGA JÚNIOR, Getúlio Nascimento. A fenomenologia e a busca de sentido. **Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.1-124 out.2014/mar 2015. Disponível em: <https://emarfrevista.trf2.jus.br/index.php/fenomenologiaedireito/issue/view/26/26>. Acesso em 10 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional da Família. Observatório Nacional da Família. **Arranjos familiares no Brasil**. Série Fatos e números. Publicado em 12/08/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/ArranjosFamiliares.pdf>. Acesso em: 03 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). **Breve histórico** — Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Publicado em 10.05.17. Atualizado em 21.09.22. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/breve-historico> . Acesso em: 03 set. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Emenda constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 13 nov. 2019. p.1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc103.htm. Acesso em: 21 jul.2023

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União. Presidência da República, Brasília, DF, 25 jul 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 03 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 03 out 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 03 out. 2023.

BRAZ, Marcela Pereira.; DESSEN, Maria Auxiliadora.; SILVA, Nara Liana. P. Relações conjugais e parentais: uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 2, p. 151-161. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/5MmKWBNPjjJjbJ5bY88SMFr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2023.

BRITO, Jhéssica Paula de; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de; BELO, Raquel Pereira. Aposentadoria e Envelhecimento: Estudo das Representações Sociais entre Mulheres Idosas. **Psicologia desde el Caribe**, Barranquilla, v. 38, n. 2, p. 238-255, mai./ago. 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-417X2021000200238. Acesso em: 29 abr. 2022.

BUENO, André da Silva. **O conceito de justa medida em Confúcio e Aristóteles**. 2005. 124 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2005.

BOWLBY, John. **Apego: a natureza do vínculo**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia; FERNANDES, Daniel. A previdência social. *In*: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia.; GIACOMIN, Karla Cristina (Orgs). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p. 265-294. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7253> Acesso em: 13 ago. 2023.

CAMARANO, Ana Amélia; FERNANDES, Daniel. Mudanças nos arranjos familiares: 2004-2014. *In*: CALIXTRE, André; VAZ, Fábio (Orgs). **PNAD 2014 – breves análises**. Nota nº 22. Brasília: Ipea, 2015, p. 12-19. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6521>. Acesso em: 10 dez. 2022.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão e. Como vive o idoso brasileiro?. *In*: CAMARANO, Ana Amélia (Org). **Os novos idosos brasileiros: Muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004, p. 25-73. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3012>. Acesso em: 11 abr. 2022.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. *In*: CAMARANO, Ana Amélia (Org). **Os novos idosos brasileiros: Muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004, p. 253-92. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3012>. Acesso em: 11 abr. 2022.

CARMO, Elisangela Gisele do; ZAZZETA, Marisa Silvana. Envelhecimento, novas tecnologias e aposentadoria. *In*: COSTA, José Luiz Riani.; COSTA, Amarilis M. Muscari Riani; FUZARO JUNIOR, Gilson (Orgs.). **O que vamos fazer depois do trabalho?** Reflexões sobre a preparação para a aposentadoria. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 93-101. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/n8k9y/pdf/costa-9788579837630-05.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.

CARVALHO, Ana Barreiros de. A sociedade do cuidado e as mudanças na paternidade e no envolvimento paterno. *In*: 18.^a Semana de Mobilização Científica (SEMOC). , 2015, Salvador. **[Anais...]** Salvador: UCSAL, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/349929218>. Acesso em: 07 jul.2023

CARVALHO, Ana Barreiros de. Família, capital social e desenvolvimento sustentável. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.8, p.76824-33, aug 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/33886>. Acesso em: 07 jul. 2023.

CARVALHO, Ana Maria Carvalho; BUSSAB, Vera Silva Raad;; RABINOVICH, Elaine Pedreira. Família e cuidado parental no ser humano: um olhar biopsicossocial. *In*:

Família, natureza e cultura: cenários de uma transição. ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos de; PETRINI, Giancarlo; RABINOVICH, Elaine Pedreira (Orgs.). Salvador: Edufba, 2013, p.77-125.

CASTRO, Mary Garcia *et al.* Gênero e família em mudança: uma revisão como foco em cuidado parental. *In:* CASTRO, Mary Garcia; CARVALHO, Ana Maria Almeida; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos Moreira (Orgs.). **Dinâmica familiar do cuidado:** afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos. Salvador: Edufba, 2012. 349 p. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16716>. Acesso em: 23 nov. 2023

CERBONE, David. R. **Fenomenologia**. Tradução: Caesar Souza, 3. ed., [6ª Reimp. 2021] Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Série Pensamento Moderno.

CHARRUALT, Amélie. Le paradigme du parcours de vie. **Informations sociales**, Paris, v. 1, n. 201, p.10-13, 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.3917/inso.201.0010>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CHERYL, Teruya; HSER, YI. Turning points in the life course: current findings and future directions in drug use research. **Curr Drug Abuse Rev.**, v. 3, n. 3, p. 189-195, set. 2010. doi: 10.2174/1874473711003030189. PMID: 20298174; PMCID:

PMC3010246. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3010246/>. Acesso em: 26 set. 2023.

CODO, Wanderley. Um diagnóstico do trabalho (Em busca do prazer). *In:* TAMAYO, Álvaro; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; CODO, Wanderley (Orgs.). **Trabalho, Organizações e Cultura** (Coletânea da Anpepp). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia. n.11. Cap. 3, 1996, p. 36-55. Disponível em: y <https://www.anpepp.org.br/acervo/Colets/v01n11a05.pdf> Acesso em: 09 ago. 2023

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO PELA INFÂNCIA. Importância dos vínculos familiares na primeira infância: estudo II. Redação Beatriz de Oliveira Abuchaim et al. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. 2016

COUTINHO, Maria Chalfin. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2009, vo.12, n.2, p.189-212. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172009000200005 Acesso em 03 fev 2023

DEBERT, Guita Grin. O Corpo e a Reinvenção da Velhice. *In:* RABINOVICH, Elaine Pedreira *et al* (Orgs.). **Envelhecimento e Intergeneracionalidade:** olhares interdisciplinares. Coleção: Família e desenvolvimento humano. Curitiba: CRV, 2019, p. 21-40.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 7ª ed. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DESSEN, Maria Auxiliadora. Estudando a família em desenvolvimento: Desafios conceituais e teóricos. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 30, n. spe), p. 202-219, 2010. DOI: 10.1590/S1414-98932010000500010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/R498b6yFx3wnG7ps8ndBFKb/?lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2023.

DEVREAUX, Anne-Marie. A paternidade na França: entre igualização dos direitos parentais e lutas ligadas às relações sociais de sexo. **Sociedade e Estado**.v.21, n.3, p.607-624, set-dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n3/a03v21n3.pdf> Acesso em: 14 jan.2024.

DIAS, Marcelo Couto. A família como capital social: uma revisão da literatura. *In*: 18.^a Semana de Mobilização Científica (SEMOC), 2015, Salvador. **[Anais...]** Salvador: UCSAL, 2015.

DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI**: abordagem relacional. Tradução: João Carlos Petrini. (Coleção Família na Sociedade Contemporânea). 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Introdução à epistemologia**. São Paulo: UNESP, 2010.

ELDER JR, Glen H. The life course as developmental theory. **Child Development**, february 1988, v.69, n.1 p.1-12,1998. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1132065>
Acesso em: 08.set. 2023

ENGELS, Frederic. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Nélcio Schneider. [Reimp. 2020] São Paulo: Boitempo, 2019.

FRANÇA. Lucia Helena de Freitas Pinho. Preparação para a aposentadoria: desafios a enfrentar. *In*: VERAS, Renato Peixoto (Org.). **Terceira idade**: Alternativas para uma sociedade em transição. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Unati, 1999.

FRANÇA. Lucia Helena de Freitas Pinho; SANDOVAL, Larissa de Almeida Nobre. Relacionamentos familiares e conjugais na aposentadoria. *In*: MURTA, Sheila Giardini; LEANDRO-FRANÇA, Cristineide; SEIDL, Juliana (Org.). **Programas de Educação para a aposentadoria**: Como planejar, implementar e avaliar. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2014, p. 182-196.

FREZZA, Marcia; GRISCI, Carmem Lúcia lochins.; KESSLER, Cristiano Keller. Tempo e espaço na contemporaneidade: uma análise a partir de uma revista popular de negócios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v.13, n.3, art.8, p.487-503, jul./ago. 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac>. Acesso em: 04 abr. 2023.

FREITAS, Marta Helena de *et al*. **Os sentidos do sentido**: uma leitura fenomenológica. Rev, abordagem Gestalt. Goiânia, v.18, n.2, dez-2012. p. 12-24. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672012000200004 Acesso em: 07 jun. 2023

GARCIA, Consuelo de M. **Planejamento de ensino: fase de preparação. Educar em Revista**. N.3, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.037>
Acesso em: 10 dez. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 1, p. 68–110, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1681>
Acesso em 20 ago 2023.

HAREVEN, Tamara K. Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso da vida. **Cadernos Pagu** Campinas, SP, n.13, p.11-35, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634964>
Acesso em: 09 nov. 2023.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Tradução revisada e apresentação Márcia Sá Cavalcante. 10.ª ed. [4.ª Reimp. 2018). Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: ed universitária São Francisca, 2015,

HUTCHISON, Elizabeth D. A life course perspective: A promising approach for bridging the micro and macro worlds for social Workers. **Families in Society**, v.86, n.1, p.143-152, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1606/1044-3894.1886>
Acesso em: 07 out 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Agência IBGE de Notícias. Em 2018, expectativa de vida era de 76,3 anos. **Agência IBGE de Notícias**, 28 nov. 2019. Disponível em: agenciadenoticias.ibge.gov.br.
Acesso em: 07 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica [e] UNFPA. **Indicadores Sociodemográficos: Prospectivos para o Brasil 1991-2030**. Rio de Janeiro: Arbeit Editora e Comunicação Ltda, 2006.

LEANDRO-FRANÇA, Cristineide. Prevenção e promoção da saúde mental, políticas públicas sobre envelhecimento ativo e educação para a aposentadoria. In: MURTA, Sheila Giardini; LEANDRO-FRANÇA, Cristineide; SEIDL, Juliana (Orgs). **Programas de educação para aposentadoria**. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2014, p.22-36.

LEANDRO-FRANÇA, Cristineide; IGLESIAS, Fábio; MURTA, Sheila Giardini. Futuro e aposentadoria: evidências de validade para uma medida de perspectiva temporal. **Psicol., Organ. Trab.**, v. 18, n. 2, p. 390-395. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572018000200007&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 07 set. 2023doi: 10.17652/rpot/2018.2.14246.

LEANDRO-FRANÇA, Cristineide; MURTA, Sheila Giardini. Evidências de Eficácia de Programas de Educação para Aposentadoria: Um estudo experimental. **Psic. Teor. e Pesq.** v. 35, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35422>. Acesso: 29 ago.2023.

MACEDO, Rosa Maria Stefanini de; KUBLIKOWSKY, Ida. O ciclo vital de famílias brasileiras. *In*: MOREIRA, Lúcia Vaz. de Campos. (Org.). **Relações familiares**. Curitiba: CRV, 2016. p. 33-35. (Coleção Estudos sobre Família, v. 2).

MACENA; Laíse da Cruz; OLIVEIRA JUNIOR, Edson Couto de; CARVALHO, Ana Barreiros de. Políticas para o trabalho de cuidado e o desenvolvimento social sustentável. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 7, p. 39-53. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/370824115_POLITICAS_PARA_O_TRABA_LHO_DE_CUIDADO_E_O_DESENVOLVIMENTO_SOCIAL_SUSTENTAVEL
Acesso em: 07 set. 2023.

MACHADO, Lia Zanotta. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v. 4, n. 8, p.11-26, fev. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/xBymvvK6NhVPzP7qshGngyR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MACIEL, Édson Vítor. **Avaliação das condições de vida dos idosos na pós-aposentadoria**: uma revisão de literatura. 2011. 24f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Atenção básica em Saúde da Família) - Universidade Federal de Minas Gerais, Campos Gerais, 2011. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3331.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2022.

MAGALHÃES, Andrea Seixas. Transmutando a subjetividade na conjugalidade. *In*: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Família e Casal**: Arranjos de demandas contemporâneas. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2003, p. 225-245.

MAGALHÃES, Mauro de Oliveira; BRITO, Fernanda de Souza. Ajustamento à Aposentadoria: Relações com Saliência de Carreira e Realização de Carreira. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 27, n. 1, p. 143-156, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/Wt8ycfgVnBWS9KpqHywcXHH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2023.

MARQUES, Rosa Maria; EUZÉBY, Alan. Um regime único de aposentadoria no Brasil: pontos para reflexão. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 11-29, out. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-63512005000300001>. Acesso em: 22 jul. 2022.

MARTINS, Lusineide Ferreira; BORGES, Elisa Silva. Educação para aposentadoria: avaliação dos impactos de um programa para melhorar qualidade de vida pós-trabalho. **Interações**, Campo Grande, MS, v.8, n.3, p.55-68. Jul-set 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v18i3.1496> Acesso: 29 ago.2023.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed, São Paulo: Martins Fontes, 1999

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos, fidedignidade. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-623, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007> Acesso em 22 out. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; 14 ed. , 2014.

MOREIRA, Jaqueline de Oliveira. Imaginários sobre aposentadoria, trabalho, velhice: estudo de caso com professores universitários. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 4, p. 541-550, out./dez. 2011. Disponível em: www.scielo.br/j/pe/a/DNBQDrHZgZTScdvTPxWPKfr/ . Acesso em: 22 jul. 2022.

MORIN, Estelle; TONELLI, Maria José; PLIOPAS, Ana Luisa Vieira. O trabalho e seus sentidos. **Psicologia & Sociedade**, 19, Ed. especial 1, p.47-56, 2007. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-462309> Acesso em: 25 mar.2023

MORTARI, Luigina. **Filosofia della cura**. Milano: Raffaello Cortina Editore, 2015.

OLIVEIRA, Rodrigo Carvalho; COELHO, Rachel Helena. Efeitos das aposentadorias por tempo de contribuição e por idade sobre saúde e bem-estar dos indivíduos no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 2021, 37(10) Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1339529#:~:text=A%20pesquisa%20buscou%20contribuir%20para%20mitigar%20a%20escassez,homens%20e%20mulheres%20das%20zonas%20rural%20e%20urbana>. Acesso em: 06 abr 2023.

ORNELLAS, Thuê Camargo Ferraz de; MONTEIRO, Maria Inês. Aspectos históricos, culturais e sociais do trabalho. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 59, n. 4, p. 561-565, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672006000400015>. Acesso em: 19 fev. 2023.

OURIQUE, L.R.; TEIXEIRA, M. A. P. Auto eficácia e personalidade no planejamento de carreira de universitários. **Psico- USF** (online), v.17, n. 2, p. 311-21, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712012000200015>. Acesso em: 03 dez. 2022.

PEDRO Melissa dos Santos Bachur *et al.*. Políticas públicas para o envelhecimento ativo. *In: Encontro internacional participação, democracia e políticas públicas*, UNESP, Araraquara, 2013.

PEREIRA, Jessica Rodrigues *et al.* Saúde, envelhecimento e aposentadoria. *In: COSTA, José Luiz Riani.; COSTA, Amarilis M. Muscari Riani; FUZARO JUNIOR, Gilson (Orgs.). O que vamos fazer depois do trabalho?* Reflexões sobre a

preparação para aposentadoria [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 45-62. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/n8k9y/pdf/costa-9788579837630-05.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PETRINI, Giancarlo; ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos de. Vida familiar: a busca de satisfação em meio à ambiguidade. *In*: BASTOS, Ana Cecília de Sousa; MOREIRA, Lúcia Vaz Campos; PETRINI, Giancarlo; ALCANTARA, Miriã Alves Ramos de (Org.). **Família no Brasil: recurso para a pessoa e sociedade**. 1ed. Curitiba: Juruá, 2015, v. 1, p. 213-242.

PETRINI, Giancarlo; DIAS, Marcelo Couto. Relações conjugais e familiares na sociedade contemporânea. *In*: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos (Org.). **Relações familiares**. Coleção Estudos sobre família, v.2. Curitiba: CRV, 2016. p. 19-31.

PONCIANO, Edna Lúcia Tinoco; FÈRES-CARNEIRO, Terezinha. Modelos de família e intervenção terapêutica. **Interações**, São Paulo, v.8, n. 16, p. 57-80, jul.-dez. 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v8n16/v8n16a04.pdf> Acesso em: 14 jan. 2022.

RABINOVICH, Elaine Pedreira *et al.* Significados e experiências de vida na velhice de centenários. **Memorandum: Memória e História em Psicologia, Vales do Jequitinhonha e Mucuri**, v. 38, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2021.34397>. Acesso em: 06 jun. 2022.

RABINOVICH, Elaine Pedreira; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; FORNASIER, Rafael Cerqueira. Envelhecimento e Velhice: pessoa e família. *In*: RABINOVICH, Elaine Pedreira *et al.* (Orgs). **Envelhecimento e Intergeneracionalidade: olhares interdisciplinares**. Coleção: Família e desenvolvimento humano. Curitiba: CRV, 2019. p. 41-58.

RAYMUNDO, Taiuani Marquine; SANTANA, Carla da Silva. Percepção de trabalhadores mais velhos sobre o trabalho e a inserção de tecnologias nas atividades laborais. **Reva Kairós Gerontologia**, v. 20, n. 4, p.111-133, 2017. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2017v20i4p111-133> Acesso em 22 mar.2023

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação**. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2019.

RIEG, Denise Luciana; ARAÚJO FILHO, Targino de. O uso das metodologias “planejamento estratégico situacional” e “mapeamento cognitivo” em uma situação concreta: o caso da pró-reitoria de extensão da UFSCar. **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 9, n. 2, p. 163-179, ago. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2002000200005>. Acesso em: 25 jul. 2022.

ROESLER, Vera Regina. **Posso me aposentar “de verdade”, e agora?:** contradições e ambiguidades vividas no processo de aposentadoria. Curitiba: Alteridade, 2014.

RONCHI, Carlos César. **Sentido do trabalho: saúde e qualidade de vida**. Curitiba: Juruá, 2012.

ROSÁRIO, Angela Bucciano do. Individualismo contemporâneo e novos arranjos subjetivos na perspectiva da Psicanálise. **Analytica**, v. 8 n.14, São João del Rei, jan./jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972019000100008. Acesso em: 18 jul. 2023.

SANTOS, Ana Dulce S dos; LORDELO, Jeane Alice da Silva Leite; SÁ, Sumaia Midlej Pimentel. Envelhecimento, espiritualidade, finitude: diálogo e poesia. *In*: Rabinovich, Elaine Pedreira *et al.* (Orgs). **Envelhecimento e espiritualidade**. Coleção envelhecimento e vida familiar. v. 2, Curitiba: CRV, 2022

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, posológicos e sociais. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 25, n. 4, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000400013> Acesso em: 15 jun. 2023.

SCHWEITZER, Lucas *et. al.* Bases epistemológicas sobre sentido(s) e significado(s) do trabalho em estudos nacionais **Rev. Psicol.Organ. Trab.**, Brasília, v. 16, n. 1, jan.-mar. 2016, p. 103-116. ISSN 1984-6657. doi: 10.17652/rpot/2016.1.680. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572016000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 jul.2023.

SEIDL, Juliana; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo; NERY, Maria da Penha. Aposentadoria e a dificuldade de dizer adeus ao papel profissional. **Rev. bras.psicodrama**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 133-139, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v26n1/v26n1a14.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SCHULER, Emily *et al.* Relacionamento intergeracional em diferentes contextos. *In*: RABINOVICH, Elaine Pedreira *et al.* (org.) **Envelhecimento e intergeracionalidade: olhares interdisciplinares**. Coleção: Família e desenvolvimento humano. Curitiba: CRV, 2019, p. 417-441.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Edição e organização Helmut T.R. Wagner. Tradução Raquel Weiss – Petrópolis, RJ, Vozes, 2012.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, RJ. v.15, n.1, p.155-168, jan-mar.2008 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000100009> Acesso em: 10 nov. 2023

SILVA FILHO, Francisco Antônio da. **Regimes próprios de previdência dos servidores públicos**. Belo Horizonte: Edições Ciência Jurídica, 2013.

SIMEÃO, Manuelle Pereira da Costa; MOCROSKY, Luciane Ferreira. Pesquisa qualitativa e a abordagem fenomenológica: o percurso da professora pesquisadora. **Actio: Docência em ciencias**. Curitiba, v.3, n.3, p.236-252, mai-ago 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/8626>
Acesso em: 20 set 2023

SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à fenomenologia**. Tradução: Alfredo de Oliveira Moraes. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

STOER, Stephen R.; MAGALHÃES, Antônio M.; RODRIGUES, David. **Os lugares de exclusão social: um dispositivo de diferenciação pedagógica**. São Paulo: Cortez, 2004.

TOLFO, Suzana da Rosa; PICCININI, Valmíria. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**. v. 19, n. spe, p. 38-46., 2007 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400007> Acesso em: 05 jun .23

VERÍSSIMO, Danilo Saretta. Fenomenologia da percepção: fundamentos teóricos e cenário de investigação. **Psicol.pesquisa**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 1-18, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34019/1982-1247.2021.V15.29674>. 17 jul.2023.

VERSACE, Nadja Barreto Cruz.; RABINOVICH, Elaine Pedreira. Oração da paz e o cuidado no ambiente familiar. **Pesquisas em Humanismo Solidário**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 117-131, 2022. Disponível em: <https://app.periodikos.com.br/article/639b1191a953956e52732d34/pdf/revistaphs-2-2-117.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023.

VIEIRA, Mariana Cajueiro. **Novas transmissões materiais e afetivas na aposentadoria: do gosto aos conflitos de “estar junto” em família**. 2018. 133 f.Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) – Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2018.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas** v. 22, n.44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. DOI 10.20396/temáticas.v22i44.10977 Acesso em: 03 fev. 2023

ZANELLI, José Carlos. Processos Psicossociais, Bem-Estar e Estresse na Aposentadoria. **Rev. Psicol. Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 329-340, set.-dez. 2012ISSN 1984-6657. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n3/v12n3a07.pdf>. Acesso em: 23 ago.2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa intitulada: Planejamento da aposentadoria: repercussões nas relações familiares, a ser desenvolvida pela pesquisadora Nadja Barreto Cruz Versace, discente do Programa de Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador. O objetivo da pesquisa é investigar se planejar ou não planejar a aposentadoria repercute de forma diferenciada nas relações familiares.

Caso aceite participar, faremos uma entrevista com questões sobre dados sociodemográficos e algumas perguntas relacionadas a trabalho, à aposentadoria, ao envelhecimento, ao planejamento e às relações familiares. Esclareço que a entrevista será gravada, com a sua permissão, e o local onde será realizada é de sua livre escolha. Se não se sentir à vontade com alguma questão da entrevista, o(a) senhor(a) poderá deixar de respondê-la, sem qualquer prejuízo. Suas informações serão mantidas em sigilo e o senhor não será identificado pelo seu nome.

Os dados derivados da entrevista serão guardados em um *pendrive* e/ou transcrição integral por um período de cinco anos, na residência da pesquisadora e poderão ser utilizados para trabalhos científicos com o mesmo objetivo do estudo. Após esse período os dados da entrevista serão descartados.

Não haverá compensação financeira condicionada à sua participação na pesquisa, exceto a compensação material por gastos derivados diretamente de alimentação e/ou deslocamento relacionados à participação nesta pesquisa nos termos do artigo 9º, inciso VI e artigo 18 e 19, parágrafo 2º da Resolução CNS 510/16. Entretanto, caso haja qualquer dano decorrente da pesquisa, você poderá requerer indenização, nos termos da lei, conforme previsto no artigo 9º, inciso VI da Resolução CNS 510/16.

O principal risco decorrente da sua participação nesta pesquisa é que ocorra alguma mobilização emocional através da lembrança de acontecimentos ou fatos significativos da sua história. Nesse caso, a entrevista será interrompida e será disponibilizado um atendimento para aconselhamento e encaminhamento psicológico, com a psicóloga Ana Lucena Sá, CRP 03/04488 de forma gratuita.

Como benefício, essa investigação poderá contribuir para que o (a) senhor (a) amplie a compreensão acerca das relações familiares diante do fenômeno aposentadoria e ainda oferecer subsídio aos profissionais que atuam em programas de preparação para aposentadoria ou em outros trabalhos.

Este estudo seguirá as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 510/16), do Conselho Nacional de Saúde e se justifica em razão da importância da família para a sociedade e das diferentes repercussões que a aposentadoria de um de seus membros imprime nas relações familiares.

Caso deseje ter acesso aos resultados da pesquisa, deverá entrar em contato com a pesquisadora Nadja Barreto Cruz Versace por meio do e-mail ou telefone abaixo descritos. Estabelecido o contato e finalizada a pesquisa, a pesquisadora disponibilizará os resultados em até 60 dias, por e-mail. (Art. 17, inciso VI da Resolução CNS 510/16).

Este documento contém duas vias, sendo que uma ficará com o (a) senhor (a) e a outra com a pesquisadora.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora, o senhor (a) poderá entrar em contato por meio do telefone: Nadja Barreto Cruz Versace: (71) 9 9938 0433 (*WhatsApp*) ou e-mail: nadja.versace@ucsal.edu.br

Caso haja dúvidas em relação à ética da pesquisa, o senhor (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética da UCSAL, situado à Av. Pinto de Aguiar, 2589, Universidade Católica de Salvador, telefone: (71)3206-7830 e-mail: cep@ucsal.com.br. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente — de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir no desenvolvimento de pesquisas envolvendo seres humanos, atendendo a padrões éticos.

Eu, _____, aceito, voluntariamente, o convite de participar deste estudo sobre as repercussões da aposentadoria nas relações familiares.

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

A) Dados pessoais

Número:

Idade:

Sexo/ gênero:

Raça/cor:

Estado civil:

Escolaridade:

Religião:

Ocupação antes da aposentadoria:

Ano da aposentadoria:

Anos de trabalho:

Renda familiar:

B) Cônjuge ()

Filho ()

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Ocupação:

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA (PARA O APOSENTADO)

- 1) O que o trabalho significa para você?
- 2) Me fale um pouco sobre sua vida enquanto estava trabalhando, (sua rotina, sua relação com as pessoas, a família...)
- 3) Me conte como foi a decisão de se aposentar.
- 4) Como você percebe sua vida como aposentado?
- 5) Me fale sobre suas relações sociais e familiares após a aposentadoria
- 6) Qual o sentido que você dá ao envelhecimento?
- 7) Como você imagina seu futuro?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA (PARA O FAMILIAR)

- 1) Como você recebeu a decisão de seu familiar em se aposentar?
- 2) Você participou dessa decisão?
- 3) Como você percebe a vida de vocês após a aposentadoria dele(a)?
- 4) Me fale sobre as relações sociais e familiares de vocês, antes e após a aposentadoria dele(a).

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR - UCSAL 

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Planejamento da aposentadoria: repercussões nas relações familiares.

Pesquisador: NADJA BARRETO CRUZ VERSACE

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 66144122.7.0000.5628

Instituição Proponente: ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.935.031

Apresentação do Projeto:

Este estudo será realizado na cidade de Salvador e região metropolitana. Será uma pesquisa com abordagem qualitativa, de cunho exploratório e descritivo, com utilização de entrevista semiestruturada. A seleção da amostra se dará por snowball ou bola de neve combinada com amostragem por tipicidade ou intencional. A combinação das amostragens busca atender à neutralidade e aos objetivos da pesquisa englobando pessoas que planejaram e que não planejaram a aposentadoria, possivelmente, de forma equitativa. Poderão participar da pesquisa pessoas aposentadas, com renda familiar a partir de dois salários mínimos, com qualquer nível de educação formal, de qualquer cor, religião ou gênero e, pelo menos, uma familiar (cônjuge ou filho) que resida no mesmo endereço. Como critérios de inclusão estabeleceu-se que a pessoa entrevistada esteja aposentada por tempo de contribuição há mais de um ano e menos de dez, tenha mais de cinquenta anos de idade e compartilhe a residência com a família (esposa e filho(s)). Serão excluídas pessoas que voltaram a trabalhar e ainda se encontrem trabalhando, assim como pessoas que apresentem déficit cognitivo que impeçam a comunicação. Os dados serão interpretados através da análise de conteúdo e o processo se dará pelo cumprimento de três etapas: i) ordenação dos dados; ii) classificação dos dados e iii) análise propriamente dita. O presente estudo será submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa e obedecerá à Resolução 510/16 do Ministério da Saúde do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Nesta pesquisa serão respeitados todos os preceitos éticos estabelecidos no que se refere à exatidão, privacidade

Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador, Campus Pituaçu, Comitê de Ética, Prédio da
Bairro: PITUAÇU **CEP:** 41.740-090
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br

Continuação do Parecer: 5.935.031

e sigilo das informações, durante o processo de construção do trabalho e ao tornar os resultados desta pesquisa ao público.

Informações transcritas do arquivo Informações Básicas do Projeto submetido em 16/12/2022 às 08:51:12

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar as repercussões da aposentadoria planejada e não planejada nas relações familiares da pessoa que se aposenta.

Objetivos Secundários:

- (a) identificar os fatores que levaram a pessoa a optar pela aposentadoria,
- (b) compreender como a pessoa aposentada e sua família percebem as relações familiares antes e após o gozo do benefício,
- (c) identificar se houve diferenças nas relações familiares das pessoas que planejaram sua aposentadoria daquelas que não o fizeram.

Informações transcritas do arquivo Informações Básicas do Projeto submetido em 16/12/2022 às 08:51:12

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Identificamos como risco a possibilidade de que, a partir das entrevistas, a pessoa possa acessar memórias e mobilizar emoções.

Benefícios:

Como benefício, há a possibilidade de que o conhecimento do conteúdo da pesquisa possa colaborar, no aspecto micro, para a melhoria da qualidade das relações familiares, ampliando a visão dos participantes acerca dessas relações. No aspecto macro, as conclusões aqui apresentadas ao final do estudo podem contribuir subsidiando a elaboração de programas de preparação para a aposentadoria por empresas e políticas públicas.

Informações transcritas do arquivo Informações Básicas do Projeto submetido em 16/12/2022 às 08:51:12

Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador.Campus Pituaçu,Comitê de Ética,Prédio da
Bairro: PITUAÇU **CEP:** 41.740-090
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 5.935.031

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide seção "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide seção "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora solucionou as pendências e o projeto está apto para execução.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado acata o parecer do relator e alerta que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e o relatório final da pesquisa por meio da Plataforma Brasil para que sejam apreciados pelo CEP, em conformidade com a Norma Operacional nº 01/13, item XI.2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2066621.pdf	25/02/2023 05:47:06		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetomodif.pdf	24/02/2023 10:08:50	NADJA BARRETO CRUZ VERSACE	Aceito
Outros	Cartarespostasegundoparecer.pdf	24/02/2023 10:06:37	NADJA BARRETO CRUZ VERSACE	Aceito
Cronograma	Cronogramamodif.pdf	24/02/2023 10:05:54	NADJA BARRETO CRUZ VERSACE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEmodif.pdf	24/02/2023 10:05:24	NADJA BARRETO CRUZ VERSACE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	01/02/2023 15:04:25	NADJA BARRETO CRUZ VERSACE	Aceito
Outros	Termoassinado.pdf	01/02/2023 14:59:48	NADJA BARRETO CRUZ VERSACE	Aceito
Outros	Cartarespostaassinada.pdf	01/02/2023 14:59:22	NADJA BARRETO CRUZ VERSACE	Aceito
Folha de Rosto	folhaassinada.pdf	16/12/2022 08:49:17	NADJA BARRETO CRUZ VERSACE	Aceito
Declaração de	Entrevista.pdf	15/12/2022	NADJA BARRETO	Aceito

Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador. Campus Pituáçu, Comitê de Ética, Prédio da

Bairro: PITUAÇU

CEP: 41.740-090

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3206-7830

E-mail: cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 5.935.031

Pesquisadores	Entrevista.pdf	14:02:10	CRUZ VERSACE	Aceito
Outros	Questionariosociodemografico.pdf	15/12/2022 13:53:25	NADJA BARRETO CRUZ VERSACE	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	15/12/2022 13:47:17	NADJA BARRETO CRUZ VERSACE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 09 de Março de 2023

Assinado por:

João Marcos de Oliveira Cavalcanti
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador.Campus Pituaçu,Comitê de Ética,Prédio da
Bairro: PITUAÇU **CEP:** 41.740-090
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br